

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
STÊNIO EDUARDO DE SOUSA ALVES

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL DE ISTVÁN MÉSZÁROS  
COMO UMA SÍNTESE *SUI GENERIS*: POSSIBILIDADES E LIMITES**

UBERLÂNDIA/MG  
JULHO DE 2014

STÊNIO EDUARDO DE SOUSA ALVES

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL DE ISTVÁN MÉSZÁROS  
COMO UMA SÍNTESE *SUI GENERIS*: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Edílson José Gracioli.

UBERLÂNDIA/MG

JULHO DE 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A474c      Alves, Stênio Eduardo de Sousa, 1986-  
2014      A crise estrutural do capital de István Mészáros como uma síntese  
sui generis: possibilidades e limites / Stênio Eduardo de Sousa Alves. -  
2014.

145 f. : il.

Orientador: Edílson José Graciolli.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Marx, Karl, 1818-1883 - Crítica e  
interpretação - Teses. 3. Mészáros, István, 1930- - Crítica e interpretação  
- Teses. 4. Crise econômica - Teses. I. Graciolli, Edílson José. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais. III. Título.

---

CDU: 316

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL DE ISTVÁN MÉSZÁROS  
COMO UMA SÍNTESE *SUI GENERIS*: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia pela banca examinadora formada por:

---

Prof. Dr. Edílson José Graciolli (UFU)

---

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

---

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

Uberlândia, 13 de agosto de 2014.

À Ana e à Alice.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que em maior ou menos medida estiveram presentes nestes últimos três anos em que estive cursando o Mestrado em Ciências Sociais na UFU. Em especial à Ana Carolina pelo fundamental companheirismo. A meus familiares, em especial, Sônia e Dinha. Aos amigos Hugo Almeida, Marcílio Lucas, Renata Silva e Vinícius Oliveira pelo apoio inicial a esta empreitada. Aos amigos das horas mais difíceis e das horas mais felizes: Mário Júnior, Jaciara França, Lorryne, João Paulo Souza, Fernando Araújo, Tiago Lopes, William Soares, Lara Kaline, Gislaine e Fabrício. Aos colegas de trabalho Josiane Soares, Luciana Lemes, Kátia Paranhos e Paulo Almeida pelo apoio e compreensão. Aos docentes do PPGCS, em especial, Patrícia Trópia, João Marcos Alem e Eliane Schmaltz pelo exemplo de integridade acadêmica e estímulo. À secretaria do PPGCS pelo indispensável apoio. E, finalmente, ao meu orientador Edilson José Graciolli por ter aceitado e estimulado o desenvolvimento desta pesquisa.

“As pessoas acreditam que o dinheiro é um instrumento. Estão erradas. O dinheiro é o patrão: quanto melhor o serve, melhor ele te trata.” (O CAPITAL, 2012).

“Por el contrario, yo represento al capitalista como un funcionario necesario de la producción capitalista, y muestro ampliamente que él no sólo ‘sustraer’ o ‘roba’, sino que arranca la *producción de la plusvalía*, es decir que comienza por ayudar a crear lo que ha de sustraer.” (MARX apud COLLETTI, 1985, p. 25).

“– Você ganhou 22 milhões no ano passado e essas pessoas perderam suas casas, casamentos, respeito dos filhos.  
– Cumprimos as exigências do mercado para sobreviver.” (GRANDE, 2011).

## RESUMO

A categoria “crise estrutural do capital” de István Mészáros é o objeto deste estudo. A partir de uma abordagem referenciada no materialismo histórico dialético, realizamos toda uma investigação de caráter bibliográfico em que retomamos a abordagem marxiana sobre as crises “econômicas”, seus desdobramentos no debate realizado pela II Associação Internacional de Trabalhadores, bem como foram retomadas as análises de Sweezy e Mandel sobre o tema. Com isso, procuramos identificar as eventuais influências a esta categoria de Mészáros com a finalidade de apreender os fundamentos de sua concepção sobre o capitalismo contemporâneo como fase de desintegração histórica ou “crise estrutural”. A conclusão a que chegamos é que a concepção de Mészáros sobre a crise estrutural do capital constitui-se numa síntese *sui generis*, uma vez que ela contém uma gama intrincada de elementos combinados que a diferenciam de todas as abordagens precedentes sobre a crise no âmbito do marxismo. No entanto, apesar da peculiaridade de sua formulação, é uma categoria que apresenta mais problemas que soluções, mais limites que possibilidades.

**Palavras-chave:** Karl Marx. II Internacional. István Mészáros. Crise estrutural do capital. Crise econômica.

## RESUMEN

La “crisis estructural del capital”, categoría del pensamiento de István Mészáros, es el objeto de este estudio. Desde un enfoque en el materialismo histórico dialéctico, hubo una investigación bibliográfica en el que se reanudó el enfoque marxiano de la crisis “económica” y sus consecuencias en el debate en la Segunda Asociación Internacional de los Trabajadores, así como se he reanudado los análisis de Sweezy y Mandel sobre el tema. Con eso, se he tratado de identificar posibles influencias a esta categoría de Mészáros con el fin de comprender los fundamentos de su concepción del capitalismo contemporáneo como una fase histórica de desintegración o “crisis estructural”. La conclusión es que la concepción de Mészáros sobre la crisis estructural del capital constituye una síntesis *sui generis*, ya que contiene una gama compleja de elementos combinados que lo diferencian de todos los enfoques anteriores sobre la crisis en el ámbito del marxismo. Sin embargo, a pesar de la peculiaridad de su formulación, esta presenta más problemas que soluciones, límites que posibilidades.

**Palabras clave:** Karl Marx. Segunda Asociación Internacional de los Trabajadores. István Mészáros. Crisis estructural del capital. Crisis económica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>Notas preliminares .....</b>	<b>10</b>
<b>Estrutura geral do estudo .....</b>	<b>10</b>
<b>A recente crise mundial: dos Estados Unidos para o mundo .....</b>	<b>11</b>
<b>Aspectos balizadores desta pesquisa: problemática, objetivos, justificativa e metodologia .....</b>	<b>19</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>19</b>
<b>Justificativa .....</b>	<b>20</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>21</b>
<b>1. A CONCEPÇÃO MARXIANA DE CRISE “ECONÔMICA” .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 A perspectiva teórico-metodológica marxiana.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 A crise na circulação simples de mercadorias como possibilidade que caminha rumo à efetividade.....</b>	<b>32</b>
<b>1.2.1 O caráter contraditório da mercadoria, do trabalho e da realidade como fetichismo.....</b>	<b>32</b>
<b>1.2.2 A autocontradição da mercadoria que se repõe de modo externo no dinheiro: a emergência da crise como possibilidade .....</b>	<b>39</b>
<b>1.3 A crise sob a produção do capital em geral e a produção global do capital: a chegada à efetividade.....</b>	<b>43</b>
<b>1.3.1 O processo histórico de passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital .....</b>	<b>43</b>
<b>1.3.2 A produção do capital em geral e a elevação da composição orgânica.....</b>	<b>47</b>
<b>1.3.3 A queda da taxa geral de lucro médio e a crise capitalista em termos efetivos .....</b>	<b>57</b>
<b>2 UM DEBATE “MARXISTA”, AO LONGO DO SÉCULO XX, SOBRE AS CRISES CAPITALISTAS: A II INTERNACIONAL, PAUL SWEEZY E ERNEST MANDEL.....</b>	<b>71</b>
<b>2.1 O debate sobre as crises capitalistas no âmbito da II Internacional e da socialdemocracia alemã.....</b>	<b>71</b>
<b>2.2 O debate marxista sobre a crise após a II Internacional: as abordagens de Sweezy e Mandel .....</b>	<b>94</b>

2.3	Algumas limitações gerais do debate marxista sobre a crise e o colapso capitalista ao longo do século XX.....	99
3	A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	105
3.1	Algumas das principais teses de Mészáros em <u>Para além do capital: rumo a uma teoria da transição</u> .....	105
3.2	A crise estrutural do capital ou fase de desintegração histórica do sistema do capital.....	115
3.2.1	A crise estrutural do capital.....	115
3.2.2	A crise estrutural do capital, uma hipótese de sentido para a categoria e o colapso do sistema do capital .....	117
3.2.3	A ativação dos limites absolutos do capital: a impossibilidade do deslocamento das contradições do capital e um quarteto de limites entrelaçados que empurram o capital “ladeira à baixo” .....	122
3.2.4	A crise estrutural do capital como uma síntese <u>sui generis</u> .....	130
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
	REFERÊNCIAS .....	139

## **INTRODUÇÃO**

### **Notas preliminares**

Este texto condensa o acúmulo da pesquisa balizada pelo projeto “Uma investigação acerca da *crise estrutural do capital* de István Mészáros” empreendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, iniciada em 2012 sob orientação do Prof. Dr. Edilson José Gracioli.

Nele, tomamos como objeto de pesquisa a categoria *crise estrutural do capital* na obra de István Mészáros. A escolha desse objeto decorre de reflexões realizadas por ocasião da elaboração da monografia intitulada “Práxis do enfermeiro no Brasil hoje: limites e possibilidades”, concluída no ano de 2008. Naquele período, estávamos em meio ao despertar uma grande crise iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), cujos impactos se estendem aos dias atuais.

Nesta “Introdução” abordaremos três aspectos deste estudo: 1) apresentaremos, de forma breve, a estrutura geral desta dissertação; 2) explanaremos sucintamente sobre a atual crise mundial, uma vez que constitui o contexto sobre o qual a problemática da crise em termos teóricos é posta; e 3) apresentaremos os aspectos balizadores desta pesquisa: problemática, objetivos, justificativa, metodologia.

### **Estrutura geral do estudo**

No capítulo primeiro, “A concepção marxiana de crise econômica”, abordaremos o desenvolvimento da categoria “crise” na obra Karl Marx. Entendemos que, uma vez que Mészáros se propõe a atualizar a obra de Marx para a compreensão do capitalismo contemporâneo, se faz necessário o resgate da teoria de Marx sobre a crise.

O capítulo segundo, “O debate marxista sobre as crises capitalistas ao longo do século XX”, se propõe a resgatar algumas das tentativas de atualizar a teoria marxista da crise elaboradas nas décadas subsequentes ao falecimento de Marx, em especial, o debate travado entre as décadas de 1890 e 1920; além do resgate das teorias da crise de Sweezy e Mandel. Este capítulo é o que permite compreender não só lugar de Mészáros no interior do debate marxista da crise e do colapso, mas também nos possibilita apreender alguns dos fundamentos contidos na concepção de crise estrutural do capital.

O capítulo terceiro, “A crise estrutural do capital”, é destinado à apresentação da categoria crise estrutural do capital propriamente dita no seio da obra de Mészáros. Neste capítulo buscamos realizar uma investigação dos desdobramentos dessa categoria central no pensamento de Mészáros. Nas “Considerações Finais” encerramos nossa pesquisa apresentando algumas das possíveis conclusões sobre o tema, bem como problematizamos a concepção de Mészáros sobre a crise estrutural do capital.

Finalmente, convém ressaltar que este estudo consiste apenas numa aproximação, relativamente ao tema em tela, com as obras marxiana e marxista, com destaque para a de Mészáros. Deste modo, optamos por, neste momento, não abordar o tema da “crise política” no pensamento marxista, assim como optamos por não abrir o debate com outros campos analíticos sobre a crise econômica, como as perspectivas keynesiana ou neoclássica. Indubitavelmente discutir com ambos conjuntos de estudiosos – a crise política em termos marxistas e a crise econômica com escolas não marxistas – ou mesmo um estudo de caso sobre a atual crise geral do capitalismo seria riquíssimo. Isso, entretanto, exigiria aprofundamentos na pesquisa que, pela amplitude, demandariam muito mais tempo para a execução, extrapolando os limites temporais do atual formato de mestrado, o que não exclui a possibilidade de inclusão e desenvolvimentos futuros.

### **A recente crise mundial: dos Estados Unidos para o mundo**

Nesta breve introdução à atual crise geral do capitalismo abordaremos, de forma panorâmica, sua emergência e o desenvolvimento com foco para os países mais atingidos, em que utilizaremos algumas categorias correntes de análise econômica. Três aspectos gerais não serão abordados por ampliar a problemática além do que é possível apresentar respostas. Primeiro, não serão abordados países além dos mais atingidos pela crise, como os demais países do bloco do Euro e Reino Unido, ou mesmo os países do chamado “BRICS” (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e América Latina. Segundo, para os países considerados aqui, não ampliaremos a análise para outros “indicadores” como as políticas fiscais, sociais etc., nem apresentaremos o panorama político, o quadro de mobilizações sociais que tem se desenvolvido nos últimos anos. Terceiro, não nos propomos a aprofundar o debate da atual crise e o padrão de acumulação adotado pelo capitalismo desde a última crise geral do final dos anos de 1960. Sem dúvida, cada tema desse demanda análise própria pela complexidade e

extensão contida em cada um, e pode, eventualmente, ser incluído como objeto futuro de estudo.

Em meados de 2007, o capitalismo mundial adentrou num período de crise “estrutural”, “global” ou “sistêmica”, cujo epicentro foi os EUA<sup>1</sup>. Nos EUA gestou-se uma “bolha” ao longo da década de 2000 a partir do mercado imobiliário. O mercado imobiliário estadunidense viveu momentos de grande efervescência entre os anos de 2000 e 2007, conformando um ciclo virtuoso<sup>2</sup>. Neste cenário, devido à disponibilidade de crédito no mercado imobiliário estadunidense, a elevação da procura por casas, em larga medida incrementada por acesso relativamente facilitado a linhas de crédito para a realização da valorização da fração do capital que se efetiva em tal segmento da economia, fez com que seus preços se elevassem e, com isso, parcela dos que haviam comprado suas casas no início do processo, as revenderam no mercado, conseguindo, em alguns casos, quitar seus débitos, o que acabou por se conformar em uma “bolha”<sup>3</sup>.

A expansão de capital nesse ramo foi de grandes proporções e, em torno dele, foi não só expandido o capital na forma industrial (construção civil), mas também do mercado de dinheiro (crédito) com vultosos volumes de créditos disponibilizados pelos bancos para financiamento de casas como hipotecas – crédito em que o próprio bem financiado é usado como garantia. Estas hipotecas foram feitas mesmo que, para isso, as reservas de partes dos bancos se mantivessem em baixíssimos níveis. Em alguns casos, para cada 30 dólares emprestados havia apenas 1 dólar na reserva<sup>4</sup>. Em torno dos empréstimos concedidos, os bancos fizeram seguros de seus ativos junto a seguradoras, aumentando a cadeia de pagamentos.

No auge do aquecimento do mercado imobiliário estadunidense, muitas casas foram vendidas e, com a chegada a um ponto de saturação, o mercado imobiliário estendeu a possibilidade de venda de hipotecas (as famosas hipotecas *subprime*) para outros estratos da classe trabalhadora e da chamada classe média dos EUA com renda variável ou com trabalho temporários e/ou instáveis<sup>5</sup> - um segmento de maior risco de inadimplência.

Pelo ciclo virtuoso estabelecido num cenário favorável ao crédito, a procura por casas manteve-se elevada em relação à demanda, o que elevava o preço dos imóveis e, por sua vez, tal elevação impulsionava a demanda, posto que com a valorização dos imóveis a chance de

---

<sup>1</sup> Cf. Carcanholo, 2011 e Filgueiras, 2010.

<sup>2</sup> A noção de “ciclo virtuoso” está presente em Carcanholo (2011).

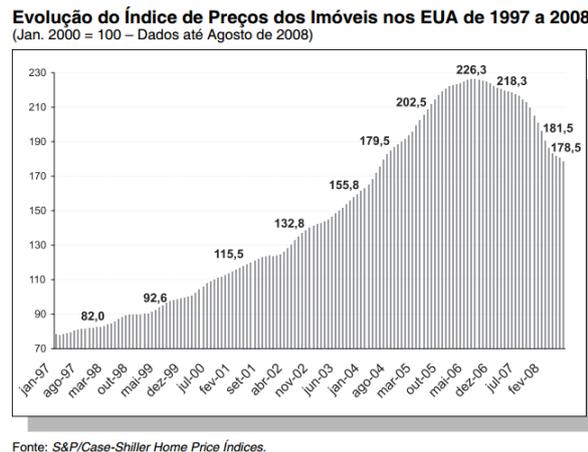
<sup>3</sup> Cf. Carcanholo, 2011.

<sup>4</sup> Harvey, 2011.

<sup>5</sup> Cf. Carcanholo, 2011 e Harvey, 2011.

serem pagas as hipotecas era maior. Com a saturação desse mercado entre 2006 e 2007, os imóveis passaram por desvalorização e com ela houve uma queda na demanda por casas. Esta queda na demanda levou os imóveis a uma maior desvalorização, e, deste modo, se conformou um ciclo “vicioso”<sup>6</sup>. A evolução dos preços dos imóveis pode ser conferido no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Evolução de Índice de Preços dos Imóveis nos EUA de 1997 a 2008



Fonte: S&P/Case apud Borça Júnior e Torres Filho, 2008, p. 135.

Com a desvalorização dos preços dos imóveis e a elevação da dívida a ser paga frente a estes preços houve uma elevação da inadimplência. O não cumprimento desses empréstimos levou a uma interrupção na cadeia de pagamentos que se estendeu dos bancos ao setor financeiro do mercado de hipotecas, com uma desvalorização de capital que conduziu à falência grandes bancos como, por exemplo, o Lehman Brothers, Merrill Lynch, Morgan Stanley e Goldman Sachs<sup>7</sup> e da maior seguradora dos EUA, a AIG (American International Group)<sup>8</sup>.

Em relação aos bancos, desde o estopim da crise em 2007, mais de 380 vieram à falência nos EUA - o gráfico 2 abaixo ilustra a evolução das falências desses bancos. Para explicar a falência dos bancos nos EUA com a crise existem no mínimo três fatores de

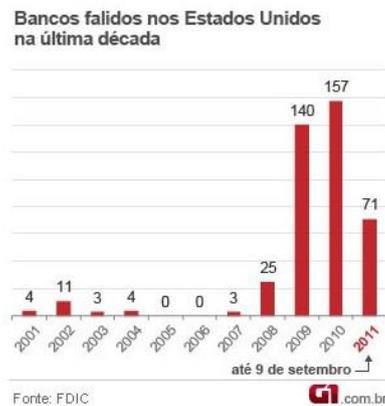
<sup>6</sup> Carcanholo, 2011.

<sup>7</sup> O Goldman Sachs assim como o Morgan Stanley não chegaram à declarar oficialmente a falência, mas em termos práticos estavam falidos em 2008 até receberem um generoso auxílio financeiro do Governo Bush e passaram de bancos de investimentos a bancos comerciais (de varejo). O auxílio ao sistema financeiro nos EUA concedido em 2008 foi de US\$700 bilhões. Cf. Folha de S. Paulo (2010).

<sup>8</sup> Segundo Borça Júnior e Torres Filho (2008, p. 146), em meados de outubro de 2008 os prejuízos da crise giravam em torno de US\$ 660 bilhões.

explicativos, de relativa superficialidade: a elevada alavancagem<sup>9</sup>, a complexidade dos ativos financeiros e o caráter dos ativos desses bancos.

Gráfico 2 – Bancos falidos nos Estados Unidos na última década



Fonte: FDIC apud Glênia, 2011.

E não só estas instituições ficaram comprometidas, mas várias outras com relacionamento com estas também o ficaram, situadas principalmente na Europa e na Ásia. Assim, ações desvalorizaram chegando quase a zero; o mesmo ocorreu com fundos de pensão, com o pânico se espalhando<sup>10</sup> mundo afora pelo mercado de dinheiro e capital fictício<sup>11</sup>. Segundo o Fundo Monetário Internacional, até meados de 2009 já haviam sido destruídos mais de US\$ 50 trilhões dólares em ativos<sup>12</sup>.

A natureza contraditória do capitalismo, que tem mais possibilidades de se apresentar nas crises, veio à tona. De um lado, instituições financeiras falidas com excesso de capital

<sup>9</sup> A taxa de alavancagem em alguns casos chegou a 50 como aconteceu com o Lehman Brothers. Cf. Glênia, 2011.

<sup>10</sup> Harvey, 2011, p. 9.

<sup>11</sup> O capital fictício é uma categoria marxiana apresentada no Livro III de *O capital* e se refere a títulos (papéis) negociados no mercado de capitais, tendo a bolsa de valores seu *locus* privilegiado de negociação. É definido como “fictício” num claro contraste com o que Marx entendia por um capital “real”, ou seja, o capital produtivo e o comercial.

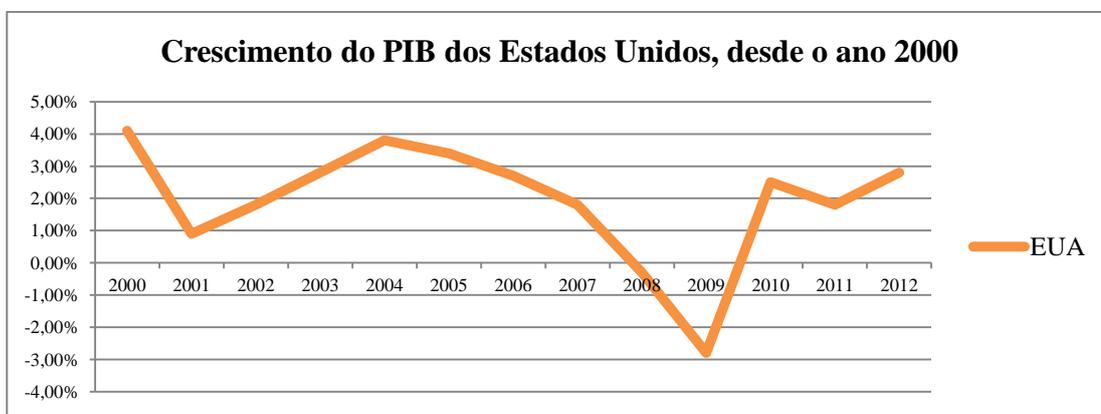
O capital fictício ou capital especulativo parasitário, como definido por Carcanholo e Sabadini (2009) é fruto da natureza contraditória do capitalismo como realidade, ao mesmo tempo, real e imaginária. Emerge da disseminação do capital a juros ou capital ilusório - ilusório porque aparenta gerar valor por si mesmo, ocultando o fundamento da produção do valor no capitalismo. Tendo por base o capital a juros, o capital fictício se desenvolve como título (papel) que representa o valor do capital produtivo ou comercial, o que se entende por capital fictício de tipo I e, ao mesmo tempo em que veicula o valor e o direito de propriedade e lucro sobre o capital “real”, contém, em si, um valor, como papel, fictício, no que se entende por capital fictício de tipo II. Essa característica, de não representar uma substância real, é uma das dimensões fictícias desse tipo de capital. A outra, se refere ao fato desse capital, fictício, não contribuir para a produção ou para a circulação da riqueza, uma vez que não financia nem o capital produtivo, nem o capital comercial. Toda a discussão aqui feita se baseia no trabalho de Carcanholo e Sabadini (2009), a qual pode ser consultada para aprofundamento sobre o tema.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 13.

fictício. Do outro, milhões de casas (mercadorias) sem poderem ser usadas, já que centenas de milhares de famílias as perderam. Estima-se que, até o final de 2007, 2 milhões de famílias perderam suas casas e outras 4 milhões corriam este risco<sup>13</sup>.

Os Estados Unidos entraram em uma recessão<sup>14</sup>, de modo que no ano de 2008 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi zero, em 2009 caiu em 3% e em 2010 apenas recompôs os 3% em queda do ano anterior. Esta leve recuperação se manteve em 2011 e 2012 com crescimento do PIB em relação ao ano anterior de, respectivamente, 2% e 3%<sup>15</sup>. Este desempenho da economia dos EUA pode ser acompanhado a seguir pelo gráfico 3.

Gráfico 3 – Crescimento do PIB dos Estados Unidos, desde o ano 2000



Fonte: Banco Mundial, 2014.

Neste cenário dos últimos sete anos, acompanhando a recessão, a economia dos Estados Unidos registrou igualmente uma variação nos níveis de desemprego. Entre os anos de 2007 e 2014, os níveis de desemprego, no mês de janeiro, apresentaram os seguintes resultados: 5%, 5,4%, 8,5%, 10,6%, 9,8%, 8,8%, 8,5% e 7%<sup>16</sup>. Os dados estão dispostos no gráfico 4 e mostram que a partir da eclosão da crise em 2007, os níveis de desemprego se elevaram até chegar a um pico em janeiro de 2010 (10,6%). Após a chegada a este nível máximo houve uma gradual queda, mas que ainda não voltou aos níveis anteriores à crise.

<sup>13</sup> Harvey, 2011, p. 12.

<sup>14</sup> O conceito de recessão é marcado por uma controvérsia quanto ao critério utilizado. Há perspectivas que utilizam a variação trimestral do PIB, assim como há outras que relacionam a produção com a capacidade ociosa da economia. Neste estudo foge a nosso objetivo adentrar neste pormenor. Apenas utilizamos a referência a uma desaceleração da economia representada por crescimento menor ou igual a zero para mostrar a evolução da produção em dado país.

<sup>15</sup> Banco Mundial, 2014.

<sup>16</sup> OIT, 2014.

Gráfico 4 – Desemprego nos Estados Unidos, 2007-2014



Fonte: OIT (2014).

Mas a crise não parou por aí. Países como Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal estão passando por imensas dificuldades econômicas desde então<sup>17</sup>. A crise “financeira” iniciada nos EUA se alastrou por meio do mercado financeiro se expressando na Europa sob a forma de elevação da dívida pública em vários países. Em termos da relação dívida pública/PIB, no ano de 2010, as taxas dos países acima mencionados são as seguintes: Grécia (148,6%), Itália (118,4%), Irlanda (94,9%), Portugal (93,3%) e Espanha (61,1%)<sup>18</sup>. Entretanto, o problema não se resume a ter uma dívida do Estado próxima ou superior à produção anual de um país. Países como Alemanha, França e Inglaterra também tiveram elevadas taxas de dívida/PIB em 2010 – respectivamente: 83,2%, 82,3% e 79,9%. Mas o que diferencia estes países para os que estão em crise é que são economias altamente industrializadas com grande capacidade de investimento e as reservas monetárias (em geral, em dólar) são elevadas o suficiente para emitir o sinal “positivo” ao mercado.

Em relação ao desemprego no continente europeu, mantendo a elevada tendência dos últimos anos, em 2014 atinge, em termos absolutos, a 26 milhões de pessoas, o que representa quase 12% da população economicamente ativa<sup>19</sup>. O desemprego europeu se manifesta de modo desigual tanto entre os países quanto no interior da força de trabalho de cada país. Assim, por exemplo, segundo dados da Organización Internacional del Trabajo – OIT – (2014), em novembro de 2013, os países mais atingidos pela crise europeia tinham as seguintes taxas de desemprego: Espanha (26,3%), Grécia (27,5%), Irlanda (11,7%), Itália (13,1%) e Portugal (15,5%)<sup>20</sup>. No mesmo período, alguns dos países menos atingidos pela

<sup>17</sup> Harvey, 2011, p. 13.

<sup>18</sup> Senado Federal, 2013. Para o editorial desta revista do Senado Federal Brasileiro a causa da crise econômica na Europa é a ausência de regulação estatal unificada para o conjunto dos países da União Europeia que “acompanhe a situação fiscal e controle o balanço financeiro”. Esta é a típica interpretação que vê a crise como falha de gestão do Estado, mas não como, fundamentalmente, ao desenvolvimento contraditório do capital.

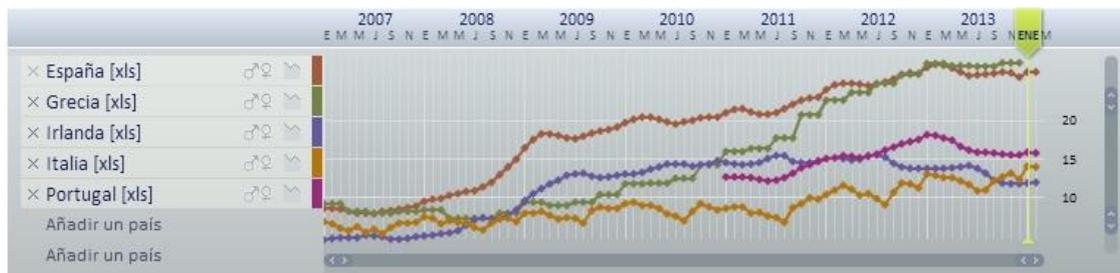
<sup>19</sup> Exame, 2014.

<sup>20</sup> Em julho de 2007, segundo dados da OIT (2014), antes dos abalos provocados pela crise imobiliária dos EUA, os principais países europeus atingidos pela crise apresentavam taxas de desemprego na seguinte ordem:

crise tiveram as seguintes taxas de desemprego: Alemanha (5%), França (10,6%) e Reino Unido (7%).

No interior dos países mais acometidos pela crise, entre os jovens, em novembro de 2013, o desemprego se expressa do seguinte modo: Espanha (54,8%), Grécia (57,0%), Irlanda (24,0%), Itália (45,2%) e Portugal (36%). O desemprego também atinge de modo distinto conforme o gênero. Entre as mulheres o desemprego em cada um dos países é o seguinte: Espanha (27,1%), Grécia (31,7%), Irlanda (9,7%), Itália (14,3%) e Portugal (16%). Entre os homens o desemprego em cada um dos países é o seguinte: Espanha (25,4%), Grécia (24,4%), Irlanda (13,2%), Itália (12,3%) e Portugal (15,1%)<sup>21</sup>. O gráfico 5 a seguir ilustra o desenvolvimento da taxa de desemprego nos principais países europeus atingidos pela crise econômica mundial.

Gráfico 5 – Desemprego nos principais países europeus afetados pela crise econômica mundial, 2007 - 2014



Fonte: OIT (2014).

Quanto ao crescimento do PIB, estes países apresentaram os seguintes resultados nos últimos anos, de 2007 e 2012<sup>22</sup>. Para a Espanha foram observadas as seguintes variações do PIB em relação ao ano anterior: 3,5%, 0,9%, -3,8%, -0,2%, 0,1% e -1,6%. A Grécia teve o seguinte desempenho para o mesmo período: 3,5%, -0,2%, -3,1%, -4,9%, -7,1% e -6,4%. A Irlanda teve o retrospecto a seguir: 5%, -2,2%, -6,4%, -1,1%, 2,2 e 0,2. O PIB italiano apresentou o seguinte resultado: 1,7%, -1,2%, -5,5%, 1,7%, 0,5% e -2,5%. E, finalmente, Portugal teve o PIB com a seguinte evolução: 2,4%, 0, -2,9%, 1,9%, -1,3% e -3,2%. No gráfico 6 podemos ver um crescimento positivo do PIB de modo estável entre 2000 e 2007, e,

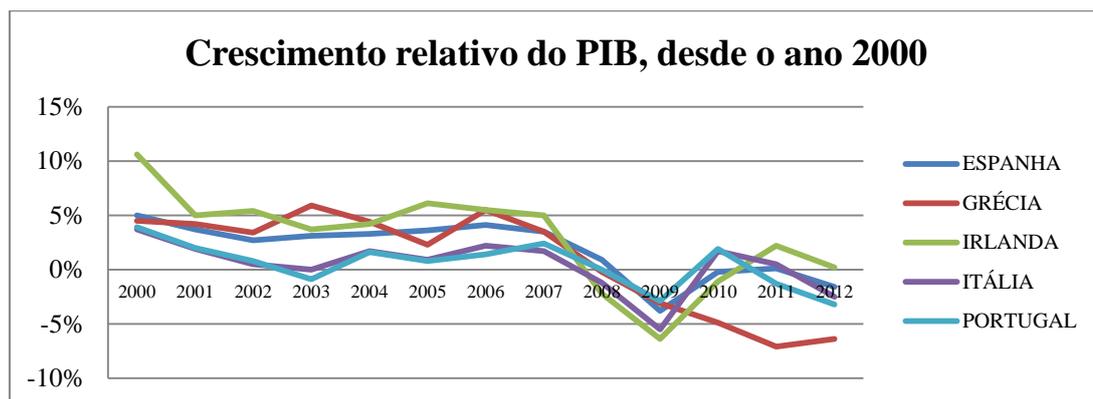
Espanha (7,8%), Grécia (7,9%), Irlanda (4,9%) e Itália (5,8%). No site da OIT estão disponíveis dados de desemprego geral para Portugal a partir de janeiro de 2011, momento em que a taxa de desemprego daquele país era de 12,6%.

<sup>21</sup> OIT, 2014.

<sup>22</sup> Banco Mundial, 2014. No site do Banco Mundial, os dados mais atuais da variação do PIB mundialmente falando são do ano de 2012, portanto, não apresentamos os dados referentes a 2013.

a partir do ano de 2008, quando a crise se abateu sobre a Europa, sua produção teve uma súbita de queda atingindo o ponto máximo negativo no ano de 2009, num claro cenário de recessão econômica. De 2010 a 2012, com exceção da Grécia, todos os países considerados iniciaram um processo de “tímida” recuperação.

Gráfico 6 – Crescimento relativo do PIB nos principais países europeus em crise, desde o ano 2000



Fonte: Banco Mundial, 2014.

Finalmente, a saída para crise pode indicar os rumos do capitalismo nos próximos decênios. Após a falência dessas instituições foi solicitado junto ao Governo de George W. Bush auxílio financeiro da ordem de US\$ 700 bilhões para resgatá-las<sup>23</sup>. Daí que a saída para esta crise teve e continua tendo, como em qualquer momento do capitalismo, mesmo nos prosperidade, o envolvimento ativo do Estado nacional. A diferença é que esta não é apenas mais uma crise parcial do capital. Pelo contrário, é uma crise geral, e, como tal, sua solução implica colocar o sistema não só num outro patamar de acumulação, mas pode colocá-lo numa nova fase<sup>24</sup>.

Até o presente momento, o rearranjo de forças assumido para superar a crise tem sido conduzido pela classe capitalista ainda sob hegemonia da fração “financeira”<sup>25</sup>. Deste modo, para a realização do valor do vultoso volume de capital fictício em excesso foram concedidos auxílios pelos Estados dos países centrais. O excesso de capital fictício tem sido convertido,

<sup>23</sup> Harvey, 2011, p. 12.

<sup>24</sup> Carcanholo, 2011.

<sup>25</sup> Filgueiras, 2010.

em maior ou menor medida, em aumento da dívida pública acompanhado de políticas fiscais de contenção de gastos dos Estados<sup>26</sup>.

Não só isso, mas este processo tende a ser acompanhado de estratégias tanto no âmbito do capital, como no do Estado, que visem elevar a extração de mais-valor dos trabalhadores. É o que tem sido feito em parte dos países europeus mesmo sem estar em crise com, por exemplo, políticas estatais de “austeridade” fiscal, que tem o claro intuito de manter os lucros dos grandes capitais com a redução da política social, o que, na prática, equivale a reduzir o preço da força de trabalho. Além da elevação da idade de aposentadoria, redução de salários de aposentados e funcionários públicos e da elevação dos impostos<sup>27</sup>. O que é acompanhado pela busca, por parte do capital, de elevações da taxa de exploração do mais-valor, nas formas relativa e absoluta, além do capital buscar novos nichos de valorização para seu capital em excesso<sup>28</sup>.

### **Aspectos balizadores desta pesquisa: problemática, objetivos, justificativa e metodologia**

Em meio a este cenário de crise econômica do capitalismo contemporâneo, ficamos instigados a investigar a formulação de István Mészáros. Afinal, qual a sua compreensão quanto ao capitalismo contemporâneo, em especial quanto às suas crises?

Assim, nos interessou o estudo da categoria crise estrutural do capital, que se propõe a fornecer uma explicação para o quadro atual do capitalismo – talvez mais para o capitalismo de modo geral, que para o fenômeno econômica crise capitalista de forma específica.

### **Objetivos**

Deste modo, definimos como objetivo geral aprofundar o estudo acerca da concepção de *crise estrutural do capital* presente na obra *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*, de István Mészáros, com vistas a apreender sua eventual relevância para a

---

<sup>26</sup> Cf. Carcanholo, 2011 e Carcanholo, 2009. Lembremos também da recente discussão travada desde 2011 e aprovada em 2014 no Congresso dos EUA para elevação do teto da dívida pública pelo próximo ano. Caso esse aumento não tivesse sido aprovado, o governo dos EUA corria o sério risco de dar o calote em seus credores entre os quais o maior credor estrangeiro é a China, seguida de Japão, Grã-Bretanha, países da OPEP e Brasil, segundo Corrêa (2011). Deste modo, o governo estadunidense venderá mais títulos em 2014 para pagar títulos vendidos nos anos anteriores.

<sup>27</sup> Cf. BBC Brasil, 2012.

<sup>28</sup> Carcanholo, 2011.

compreensão do fenômeno capitalista da crise econômica e do capitalismo contemporâneo. Como objetivos específicos indicamos:

- 1) apresentar a concepção de crise estrutural do capital de Mészáros, visando apreender de forma clara o sentido de tal categoria;
- 2) identificar os principais teóricos que influenciaram o autor a forjar esta categoria e em que medida estas contribuições teóricas se expressam na mesma, procurando estabelecer aproximações e distanciamentos;
- 3) indicar alguns dos limites e possibilidades da categoria crise estrutural do capital.

### **Justificativa**

O estudo da categoria crise estrutural do capital se justifica por nos colocar ao menos três elementos para análise: a crise capitalista, o capitalismo contemporâneo e o pensamento de István Mészáros. E a relevância do tema se justifica por:

1) o fenômeno capitalista da crise econômica encontra-se na ordem do dia e tem grandes impactos sociais. Desde 2007, quando a crise se iniciou nos EUA, que ela não foi sanada pelo sistema. Pelo contrário, a mesma se estendeu a outros países do “centro” do sistema como Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal, e parece estar longe de ser superada, portanto, o tema revela-se atual. Não só é atual como tem impacto sobre a vida de milhões de pessoas, fundamentalmente trabalhadores, de diversos países ao redor do mundo. São milhões que tem passado à condição do desemprego, perderam suas casas, encontram-se sob condições de vida tendendo a piora com políticas de “austeridade fiscal”, aumento da idade para aposentadoria, redução de políticas sociais, redução salarial etc.

2) Inúmeras são as análises que visam caracterizar o tempo presente, em especial o capitalismo desde o final dos anos de 1960, ou caso queiramos, o capitalismo na sua forma contemporânea. Assim, numerosos estudiosos tem buscado estabelecer seja uma teoria, seja elementos de análise para a compreensão do quadro atual. Entre os quais se encontra István Mészáros, cuja categoria *crise estrutural do capital* parece-nos ser, dentre as categorias deste autor, a que se propõe à explicação do tempo presente como totalidade social, diferentemente de outras categorias que tem vigência à ordem capitalista de modo geral como a destrutividade, a incontroleabilidade, o expansionismo etc.

3) Os debates e análises acerca do pensamento de István Mészáros tem sido realizados no Brasil, sobretudo a partir da publicação, em 2002, de sua obra magna: *Para além do*

*capital - rumo a uma teoria da transição*. Desde então, várias de suas obras tem sido publicadas e republicadas em nosso país. Trabalhos na forma de dissertações e teses tem sido desenvolvidas com ou contra a influência de Mészáros. Este interesse desperto talvez mais pela intenção de Mészáros de atualizar<sup>29</sup> a obra de Marx do que por ter tido êxito nesta empreitada. Há uma perspectiva sociológica<sup>30</sup> em sua obra, o que confere espaço para debate no seio das Ciências Sociais.

## **Metodologia**

Do ponto de vista metodológico, destacamos alguns pontos quanto ao método empregado na análise<sup>31</sup>. Primeiro que optamos por uma abordagem teórica, não que entendamos que o conceito coincida com o próprio real ou seu processo de gênese em seu automovimento contraditório, mas, utilizando uma citação de Marx (2013, p. 90) em que “o ideal não é mais do que o material, transposto para a cabeça do homem”. E este é um importante pressuposto metodológico que pretendemos preservar nesta pesquisa: o primado do real frente ao epistêmico.

Na esteira deste postulado, pretendemos utilizar como pressuposto metodológico (o que, cabe notar, não se confunde com apriorismo, mas no sentido de reconhecimento) a noção de determinação, de que as dimensões de vida social compõem uma totalidade de múltiplas determinações, em que mais que um “condicionamento”, as dimensões da vida social determinam o seu curso recíproco e total, balizados por sua lógica imanente. E, em que, do ponto de vista dialético, na interação de polos distintos da vida social sempre existe um que é fundamental, pois possibilita a manutenção dos demais (a economia), como momento ontogenético. O pressuposto por nós adotado permite apreender as relações em *movimento* de determinação, em que as dimensões da vida social (todas como complexo de complexos)

---

<sup>29</sup> Sobre a tentativa de atualização da obra de Marx cf. A “Apresentação” de *Para além do capital* realizada por Antunes (2006).

<sup>30</sup> A categoria “sistema de sociometabolismo do capital” que é uma das categorias centrais no pensamento deste autor sugere a presença de uma abordagem sociológica, pois a ênfase dada à dinâmica social como totalidade regida pelas fundamentalmente pelas determinações que emanam da relação social capital, constituída pelo trabalho e o capital e “retroalimentada” numa relação dialética pela própria dinâmica social total.

<sup>31</sup> Nossa opção de método não será subsidiada por métodos que 1) realizam recorte da realidade, preveem que a realidade pode ser separada em esferas distintas a critério do pesquisador e que as relações de causalidade não estão fundadas no objeto, mas são estabelecidas pelo pesquisador ou mesmo que a relação entre esferas é de “condicionamento” em uma “via de mão única”; 2) apesar de compreenderem a realidade de uma perspectiva holística; estabelecem relações de causalidade como uma “via de mão única”; tentam explicar os fenômenos mais complexos a partir dos mais simples (e não o contrário); trabalha com o pressuposto da neutralidade axiológica; e importam o método das ciências naturais para a análise da sociedade.

encontram-se indissociáveis, influenciando mutuamente seu curso comum de existência, tendo por base – não se configurando em um determinismo mecânico ou determinação única – a economia.

Procuraremos também adotar uma apresentação dos resultados a partir de uma perspectiva lógica dialética. Isto implica dizer que a exposição dos resultados levará em consideração a coexistência de momentos indissociáveis da forma do *ser* apresentado, no aspecto trinitário desenvolvido por Hegel (afirmação, negação e suprassunção) e suas contradições que conduzem seu automovimento. O que coincide com o “método de exposição”<sup>32</sup> apontado por Marx (2013, p. 90).

Adotaremos, portanto, uma perspectiva teórica que tem como pressuposto o primado do real em suas relações de determinação e automovimento contraditório efetivo. Optamos por esta perspectiva por entender que é a mais adequada à compreensão do objeto em tese. Esta perspectiva permite uma abordagem explicativa a mais fidedigna com o real, em virtude dos aspectos acima mencionados; também possibilita, mais do que uma constatação, uma crítica deste mesmo real com o intuito de transformá-lo, o que é inerente ao método adotado, que capta as transformações do ser (o capital) em seu movimento autocontraditório.

Quanto aos procedimentos, ou técnicas de pesquisa, optamos por uma pesquisa de caráter bibliográfico. Deste modo, propomos uma investigação que contemple tanto uma discussão sobre 1) a teoria da crise e do colapso capitalista com foco para as obras que parecem ter influenciado Mészáros; e 2) as obras de Mészáros que contém análises que fazem recurso à categoria crise estrutural do capital.

Sobre a teoria da crise e do colapso capitalista partiremos das obras de Marx, em especial *O capital* (em seus três livros), passando por obras de autores marxistas que estabeleceram, entre a virada do século XIX para o XX até a década de 1920, um importante debate no seio da II Internacional Comunista em torno da atualização e/ou revisão do pensamento de Marx para a compreensão da nova configuração do capitalismo. Além deste debate serão abordadas as perspectivas de Paul Sweezy e Ernest Mandel. Sweezy, na década de 1940, retoma os temas gerais do debate da II Internacional e propõe uma teoria sobre o capitalismo e suas crises. Já Mandel realiza um esforço similar com a proposição de uma teoria para a compreensão do capitalismo de sua época e também possui uma formulação

---

<sup>32</sup> A “exposição” é um conceito herdado do sistema hegeliano (MÜLLER, 1982), e se pauta pela difícil tentativa de expor o automovimento contraditório do objeto a partir da lógica dialética. Segundo Ranieri (2011), “a dialética é, portanto, e ao mesmo tempo, tanto o método de exposição quanto o movimento efetivo do conceito”.

sobre a crise capitalista. A escolha de Sweezy reside em sua aproximação intelectual com Mészáros manifesta não só no uso explícito de sua obra por Mészáros, mas também pelas próprias declarações e homenagens de Mészáros a Sweezy<sup>33</sup>. Quanto a Mandel, sua escolha se justifica pelo fato de que ele propôs uma teoria para o desenvolvimento da crise a longo prazo que foi criticada por Mészáros.

Em relação à obra propriamente dita de István Mészáros, o foco da pesquisa concentrar-se-á na obra *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição* (2006), muito em função de seu caráter, que se destaca como a reunião de ensaios produzidos entre a década de 1970 e 1990, perpassando um longo período histórico, e onde se expressa de modo explícito a noção de *crise estrutural do capital*. A obra *Crise estrutural do capital* (2011) também é relevante ao nosso estudo já que, apesar de ter em sua composição artigos já publicados no Brasil mesmo antes de *Para além do capital*, são acrescentados artigos recentes escritos em meio à crise econômica de 2008.

---

<sup>33</sup> A obra “O século XXI: socialismo ou barbárie?” de István Mészáros é dedicada tanto a Paul Sweezy quanto a Harry Magdoff por terem editado a revista *Montly Review* ao longo de mais de 50 anos e por seus livros que, em conjunto, deram “uma contribuição inigualável para o nosso conhecimento da dinâmica imperialista e do capital monopolístico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 7). Além do texto escrito por Mészáros (2004) em homenagem à Sweezy, por ocasião de seu falecimento, intitulado “Lembrança de Paul Sweezy”.

## 1 A CONCEPÇÃO MARXIANA DE CRISE “ECONÔMICA”

A crise<sup>34</sup> capitalista é inseparável de todas as categorias da obra de Marx, entretanto, na exposição da categoria *capital* é que se desenvolve a crise, ou nas palavras de Grespan (1998, p. 33): “não é necessário aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda a apresentação do conceito de ‘capital’, embora muitas vezes de modo implícito”. Portanto, na exposição de Marx, especialmente em *O capital*, a crise está presente desde o primeiro capítulo perpassando toda a obra (ANTUNES; BENOIT, 2010, p. 26). Ela, pelo método de exposição adotado por Marx, passa da possibilidade à efetividade, guiada por uma imanente *necessidade relativa* (GRESPLAN, 1998).

Neste capítulo, procuramos apresentar o desenvolvimento da crise pelo desenvolvimento das categorias de *O capital* de Marx, em especial os Livros I e III; quando necessário, recorreremos ao Livro II para auxiliar a exposição do argumento. Procederemos a uma investigação que visa captar as contribuições de Marx quanto ao tema da crise como subsídio à compreensão da *crise estrutural do capital* de István Mészáros.

### 1. 1 A perspectiva teórico-metodológica marxiana

Neste item apresentaremos algumas observações acerca da perspectiva teórico-metodológica de Marx para, a seguir, abordarmos de modo mais direto sua concepção sobre o fenômeno da crise capitalista.

A teoria marxiana é herdeira, “legítima sucessora”, do que “de melhor a humanidade criou no século 19: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês” (LÊNIN, 2009, p. 66). Segundo Lenin (Ibid., p. 66), estas correntes são as três fontes e, ao mesmo tempo, as partes constitutivas do marxismo. A teoria marxiana se forja a partir destas

---

<sup>34</sup> Temos acordo com o eixo da percepção de Altvater (1987, p. 83-84) sobre a crise nunca ser somente econômica, mas também social e política: “Se nos referimos ao movimento do valor, foi para tornar evidente que se trata neste caso do desenvolvimento de uma relação social, ou seja, da relação do valor. Daí se deduz que as crises nunca são exclusivamente econômicas, mas que sempre são crises sociais e políticas. (...) No entanto, a análise econômica da crise tem uma razão de ser: por causa do predomínio estrutural do processo econômico na sociedade capitalista (‘primado da economia’), as crises efetivamente geradas, antes de mais nada, no plano da economia, e, como consequência, a análise marxiana da crise volta-se essencialmente para determinar alguns momentos do aguçamento das contradições econômicas. Nisto consiste a análise da possibilidade formal da crise, que resulta das fases de circulação do capital.”

teorias numa síntese original cujos fundamentos<sup>35</sup> – alguns deles – procuraremos apresentar a partir de agora.

Observamos inicialmente que a teoria marxiana possui fundamentos sem os quais ela não pode ser adequadamente compreendida. O primeiro dos fundamentos é o *materialismo*<sup>36</sup>, ou concepção materialista de história. Marx juntamente com Engels, em *A ideologia alemã* (1845/1846), sistematizaram que o pressuposto da vida humana, e, portanto, da História, é que existam homens em condições de produzir história, ou seja, homens reais que, para manterem-se vivos, tenham satisfeitas cotidianamente suas necessidades mais básicas de sobrevivência como alimentação, vestimenta, habitação etc<sup>37</sup>. Para atender a isso, é necessário que os homens produzam os bens necessários à satisfação de suas necessidades por meio do *trabalho*<sup>38</sup>. Daí que, progressivamente, Marx se debruce sobre a compreensão da dimensão econômica da vida social (no sentido amplo de modo de vida, nunca no de um reducionismo econômico), iniciando seus estudos sobre a economia política que culminam posteriormente com a publicação de sua obra principal, *O capital*<sup>39</sup>.

Exatamente por este caráter diferenciado da produção frente às demais dimensões humanas, ou seja, ser condição básica à existência da humanidade, é que a mesma possui o caráter de determinação<sup>40</sup> sobre toda a vida humana, em todas às suas dimensões<sup>41</sup>. Isto é,

---

<sup>35</sup> Foge aos objetivos deste trabalho um exame pormenorizado dos fundamentos da perspectiva marxiana de mundo, no entanto, apresentamos alguns que reputamos importantes para a compreensão da concepção de crise no pensamento de Marx e para o estudo de qualquer autor que reivindique esta vertente teórica.

<sup>36</sup> Segundo Lukács (2012, p. 307) a tese central do materialismo é que “o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência”.

<sup>37</sup> “O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

<sup>38</sup> “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios materiais para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.” (Ibid., p. 33).

<sup>39</sup> Cf. Gorender (1983, p. XV-XXIII).

<sup>40</sup> As passagens a seguir são ilustrativas e dão margem para interpretações de um Marx “determinista” e/ou “economicista” o que é incompatível com os fundamentos da teoria marxiana: 1) “O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, tira de sob seus pés a própria fundação sobre a qual a burguesia produz e apropria-se de produtos. O que a burguesia, portanto, produz acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.” (MARX, 2005, p. 29); 2) “O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no próprio trabalho. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação.” (MARX, 2013, p. 832); 3) “O movimento da sociedade capitalista, repleto de contradições, revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral. Esta já se aproxima novamente, embora ainda se encontre em seus estágios iniciais e, graças à ubiquidade de seu cenário e à intensidade de seus efeitos, há de inculcar a dialética até mesmo nos *parvenus* [novos ricos] do novo Sacro Império Prussiano-Germânico.” (Ibid., p. 91, grifo do autor).

todas as dimensões da vida social se encontram em permanente relação de influência mútua, entretanto, a produção ocupa uma posição distinta por ser a fonte de possibilidade da vida humana, ao assegurar as condições mínimas de existência.

Este “postulado” do pensamento marxiano não se desenvolve fortuitamente. Ao contrário, assim como qualquer aspecto de sua obra, este se desenvolve a partir da crítica ao pensamento dominante sua época<sup>42</sup>. No campo da filosofia, o pensamento dominante na Prússia, terra natal de Marx, era herdeiro do pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, numa vertente denominada de neohegelianos ou hegelianos de esquerda<sup>43</sup>. Assim, o materialismo do pensamento de Marx se forjou<sup>44</sup> a partir do contato com esta vertente que tinha como representantes, além de Karl Marx, Friedrich Engels, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Max Stirner e outros. A crítica de Marx a esta vertente filosófica se desenvolveu progressivamente e pode ser melhor apreendida nas obras *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), *A questão judaica* (1844), *A sagrada família* (1845) e *A ideologia alemã* (redigida entre os anos de 1845/1846 em parceria com Engels). Sendo esta última obra que marca a *superação*<sup>45</sup> de Marx com o idealismo.

A síntese da crítica a esta vertente, que acaba por se tornar uma crítica ao próprio Hegel<sup>46</sup>, é que entre os planos da realidade o que determina a vida social, como momento ontogenético, é o plano material e não o ideal. Examinemos mais de perto. A tradição idealista cujo expoente maior foi Hegel, estabelecia que, posto que “o que é racional é real e o que é real é racional”<sup>47</sup>, interessa à racionalidade a compreensão do real, entretanto, o real é o

<sup>41</sup> “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.” (MARX, 2008a, p. 47).

<sup>42</sup> Cf. Grespan (2000).

<sup>43</sup> Cf. Sader (2007, p. 9-15).

<sup>44</sup> “seu ponto de partida é decididamente, ainda que desde o início em termos críticos, a filosofia hegeliana.” (LUKÁCS, 2012, p. 281).

<sup>45</sup> Não compartilhamos da tese da “ruptura” no pensamento de Marx com a instauração da oposição entre o jovem Marx (não-marxista, humanista etc.) e o Marx de *maturidade* (marxista). Entendemos que o termo que melhor expressa a relação de Marx com o idealismo, bem como em relação à economia política ou ao materialismo é *superação*. O termo *superação* aqui deve ser entendido de modo dialético como afirmação, negação e forjamento de uma síntese inovadora em relação às influências teóricas de Marx. Entendemos, finalmente, que há um fio de continuidade em sua obra, marcada pelo aprofundamento da problemática estabelecida já nos primeiros escritos como, por exemplo, o trabalho, as classes sociais, o estranhamento, a emancipação humana etc..

<sup>46</sup> “Todavia, deve-se, constatar igualmente que, mesmo durante as mais duras polêmicas contra hegelianos de esquerda, como Bruno Bauer e Stirner, Marx jamais identificou o idealismo deles com o de Hegel.” (LUKÁCS, 2012, p. 282).

<sup>47</sup> Hegel (1997, p. XXXVI).

que pode ser racionalizado, que existe, portanto, na forma ideal (produto do pensamento), deste modo o “racional é o real”<sup>48</sup>.

No entanto, o contato de Marx com o materialismo de Ludwig Feuerbach, *em alguma medida*<sup>49</sup>, e com as ideias socialistas nos tempos em que ficou refugiado de seu país natal<sup>50</sup>, a Prússia, foi essencial para que Marx superasse o idealismo. Estes fatos foram decisivos para que ele, juntamente com Engels, se aproximasse e desenvolvesse a perspectiva *materialista*. Diferentemente dos idealistas, para Marx e Engels, o real não se resume ao racional muito menos coincide com este. O real é uma síntese da ideia com a matéria com predomínio da última sobre a primeira, ou seja, o que permite a existência da ideia é a matéria. O real, portanto, é a combinação entre ideia e matéria, com predomínio da matéria.

O contato com as ideias de Feuerbach foram, em alguma medida, relevantes para a superação de Marx com o idealismo. Feuerbach foi quem desenvolveu o materialismo ao colocar o homem como um “objeto sensível” que desenvolve a sua essência a partir de suas relações afetivas (amor, amizade etc.) e que supera a alienação religiosa pela tomada de consciência<sup>51</sup>.

A concepção feuerbachiana de homem em termos “sensíveis” representa um avanço em relação ao homem tomado em termos “racionais”, apesar de, por vezes, cair numa posição extrema, a ponto de reduzir o homem à condição natural<sup>52</sup>. Aqui, o homem também é tomado em termos de “objeto” do pensamento, ou seja, é um homem idealizado, uma representação feita pela consciência que não coincide com o que de fato é o homem, por, pelo menos, quatro motivos. O primeiro é que o “homem” existe além da idealização feita por Feuerbach, em relações sociais “práticas”, ou seja, o homem existe como “atividade prática”<sup>53</sup>. A atividade

---

<sup>48</sup> “é próprio deste [método hegeliano] a instauração da verdade a partir do movimento do *pensar*, no qual o *conteúdo* do pensamento realizado é objeto da filosofia. Mas não se trata de um pensamento qualquer (qualquer representação): só compartilha da verdade em-sendo-em-si o pensamento que se sabe como configuração de si mesmo; que se compreende enquanto pensamento que está além da representação imediata.” (RANIERI, 2011, p. 29).

<sup>49</sup> “A evolução filosófica que leva Marx ao materialismo culmina nesse voltar-se para a economia; se e até que ponto Feuerbach desempenhou um papel importante nesse processo é algo que não pode ser estabelecido com clareza, embora seja certo que Marx imediatamente de acordo, em princípio, com as ideias de Feuerbach acerca da ontologia da natureza e com sua atitude antirreligiosa.” (LUKÁCS, 2012, p. 285).

<sup>50</sup> Em outubro de 1843, em virtude da perseguição política da monarquia de Frederico Guilherme, Marx deixa sua terra natal, a Prússia (região da atual Alemanha), e vai à Paris, onde tem contato com o movimento proletário. A partir desse contato e da expressão de suas posições políticas, Marx é expulso de Paris (França) em 1845, indo para Bruxelas (Bélgica). Após ser expulso da Bélgica em 1848, Marx fica um pequeno intervalo de tempo em Colônia (região da atual Alemanha), para, então partir para Londres (Inglaterra) onde permanece o restante de sua vida. Cf. *Cronologia Resumida* In: Marx (2010).

<sup>51</sup> Cf. Marx e Engels (2007, p. 32) e Sartório (2005).

<sup>52</sup> Sartório (2005, p. 19).

<sup>53</sup> Cf. Marx e Engels (2007, p. 32).

prática humana não é meramente uma atividade “natural”. Apesar de depender da natureza para se desenvolverem como homens, os homens moldam a natureza segundo suas necessidades, impregnando o natural de “social”, elevando a natureza a patamar mais elevado e qualitativamente distinto<sup>54</sup>. Os homens dependem da natureza como condição para realizar, por meio de suas relações sociais, a produção da vida material. Esta produção não é realizada por homens genéricos, mas por homens divididos em classes sociais, determinadas historicamente conforme cada sociedade. E, por último, as relações sociais determinantes não são as relações afetivas como acreditava Feuerbach, mas as relações sociais empregadas na produção da vida material<sup>55</sup>.

A razão, o racional, não deve se concentrar, portanto, no desenvolvimento da ideia ou a desenvolver a ideia, mas em apreender o desenvolvimento da matéria-ideia, o real, como desenvolvimento histórico não-linear, mas *processual*. Aqui há um ponto de convergência entre a perspectiva hegeliana e a perspectiva materialista marxiana já que ambas concebem que a História se desenvolve de modo processual, com idas e vindas, reviravoltas, de modo não-linear (mecanicista). Entretanto, há um ponto de divergência, além do citado acima, é que o pensamento hegeliano atribui ao desenvolvimento histórico uma finalidade (*telos*) em si, a realização da ideia como espírito e razão, marcada pelo surgimento do Estado moderno (capitalista). Finalmente, os fundamentos do “materialismo” apontam que a História é um processo “aberto”, pleno de possibilidades de desenvolvimento, que não tem em si qualquer finalidade<sup>56</sup>.

Mas, segundo Marx e Engels (2007), não basta ao pensador ficar interpretando o mundo de formas diversas, já que isto tem sido feito há milênios na História. Não basta interpretar o mundo, tem que interpretar e transformar o mundo sobre o qual se reflete<sup>57</sup>. Portanto, uma inovação metodológica do pensamento de Marx é entender que teoria e prática constituem em unidade. A teoria só tem validade se comprometida com a transformação do mundo em que ela está inserida, mas da teoria que reflete a prática de forma adequada e não da teoria que reflete sobre si mesma, bem como a prática que interessa é que é a capaz de

---

<sup>54</sup> Lukács (2013).

<sup>55</sup> Por este breve comentário podemos perceber que o homem como “objeto sensível” de Feuerbach é uma flor materialista num jardim idealista.

<sup>56</sup> Uma ótima obra de Marx em que pode ser conferida esta percepção de que a História é um processo em aberto é *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011). Nesta obra, Marx analisa a política francesa em meados do século XIX que culminam com a chegada de Luís Bonaparte ao poder. José Paulo Netto (1997) aponta que, apesar dos sujeitos históricos dotarem suas ações de intencionalidade (teleologia), o curso histórico não é teleológico.

<sup>57</sup> “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

transformar a sociedade munida do arsenal desenvolvido pela teoria, não como prática teórica ou “crítica da crítica”, mas de movimento político orientado por reflexões teóricas adequadas à transformação socialista da sociedade em que se vive<sup>58</sup>. Em suma, e de modo menos esquemático, teoria e prática são momentos de uma mesma unidade e devem estar orientadas para a transformação da sociedade capitalista.

Outra especificidade do pensamento marxiano, orientado pela perspectiva de superação do capitalismo, diz respeito ao tratamento/relacionamento do pesquisador com as categorias. Para que se possa chegar às categorias mais fundamentais, deve-se partir da realidade em sua forma de apresentação mais superficial, o concreto como “ponto de partida efetivo”, abstraindo as determinações em direção aos fundamentos mais essenciais para, posteriormente, a partir da inclusão das determinações abstraídas, “dar início à viagem de retorno”, reconstruindo o real no pensamento, de modo que o concreto é também o “resultado”, “processo de síntese” de múltiplas determinações<sup>59</sup>. Marx diferencia-se da economia política clássica, já que, a mesma parte da realidade em seus aspectos mais superficiais chegando a alguns aspectos essenciais<sup>60</sup>. Entretanto, não só todas as categorias não são desvendadas pelo mecanicismo de seu método, que não permite o tratamento das contradições<sup>61</sup>, mas também as determinações abstraídas não são inseridas para se chegar à realidade determinada.

Na esteira deste debate encontra-se a relação entre “aparência” e “essência” no pensamento de Marx. Marx, como pensador moderno, também manteve em seu pensamento uma perspectiva científica. Deste modo, ele utiliza as categorias aparência e essência, que aparecem em seus escritos tanto de modo implícito quanto explícito. Em Marx, aparência refere-se à “superfície” do fenômeno e a essência aos aspectos “mais profundos” e fundamentais. Aparência e essência são coisas distintas compondo a mesma unidade, o

---

<sup>58</sup> O contato de Marx com as ideias socialistas se deu nos tempos em que foi redator-chefe da Gazeta Renana cujo reconhecido desconhecimento o impeliu aos estudos tanto das ideias socialistas quanto da economia política. Cf. Gorender (1983, p. X).

<sup>59</sup> “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.” (MARX, 2011, p. 54).

<sup>60</sup> “Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise.” (Ibid., p. 54).

<sup>61</sup> “De acordo com Marx, essa deficiência se deve à dificuldade, compartilhada por Ricardo com toda a economia política, de conceber resultados que contrariem seus pressupostos, ou que passem por conceitos intermediários contraditórios. No fundo, portanto, trata-se de uma deficiência da lógica formal tradicional em que se apóiam os clássicos.” (GRESPLAN, 2000, p. 97).

“fenômeno”<sup>62</sup>, em que a aparência oculta a essência<sup>63</sup>. São contraditórios, afinal aparência e essência se apresentam de “modo invertido”, como *opostos*<sup>64</sup>. E se apresentam intimamente relacionados em constante determinação recíproca<sup>65</sup>.

A ciência para Marx deve ser capaz de chegar à essência dos fenômenos e reconstruir o nexo explicativo entre esta e a aparência do fenômeno, “ordenando a matéria”. Mas, atenção, assim como não se deve “ficar na aparência dos fenômenos”, não se deve “ficar preso” somente à sua essência. Assim como a “aparência” é insuficiente para a compreensão do fenômeno, a “essência” também o é. Por isso que a tarefa do pesquisador é partir da “aparência” para chegar à “essência”, para posteriormente reconstruir os nexos explicativos entre ambos, mostrando as determinações recíprocas a partir do fundamento<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> Boito Jr. (2002, p. 135) utiliza as categorias “realidade superficial” e “realidade profunda” para se referir a aparência e a essência do fenômeno. Neste artigo ele destaca que “A relação entre aparência e essência não é pensada por Marx como uma relação simples entre a mentira e a verdade. A aparência faz parte da realidade, tem sua ‘espessura’ própria” (Ibid., p. 133).

<sup>63</sup> Segundo Lukács (2012, p. 294): “Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la.”

<sup>64</sup> É célebre a passagem de *A ideologia alemã* sobre a realidade como uma câmara escura: “Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Marx e Engels (Ibid., p. 93) chamam a atenção para o fato da ideologia, consciência *da* e *na* realidade, que se forja no seio das relações materiais de existência, mediadas pelo trabalho, poder ser “real ou ilusória”. Ou seja, ser expressão correspondente tanto da realidade em seus aspectos superficiais quanto em seus aspectos profundos. No entanto, pela perspectiva dialética, predominam visões de mundo correspondentes à base material de intercâmbio do homem com a natureza, isto é, que corresponda a um modo de produção determinado historicamente. No caso, das sociedades de classe, ocorre, portanto, o predomínio ideológico das representações “ilusórias” perante das representações “reais”. Parece-nos que isso decorre do fato do fundamento material da vida estar também em contradição, os meios de produção estão separados dos trabalhadores e são utilizados para a exploração destes últimos. Não iremos aqui demonstrar esta relação, uma vez que foge aos objetivos da pesquisa e requer uma série de mediações. Deste modo, a ideologia predominante, vinculada aos aspectos superficiais da realidade, encontra-se em consonância com um fundamento material que determina a contradição interna da realidade em aparência e essência. Parece-nos também que esta contradição entre aparência e essência, por ocorrer exclusivamente nas sociedades de classe, pode, portanto, ser superada historicamente: “O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 154).

<sup>65</sup> É o caso, por exemplo, da relação entre taxa de mais-valia e taxa de lucro. A primeira como essência e a segunda como aparência. A segunda como manifestação da primeira. A primeira como fundamento da segunda. A taxa de mais-valor, como veremos mais adiante neste capítulo, se desenvolve progressivamente com a elevação da produtividade do trabalho social, ao mesmo tempo, que a taxa de lucro cai. A queda da taxa de lucro e a impossibilidade de manter a valorização do capital, por sua vez, se manifesta em crises que demandam, entre outras medidas, a elevação da taxa de mais-valor para retomar o curso regular da valorização.

<sup>66</sup> Marx, em *O capital* e nos *Grundrisse*, trava um incessante debate com a economia seja com a clássica ou com o que ele chamava de “vulgar” e por vezes é explícito quanto à relação entre aparência e essência desenvolvida por estas perspectivas. Em relação à economia política a crítica reside no fato que a economia política partia da aparência e, por vezes conseguia chegar à essência do fenômeno, mesmo que de forma parcial. Por exemplo, a economia política, com Ricardo, chegou ao valor, mas pela insuficiência de seu método, devido às suas

Ainda sobre o uso das categorias, o pensamento de Marx não é prescritivo/normativo<sup>67</sup>, não estabelece *a priori* quais as categorias deverão ser utilizadas pelo pensador-militante<sup>68</sup>, o que, no fundo, é uma forma idealista de relação com a teoria/prática. As categorias advêm do próprio contexto<sup>69</sup>, dizem respeito a ele, importa a sua capacidade de explicação do mesmo. Devem, portanto, operar na realidade estudada e serem apreendidas pelo pensamento, e não forjadas pelo pensador como propõem determinadas perspectivas<sup>70</sup>. Deste modo, as categorias estudadas devem partir da própria realidade estudada para o pensamento, e não o contrário, do pensamento para a realidade estudada.

Há outra divergência metodológica entre Hegel e Marx e diz respeito ao “método de exposição”. Há uma dialética tanto no pensamento de Marx quanto no de Hegel, que são distintas. Em Hegel, a dialética se apresenta como o desenvolvimento da ideia, da representação. Deste modo, a realidade representada é “trabalhada” no pensamento de modo aos conceitos relacionarem-se como contradições entre entes que se configuram como totalidade diante de seu contrário. Ao se afirmar como totalidade o positivo abarca em seu âmago o negativo como momento de si. O negativo por sua vez também se põe como totalidade diante do positivo, que é momento de si. Em pôr-se, tanto o positivo, quanto o negativo se negam ao relacionar-se com seu contrário, e retornam a si como totalidade, daí que a contradição em Hegel se resolve de modo pleno<sup>71</sup>.

Em Marx, o fazer-se do ser como relação-capital só é possível nos termos hegelianos considerando-se o capital. O capital como totalidade contém em si o trabalho como seu momento. Ao pôr-se como capital em automovimento tem que negar-se como capital ao se

---

inclinações políticas, não conseguiu ir além e chegar a outras categorias como o mais-valor. O teor desta crítica metodológica por ser conferido na “Introdução” dos *Grundrisse*. Em relação à economia vulgar, Marx destina uma célebre passagem no Livro III de *O capital*: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 2008c, p. 1080). Esta citação é integrante da crítica que Marx realiza à economia vulgar quando ele evidencia que esta vertente permanece “presa” à aparência dos fenômenos: “Na realidade, a economia vulgar se limita a interpretar, a sistematizar e a pregar doutrinariamente as idéias dos agentes do capital, prisioneiros das relações de produção burguesas.” (Ibid., p. 1080).

<sup>67</sup> “Se separadas da história real, essas abstrações não tem nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas podem ser classificadas.” (MARX, 2007, p. 95).

<sup>68</sup> Um desdobramento do pensamento de Marx é que não existe ciência desinteressada em relação ao mundo em que está inserida. Toda ciência está vinculada a uma perspectiva política, de classe, mesma que negue este fato, postulando uma pretensa “neutralidade”/“objetividade”. Cf. Durkheim (2007) e Weber (2010).

<sup>69</sup> Para Lukács (2012, p. 303), no pensamento de Marx há uma “prioridade do ontológico com relação ao mero conhecimento”, como o ideia não coincide com o real, o real é mais rico em determinações que o conhecimento é capaz de apreender, deste modo, o pensamento em Marx visa o “grau máximo de aproximação possível” com o real.

<sup>70</sup> Cf. Weber (2010).

<sup>71</sup> Cf. Grespan (2002).

fazer processo de valorização, e retornar a si como capital dotado de mais-valor. A diferença é que o negativo do capital, o trabalho, não consegue se por como totalidade diante do capital. O trabalho como antagônico estrutural do capital põe-se como trabalho ao relacionar-se com o capital como momento de si, se negando, como trabalho vivo em relação com o trabalho morto. O problema é que, ao retornar a si, o trabalho não retorna como totalidade. Ao final do processo de trabalho, o mais-valor produzido não é apropriado pelo trabalho. Daí que o trabalho retorna a si “de mãos vazias”<sup>72</sup>.

Outro ponto de diferença entre a dialética hegeliana e a marxiana é que a identidade entre substância e sujeito ou forma e conteúdo está presente no fazer-se ser do pensamento hegeliano. Ou seja, o que torna o ser sujeito é que haja identidade entre si e sua substância, entre sua forma e seu conteúdo. Em Marx, o sujeito apresenta-se de modo contraditório não só em termos de positivo e negativo, mas como contradição entre sujeito e substância. O sujeito, o capital, tem como total substância (conteúdo) o valor que é trabalho abstrato, apesar de, na forma, apresentar-se como capital<sup>73</sup>.

## **1.2 A crise na circulação simples de mercadorias como possibilidade que caminha rumo à efetividade**

### **1.2.1. O caráter contraditório da mercadoria, do trabalho e da realidade como fetichismo**

A exposição de *O capital* se inicia com a mercadoria<sup>74</sup>, o ente mais “elementar” e que guarda a contradição mais abstrata da produção capitalista, a que existe entre valor e valor de

---

<sup>72</sup> Grespan (2002).

<sup>73</sup> Ibid.

<sup>74</sup> “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão.” (MARX, 2013, p. 113). Para que um objeto ou efeito útil seja considerado mercadoria é necessária a satisfação de três condições. Primeiro, o bem ou serviço deve ser produto do trabalho. Segundo, deve ter valor de uso para seu comprador. E terceiro, deve realizar seu valor, ou seja, ser trocado no mercado. A hipótese de Marx é que as mercadorias surgiram nas trocas realizadas nos limites das comunidades como pode ser observado na passagem a seguir: “A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade. Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente accidental. Elas são permutáveis por meio do ato volitivo de seus possuidores de aliená-las mutuamente. Ao mesmo tempo, a necessidade de objetos de uso se consolida paulatinamente. A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu

uso<sup>75</sup>. O valor de uso está relacionado aos atributos físicos, aos aspectos qualitativos da mercadoria. Mas a mercadoria não existe apenas como um produto materialmente falando, mas, segundo o próprio Marx, ela pode ser um *efeito útil*<sup>76</sup>.

O valor, contido na mercadoria, é uma das categorias na obra de Marx, ao mesmo tempo, mais simples e mais complexa. Mais simples porque é evidenciada analiticamente no cume da abstração teórica marxiana: “A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo” (MARX, 2013, p. 77-78). Ao mesmo tempo é a mais complexa não no sentido anterior, quanto à riqueza de determinações, o que consistiria num contrassenso, mas no sentido da *apreensão teórica*, já que só é evidenciada analiticamente, no plano inteligível, e não poder ser verificada/mensurada empiricamente, o que, inclusive, tem sido fonte de questionamentos e/ou por incompreensões<sup>77</sup>. Valor é quantidade capitalista de trabalho que se incorpora à mercadoria<sup>78</sup> e quantidade de trabalho é

---

valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa, na qual elas são trocadas, torna-se independente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor.” (MARX, 2013, p. 162-163).

<sup>75</sup> A possibilidade da crise já está posta em germe na contradição interna da mercadoria. Cf. Ribeiro (2008, p. 11).

<sup>76</sup> No Livro II de *O capital*, Marx analisa duas modalidades de capital que são extensão da indústria, a indústria de transportes e de comunicação que oferecem como mercadoria não um bem, mas um **efeito útil**. Duas passagens são chave para esta compreensão: 1) “Há, entretanto, ramos industriais autônomos em que o resultado do processo de produção não é nenhum produto, nenhuma mercadoria. Entre eles, o único setor importante, do ponto de vista econômico, é o de transportes e comunicações, que abrange tanto o transporte de mercadorias e pessoas quanto a transmissão de notícias, serviço postal etc. (...) O que a indústria de transportes vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção que ele realiza. **O efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse, depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria.** Mas o valor-de-troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria de transportes. **Também no tocante ao consumo, esse efeito útil se comporta como qualquer outra mercadoria.** Se é consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se produtivamente, sendo um estágio da produção da mercadoria que se transporta, seu valor se transfere à mercadoria como valor adicional. A fórmula da indústria de transportes seria, portanto,  $D - M < \overset{F}{M}_p \dots P - D'$ , uma vez que é consumido o próprio processo de produção, e não um produto dele separável.” (MARX, 2005, p. 64-65, grifo nosso). 2) “O trabalho põe os meios de produção em condições nas quais, por si mesmos, percorrem certos processos naturais cujo resultado é determinado **efeito útil ou forma modificada de seu valor de uso.**” (Ibid., p. 139, grifo nosso).

<sup>77</sup> Já na época de Marx havia incompreensões relacionadas ao seu método de pesquisa e exposição, bem como relacionados à categoria valor: “O método aplicado em *O capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro” (MARX, 2013, p. 88). Quanto à categoria valor, no posfácio da segunda edição de *O capital* Marx relata e rebate alguns estudiosos da *Revue Positiviste* que o acusaram de “metafísico” pelo uso da categoria valor (Ibid., p. 88). E ainda, segundo Gorender (1983, p. LI): cada um à sua maneira, teóricos como Böhm-Bawerk, Schumpeter, Myrdal, Robinson, Morishima e Catephores estão os que se demonstraram incompreensão quanto ao método de Marx ou à categoria valor.

<sup>78</sup> “Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho.” (MARX, 2013, p. 116).

medido em tempo de trabalho socialmente necessário<sup>79</sup>. Mas, apesar da confusão teórica que se faz em torno da categoria valor<sup>80</sup>, a mesma se expressa como *valor de troca*. Ou seja, o valor, contido na mercadoria, só pode se manifestar/expressar na troca. Não é que sem a troca não exista valor, afinal o tempo de trabalho socialmente necessário está contido na mercadoria. É que o valor só pode se expressar no momento da troca. Assim, a troca confirma a existência do valor e valida o produto como mercadoria. Se o produto não realiza a troca, o tempo de trabalho nele contido de nada serve, ele desvaloriza deixando de ser mercadoria potencial. Portanto, comparar mercadorias na troca expõe/expressa seu caráter de valor.

O fundamento da produção do valor e do valor de uso, como apresentado acima, é o trabalho<sup>81</sup>. A investigação do caráter “duplo” interno à mercadoria conduziu Marx a descobrir a duplicidade<sup>82</sup> do trabalho produtor de mercadorias<sup>83</sup>. E esta é uma distinção categorial de extrema relevância, veremos. O trabalho, em qualquer época, produz coisas úteis à satisfação de necessidades humanas, é produtor de valor de uso, trabalho empregado com determinada finalidade e realizado com meios socialmente determinados, é “trabalho concreto”. O trabalho concreto é uma “condição de existência” humana, já que toda época histórica demanda a produção de coisas úteis à satisfação de necessidades humanas, variando conforme o caráter

---

<sup>79</sup> “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor.” (MARX, 2013, p. 117).

<sup>80</sup> A passagem a seguir ilustra a distinção entre as duas categorias: “A continuação da investigação nos levará de volta ao valor de troca como o **modo necessário de expressão** ou **forma de manifestação do valor**” (Ibid., p. 116, grifo nosso). A confusão pode ser evidenciada no trabalho de Antunes e Benoit (2010).

<sup>81</sup> Este é um ponto de convergência entre Marx e a economia política clássica. Ambos atribuem ao “trabalho em geral” a propriedade de ser fonte da riqueza (MARX, 2011, p. 57). A diferença é que Marx vai além daquela escola com a concepção da duplicidade interna ao trabalho no capitalismo, como trabalho concreto e ao mesmo tempo abstrato. A economia política jamais chegaria a esta compreensão já que considerava as categorias *trabalho* e *valor* como “naturais”, e, portanto, existentes em todas as formações sociais. Marx, ao contrário, chega a estas categorias exatamente por buscar a especificidade do trabalho no capitalismo e por entender que o valor é uma categoria específica e inerente à produção orientada para a troca. E que o valor só pode advir do trabalho em sua dimensão abstrata, daquilo que os diferentes trabalhos concretos tem de comum, dispêndio capitalista de força de trabalho. Cf. Grespan (2000).

<sup>82</sup> Há interpretações que colocam a “dupla natureza” do trabalho capitalista, trabalho concreto e abstrato, como a “questão central” para a compreensão da economia política uma vez que “fundamenta a dualidade geral das categorias da economia política”; cf. Borges Neto (2007).

<sup>83</sup> “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.” (MARX, 2013, p. 124).

de cada época e sociedade<sup>84</sup>. Portanto, o trabalho concreto para Marx é inerente a toda e qualquer formação social, em todos os tempos históricos<sup>85</sup>.

Cada sociedade, em cada época específica, em relações sociais determinadas, desenvolve um modo de produzir a riqueza que determina o próprio consumo e as necessidades sociais: “Produz, assim, o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso do consumo.” (MARX, 2011, p. 47). Em relação às demais dimensões da produção – distribuição, circulação e consumo – a produção ocupa uma posição de “momento predominante” em virtude de ser o “ponto de partida efetivo” de onde o processo “sempre recomeça” (Ibid., p. 49 e 53). As demais dimensões da produção também influenciam o curso da produção: “Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.” (Ibid., p. 53). Mas a produção ocupa uma posição distinta em relação aos demais momentos influenciando sobremaneira seu curso conjunto por ser “momento predominante”.

Já a dimensão abstrata do trabalho é fruto de operação que o próprio modo de produção capitalista realiza com o *aparente* intuito de circular mercadorias, de realizar o valor inerente à cada uma. É *aparente* porque o mercado aparece como automovimento das mercadorias que fazem seus proprietários se relacionarem. Mas, no fundo (*em essência*), e de forma invertida à aparência, as relações entre os agentes da produção, que são mediadas pelas mercadorias, irão comparar a capacidade de produção de valor dos trabalhos particulares contidos na mercadoria singular. Deste modo, e como aparência e essência formam uma unidade contraditória, o mercado/a circulação é, entre outras coisas e, ao mesmo tempo, o *locus* de comparação não só de valores, mas de trabalhos concretos abstraídos a trabalho abstrato. Além do que, devemos ressaltar que não se trata de uma “operação lógica”<sup>86</sup> de dividir a categoria trabalho em “concreto” e “abstrato”, mas um exercício de apreensão

---

<sup>84</sup> Cada sociedade desenvolve meios específicos de moldar a natureza às suas necessidades e a *forma* de produzir em cada época é chave para a compreensão da mesma: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha.” (MARX, 2013, p. 257).

<sup>85</sup> “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Ibid., p. 120). Também cf. Carcanholo (2013).

<sup>86</sup> “Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real.” (RUBIN, 1980, p. 160).

teórica do que, de fato, abstratamente, se processa no real<sup>87</sup>, mesmo que a despeito da consciência dos agentes<sup>88</sup>.

O trabalho abstrato, em que pese as interpretações equivocadas<sup>89</sup> acerca de seu significado, não se resume a mero dispêndio fisiológico de força de trabalho. Quando os produtores privados vão ao mercado trocar suas mercadorias de forma imediata comparam seus trabalhos de forma mediata. Neste exercício relacional, eles comparam seus trabalhos e os igualam. No entanto, esta igualação dos trabalhos, para Marx não é uma redução dos mesmos ao denominador comum de mesmo dispêndio de energia fisiológica. Esta interpretação reduz todo o caráter social e histórico do trabalho a seu aspecto biológico, que, apesar de pressuposto, não pode ser colocado como sentido para a categoria trabalho abstrato. Afinal, esta concepção se constitui num vareio teórico, já que implicaria entender o capitalismo como o regresso do homem a um estado pré-histórico. Longe disso, o capitalismo é um sistema determinado social e historicamente, portanto, suas categorias devem ser explicadas em termos também sociais e históricos<sup>90</sup>.

A transformação prática dos trabalhos concretos em trabalho abstrato, operação realizada sistematicamente pelo modo capitalista de produção não implica a redução ao aspecto biológico do trabalho, muito menos uma igualação supra-histórica<sup>91</sup>. Ao contrário, esta operação é social e histórica, determinada pelo caráter capitalista da produção. A categoria trabalho abstrato representa a igualação dos trabalhos concretos no seio do capitalismo, para tal são utilizados critérios sociais que variam historicamente no interior deste modo de produção como: duração do dispêndio de trabalho, intensidade do trabalho, a qualificação do trabalho e a quantidade de produtos produzidos numa unidade de tempo<sup>92</sup>. A definição das “unidades sociais de trabalho”, exatamente por ocorrer em termos sociais e

---

<sup>87</sup> “A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato.” (MARX, 2013, p. 149).

<sup>88</sup> Este caráter de produto do trabalho que é inerente à mercadoria nem sempre é percebido pelos agentes da produção: “Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem.” (Ibid., p. 149).

<sup>89</sup> Cf. Rubin (1980).

<sup>90</sup> “Na medida que o valor do produto do trabalho é uma função social, e não natural, o trabalho que cria este valor não é uma substância fisiológica, mas uma ‘substância social’.” (RUBIN, 1980, p. 154). Ou nos dizeres de Marx (2013, p. 151) acerca das categorias sociais e históricas específicas ao capitalismo: “Ora, são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias.”

<sup>91</sup> Rubin, 1980, p. 109-120).

<sup>92</sup> Ibid., p. 172.

históricos, levando em consideração os critérios supracitados, implica num “condicionamento casual” do trabalho em termos abstratos<sup>93</sup>.

Compreendidos tanto o trabalho concreto quanto o trabalho abstrato vamos à relação entre ambos. O modo capitalista de produção realiza um processo de “validação” dos trabalhos concretos ao testar seu caráter de valor na esfera da troca por meio da igualação dos trabalhos, de sua redução a trabalho abstrato. Deste modo, na esfera da produção o trabalho concreto se apresenta como potencial<sup>94</sup> trabalho abstrato, fato que se confirma como ato na esfera da circulação, trabalho concreto como potencial trabalho abstrato. O trabalho abstrato como consequência lógica e prática desta afirmação só pode ser trabalho concreto de fato, cujo produto é um valor de uso que realiza seu valor na troca.

Assim, a produção capitalista contém em seu bojo uma infinidade de trabalhos concretos que incessantemente são igualados como trabalho abstrato com vistas à revelar o real caráter de valor de cada trabalho contido nas mercadorias produzidas por cada trabalho privado. A produção capitalista se configura, portanto, tendo seu trabalho social marcado pela existência de inúmeros trabalhos privados voltados à produção de valor. O trabalho privado, concreto, só se torna social na medida em que “prova” no mercado que seu trabalho é produtor de valor, ao produzir mercadorias. Portanto, a produção capitalista realiza incessantemente a passagem do trabalho privado a trabalho social por meio da sua conversão de trabalho em concreto em trabalho abstrato, a redução a “massa homogênea de trabalho social” de tipo capitalista. Isso confere o caráter de mercado à produção capitalista. Daí a afirmação de Rubin (1980, p. 165) de que a “troca” no sistema capitalista deve ser compreendida numa dupla acepção, como “fase particular”, momento da produção, e “forma

---

<sup>93</sup> Rubin (1980, p. 174).

<sup>94</sup> É utilizada na tradução da obra de Rubin (Ibid., p. 166) as categorias “indireto” e “latente” para expressar a relação do trabalho concreto como trabalho abstrato. No entanto, optamos pelo categorial “potência”. O termo “indireto” parece dicotomizar a relação trabalho concreto e trabalho abstrato prendendo o trabalho concreto à esfera da produção e o trabalho abstrato à esfera da circulação. Realiza, portanto, uma cisão que não corresponde com a compreensão de que o mesmo trabalho pode ser compreendido em termos concretos e abstratos. Já a categoria “latente” se aproxima mais do que de fato se opera na relação entre trabalho concreto e abstrato. No entanto, entendemos que a mesma só pode ser utilizada em termos didáticos, uma vez que é integrante de outro rol categorial, o das ciências naturais. Desta forma, para os propósitos deste estudo a categoria que melhor expressa a relação entre a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato é a de “potência”. O trabalho concreto é *potencialmente* trabalho abstrato o que se consuma de “fato” ou em “ato” como realização da “potência” pelo processo social de validação na esfera da troca, pela troca do produto do trabalho, a mercadoria, também em estado de “potência”. Como o “social” é o momento predominante em relação ao “particular”, em qualquer formação social, somente o social determina o que é social. Deste modo, por mais que a produção esteja orientada deste seu início para valorização e que a mesma tenda a ocorrer no curso regular da produção, seu contrário também pode se manifestar, a não realização do valor e a não validação do trabalho privado como social, ou de determinado trabalho concreto não ser igualado a outro concreto, já que não o produto de seu trabalho não possui qualquer valor e seu dispêndio social de força de trabalho não se adequa aos critérios sociais da troca.

social”, isto é, um tipo/modalidade específicos de produzir bens ao longo da história tendo a mediação do mercado mais do que um momento da produção, mas momento necessário que determina uma produção deste seu início voltada para a produção de valor.

A relação contraditória entre trabalho concreto e trabalho abstrato ocorre numa produção em que o *trabalho social* também é marcado por contradições que conduzem ao fenômeno do *fetichismo*.

O *fetichismo* da mercadoria consiste num complexo fenômeno que envolve uma inversão relacional entre o sujeito e o objeto da produção na sociedade capitalista. O fetichismo é a *forma* que a sociedade capitalista encontra-se disposta para sua produção, em que ocorre uma inversão na relação entre o sujeito e objeto no que tange à aparência e à essência da realidade.

No plano da aparência os objetos (coisas, produtos do trabalho humano) aparecem como sujeitos. Suas “relações humanizadas” produzem as relações “reificadas” entre os homens (sujeito). No plano da essência, ocorre o inverso da aparência, as relações sociais de produção reificadas entre os homens (sujeito) determinam o desenvolvimento social do objeto. As relações entre os objetos são produto das relações entre os homens<sup>95</sup>.

Entre as duas dimensões que estão dispostas de modo invertido na realidade, a determinação fundamental parte da essência<sup>96</sup>. As propriedades sociais dos objetos advêm das relações de produção reificadas entre os homens<sup>97</sup>. São as relações de produção *gerais* entre os homens que conferem “funções sociais”<sup>98</sup> aos objetos, *dotam* os objetos de propriedades

---

<sup>95</sup> “É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2013, p. 147).

<sup>96</sup> “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação entre os objetos, existente à margem dos produtores.” (Ibid., p. 147).

<sup>97</sup> A reificação, fenômeno subjacente ao fetichismo e base para a “personificação das coisas”, advém do próprio caráter da totalidade capitalista como uma sociedade produtora de mercadorias, em que os sujeitos do processo, os homens, são resumidos pelo processo de produção a “objetos”. O processo de produção, por exemplo, *equivale homens a coisas*, ao resumir a força de trabalho a uma mercadoria, ao utilizar esta como mercadoria capaz de valorizar outras mercadorias. O trabalhador estabelece uma relação de “autoreificação” ao produzir um mundo “estranho” a si, ao se exteriorizar numa realidade objetiva que se opõe ao seu desenvolvimento pleno – fenômeno do *estranhamento*. Esta realidade “estranha” ao trabalhador é interiorizada por estes, penetrando em seu âmago mais profundo, em sua “alma”: “Do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado a estrutura da reificação, no curso de desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva.” (LUKÁCS, 2003, p. 211).

<sup>98</sup> “Mas na medida que essas relações de produção só vinculam as pessoas através das coisas, a coisa desempenha uma função social específica, e adquire uma particular forma social que corresponde ao dado tipo de relação de produção.” (RUBIN, 1980, p. 49).

sociais<sup>99</sup>, que proporcionam aos objetos a aparente capacidade de determinar o rumo das relações sociais. E são as relações de produção *específicas* que determinam que um objeto assuma uma função específica como, por exemplo, mercadoria, dinheiro ou capital<sup>100</sup>.

Na esteira do pensamento marxiano, o que se apresenta no plano da aparência é algo irreal, é algo concreto<sup>101</sup>. De fato os homens “gravitam” em torno dos objetos que parecem dotados de vida própria, afinal a posse de determinado objeto não só expressa relações sociais determinadas, mas também a possibilidade de estabelecer relações sociais como um sujeito que personifica a coisa (reificação)<sup>102</sup>.

### 1.2.2 A autocontradição da mercadoria que se repõe de modo externo no dinheiro: a emergência da crise como possibilidade

Voltando à superfície. A mercadoria guarda em seu interior uma contradição, um incessante conflito entre valor de uso e valor. Ao ser constantemente trocada no mercado por outras mercadorias estabelecendo uma autorrelação, ao relacionar-se com outrem<sup>103</sup>, a mercadoria passa gradativamente da forma simples à forma *equivalente universal*, o dinheiro<sup>104</sup>. Isto é, o incessante conflito interno entre valor e valor de uso acaba por se

---

<sup>99</sup> A mercadoria como “forma elementar” do modo de produção capitalista não é tomada por Marx como um objeto apenas do ponto de vista “sensível”, mas pelas “propriedades sociais” que os próprios homens conferem através de suas relações de produção, de caráter mercantil, é que, para Marx a mercadoria é “uma coisa sensível-suprassensível” ou coisa “social” (MARX, 2013, p. 146-147). A economia política clássica explicou de forma equivocada a origem do caráter social das “coisas” na produção capitalista. Seu erro consistiu em derivar imediatamente o caráter social das propriedades técnicas dos objetos (RUBIN, 1980, p. 42).

<sup>100</sup> “*Todo tipo de relação de produção entre pessoas confere uma ‘virtude social’, uma ‘forma social’, específica, às coisas através das quais as pessoas mantêm relações diretas de produção.*” (Ibid., p. 35, grifo do autor).

<sup>101</sup> “A estes últimos [os produtores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas **são**, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas entre seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas.” (MARX, 2013, p. 148, grifo nosso).

<sup>102</sup> “Se determinada pessoa mantém uma relação de produção direta com outras pessoas determinadas, enquanto proprietária de certas coisas, então uma dada coisa, não importa a quem possua, a habilita a ocupar um lugar no sistema de relações de produção. Na medida em que a propriedade sobre coisas é condição para o estabelecimento de relações de produção direta entre as pessoas, parece que a coisa mesma possui a capacidade, a *virtude*, de estabelecer relações de produção.” (RUBIN, 1980, p. 34).

<sup>103</sup> “A ‘atividade’ da primeira mercadoria significa que através da relação com a outra ela expressa seu próprio valor, de modo que a relação com a outra é de fato relação consigo mesma através da outra, ou auto-relação mediada pela outra” (GRESPLAN, 1998, p. 76).

<sup>104</sup> “A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E assim ela se torna – dinheiro.” (MARX, 2013, p. 161).

exteriorizar em uma mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O dinheiro é a “solução” para a contradição entre valor e valor de uso<sup>105</sup>.

No entanto, os conflitos internos, ao “se resolverem”, se repõem de modo externo. Desta forma, ao produzir o dinheiro como solução para sua contradição interna, as *mercadorias particulares* entram em contradição com o próprio dinheiro (*mercadoria universal*). O surgimento do dinheiro, “produto necessário do processo de troca”, implica uma nova determinação à exposição categorial de *O capital*, já que seu nascimento possibilita ao processo de troca a dissociação entre a compra e a venda pela formação de uma unidade de contrários com a mercadoria, onde a mercadoria é a “forma natural” e “particular” da riqueza e o dinheiro, o oposto, a “forma social” e “universalmente válida” (ANTUNES; BENOIT, 2010, p. 41). “Dessa assimetria surge a tensão e a possibilidade de uma crise entre ambos” (Ibid., p. 41).

A analogia proposta por Antunes e Benoit (Ibid., p. 41-42) é precisa para expor este novo conflito. Segundo eles, a forma mercadoria e a forma dinheiro são como um casal cujo envolvimento afetivo é desigual já que a mercadoria ama mais o dinheiro que o dinheiro ama a mercadoria. Afinal, o dinheiro é o equivalente universal, é a forma na qual se “cristaliza” o valor, forma que toda mercadoria quer assumir para realizar-se como tal.

O caráter de nova determinação do dinheiro ao processo de trocar reside no fato de que, até então, a exposição levou em consideração trocas diretas entre mercadorias (M – M). Neste caso, há identidade no processo de troca, em que o ato de compra e venda é único, compra é venda e venda é compra simultaneamente, é troca de mercadorias de lugar com a finalidade de obter valor de uso diverso do por si produzido. No entanto, com o surgimento do dinheiro, inaugura-se uma cisão no ato de compra e venda, de modo que a compra não necessariamente será sucedida pela venda<sup>106</sup>.

Neste momento, compra e venda passam de ato único (M – M) para atos separados, opostos e complementares na circulação simples de mercadorias (M – D – M): vende-se (M –

---

<sup>105</sup> “Inicialmente, as mercadorias entram no processo de troca sem serem douradas, nem açucaradas, mas tal como vieram ao mundo. Esse processo gera uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma antítese externa, na qual elas expressam sua antítese imanente entre valor de uso e valor. Nessa antítese, as mercadorias, como valores de uso, confrontam-se com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os polos da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferentes se expressa em cada um dos polos de modo inverso e, com isso, expressa, ao mesmo tempo, sua relação recíproca.” (MARX, 2013, p. 179).

<sup>106</sup> “A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda.” (Ibid., p. 187).

D) para comprar (D – M). Deste modo, compra e venda, a partir do momento que constituem atos separados, opostos e complementares, adquirem a possibilidade de autonomizar-se, já que a venda não necessariamente será sucedida imediatamente pela compra<sup>107</sup>. Entretanto, esta autonomia dos atos de troca entre mercadoria e dinheiro é apenas uma dimensão aparente da relação. No fundo, compra e venda constituem uma unidade que se expressa como aparente autonomia e a crise não “é meramente a autonomização possível de momentos diferentes do processo de circulação”, mas sim a “evidência de que essa autonomização contraria a unidade obrigatória dos momentos”<sup>108</sup>. Neste sentido, a crise conduz à afirmação de que os momentos aparentemente autônomos constituem necessariamente uma unidade<sup>109</sup>.

A primeira possibilidade da crise capitalista aparece neste momento da apresentação de *O capital*. A produção capitalista é marcada pela contradição entre trabalho privado e trabalho social. Ela é formada por inúmeros proprietários privados que produzem mercadorias. No entanto, apesar da aparência de liberdade e independência de cada um, todos são subsumidos por uma dinâmica produtiva *social*. Deste modo, cada proprietário privado depende da dinâmica produtiva da totalidade dos proprietários privados (social)<sup>110</sup> para realizar o valor de suas mercadorias. A produção capitalista é marcada pela existência de produtores privados que, apesar de conduzirem seus negócios racionalmente<sup>111</sup>, são

---

<sup>107</sup> “Como a primeira metamorfose da mercadoria é simultaneamente venda e compra, esse processo parcial é, ao mesmo tempo, um processo autônomo. O comprador tem a mercadoria, o vendedor tem o dinheiro, isto é, uma mercadoria que conserva a forma adequada à circulação independentemente se mais cedo ou mais tarde ela volta a aparecer no mercado. Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido.” (MARX, 2013, p. 187).

<sup>108</sup> “A crise não é, portanto, meramente a autonomização possível de momentos diferentes do processo de circulação. Ela é a evidência de que essa autonomização contraria a unidade obrigatória dos momentos, de que sem a complementaridade deles não ocorre a distribuição de produtos entre os membros da economia mercantil, de modo que estes últimos não teriam acesso aos produtos que desejam consumir. Já que a compra e a venda constituem o ‘nexo social’ básico entre tais indivíduos, elas não podem autonomizar-se completamente sem romper este ‘nexo’. A ‘violência’ com que se faz valer a unidade vem do fato de ser a própria totalidade do vender para comprar que diferencia o vender e o comprar como seus momentos, que lhes atribui significado dentro do seu processo. Estes dois atos se distinguem para que o ‘nexo social’ se estabeleça apesar e a partir da privacidade e especialização dos trabalhos singulares, mantendo-os assim, pois se a venda permite a compra posterior daquilo de que cada um precisa, então é possível a preservação da independência dos indivíduos na esfera da produção e seu relacionamento só na da circulação.” (Ibid., p. 90).

<sup>109</sup> “Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos forma uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente, avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise.” (Ibid., p. 187).

<sup>110</sup> “Nossos possuidores de mercadorias descobrem, assim, que a mesma divisão do trabalho que os transforma em produtores privados independentes também torna independente deles o processo social de produção e suas relações nesse processo, e que a independência das pessoas umas das outras se consoma num sistema de divisão do trabalho.” (Ibid., p. 182).

<sup>111</sup> Marx apresentou este aspecto antes de Weber, apesar de Weber ficar preso ao desenvolvimento dele sob uma cultura de racionalização/burocratização da vida e “desencantamento do mundo”, segundo seus estudos, produtora da sociedade capitalista.

subjugados por uma dinâmica social do capital que é irracional. Os capitalistas lançam no mercado seus produtos sem ter a ciência de que serão ou não trocados por dinheiro. Assim, a crise se apresenta como uma possibilidade de mercadorias serem lançadas no mercado e não conseguirem expressar seu valor no corpo do dinheiro. Aqui é considerado o dinheiro como *meio de circulação*<sup>112</sup>.

No entanto, o dinheiro também pode desempenhar a função de *meio de pagamento*. Nesta função, a possibilidade de crise desce uma camada de abstração, e dá mais passo da possibilidade rumo à efetividade, apesar de continuar no plano da possibilidade. Como meio de pagamento ou dinheiro ideal, a mercadoria é trocada pela promessa futura de receber o dinheiro. Assim, mercadoria e dinheiro podem circular de forma “autônoma”<sup>113</sup>:

O problema que advém desta forma em relação à anterior (meio de pagamento) é a possibilidade de formação de uma “cadeia de pagamentos” com base em um “dinheiro ideal”. Ele pode estar lastreado numa produção na ponta da cadeia que, caso não tenha seu valor realizado, arrasta consigo ao “buraco” toda a cadeia de credores. Portanto, o dinheiro como meio de pagamento apresenta à crise um pouco mais de efetividade, mesmo que esteja ainda situado no plano da possibilidade<sup>114</sup>. Confere ao caráter de possibilidade da crise a *abrangência*, de se estender para além dos limites locais, de se alastrar para além dos limites do dinheiro na função de meio de circulação. Assim, ao mesmo tempo em que o dinheiro, na sua função de meio de pagamento, oferece mais dinamismo ao processo de troca por transcender barreiras no tempo, espaço e pessoais, ao fazê-lo desenvolve conjuntamente a possibilidade de crises mais fortes (abrangeentes) ao mesmo processo de troca<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> Marx, 2013, p. 178-203.

<sup>113</sup> “O meio de pagamento entra efetivamente em circulação, mas depois que a mercadoria já saiu dela. O dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas o conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal.” (MARX, 2013, p. 209). Segundo Ribeiro (2008, p. 42-43): ‘A contradição M x D terá atingido um nível mais elevado de desenvolvimento, aumentando por isso a oposição D e M quantitativa e qualitativamente.

Quantitativamente porque a liquidação dos débitos por compensação permite a circulação de maior quantidade de mercadorias com um montante inferior de dinheiro real.

Qualitativamente porque a oposição D x M se apresenta agora como autonomia de D em relação a M. Circulam mercadorias sem que haja circulação de dinheiro e posteriormente circula dinheiro sem correspondência com a circulação de mercadorias. D e M afastam-se e parecem autônomos.”

<sup>114</sup> Grespan, 1998, p. 82-83.

<sup>115</sup> “Ocorrendo perturbações gerais nesse mecanismo, venham elas de onde vierem, o dinheiro abandona repentina e imediatamente sua figura puramente ideal de moeda de conta e converte-se em dinheiro vivo. Ele não pode mais ser substituído por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria se torna sem valor, e seu valor desaparece diante de sua forma de valor própria. Ainda há pouco, o burguês, com a típica arrogância pseudoesclarecida de uma prosperidade inebriante, declarava o dinheiro como uma loucura vã. Apenas a mercadoria é dinheiro. Mas agora se clama por toda parte no mercado mundial: apenas o dinheiro é mercadoria! Assim como o cervo brame por água fresca, também sua alma brame por dinheiro, a única riqueza. Na crise, a oposição entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é levada até a contradição absoluta. Por isso, a

### 1. 3 A crise sob a produção do capital em geral e a produção global do capital: a chegada à efetividade

Explicada a primeira “perna” do ciclo do capital (D-M), nesta seção explicaremos a segunda (M-D’). Para tal reputamos importante iniciar pela passagem da manufatura à grande indústria com a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital. Em seguida, abordaremos a relação-capital como relação de “subordinação formal” e, a partir do desenvolvimento desta, chegaremos à crise em termos efetivos.

#### 1. 3. 1 O processo histórico de passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital

Para que se chegue à *efetiva* dominação do capital sobre o trabalho, é percorrido um processo histórico em que o processo de trabalho “converte-se num instrumento do processo de valorização”<sup>116</sup>, passando da *subsunção formal* para a *subsunção real* do trabalho ao capital. A subsunção formal ocorre num estágio em que a forma capitalista de produção está dando seus primeiros passos<sup>117</sup>. É o momento em que ainda não existe a grande indústria, e, portanto, o capital em sua forma industrial plenamente desenvolvida. O que existe na produção são manufaturas<sup>118</sup> que constituem a base da indústria moderna. Na manufatura são gestados processos técnicos que culminarão, posteriormente, com a emergência da indústria moderna. O primeiro desses processos é a cooperação<sup>119</sup>. Na cooperação (simples), os

---

forma de manifestação do dinheiro aqui é indiferente. A fome de dinheiro aqui é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro, em dinheiro creditício ou em cédulas bancárias etc.” (MARX, 2013, p. 211).

<sup>116</sup> Marx, 1985, p. 87.

<sup>117</sup> “Não obstante, com essa transformação não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho no capital se opere com base num processo de trabalho *preexistente*, anterior a essa subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si *determinado processo de trabalho preexistente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma.” (Ibid., p. 89).

<sup>118</sup> “a manufatura, por exemplo, em seus primórdios, mal se diferencia da indústria artesanal da corporação, a não ser pelo número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital.” (MARX, 2013, p. 397).

<sup>119</sup> “A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação.” (Ibid., p. 400).

trabalhadores e os trabalhos dispersos são agrupados num mesmo ambiente, compartilhando os mesmos instrumentos, o que possibilita um aumento da produtividade do trabalho social<sup>120</sup>.

Outra forma adotada e desenvolvida no seio da manufatura foi a *divisão capitalista do trabalho*<sup>121</sup>. A manufatura não só se apropria da divisão do trabalho de sua época como a desenvolve<sup>122</sup>. O fundamental aqui é que o aumento da divisão do trabalho converte o trabalhador, que dominava *integralmente* o mesmo ofício, num que, agora, o trabalhador domina *parcialmente/unilateralmente*. Este processo de simplificação do trabalho individual e complexificação do trabalho coletivo se desenvolve com vistas ao aumento da produtividade do capital sob a forma de manufatura.

O aumento da produtividade do trabalho social é obtida de diferentes modos pelo mesmo processo. A divisão do trabalho ao converter o domínio subjetivo do trabalhador de “integral” em parcial, reduz conseqüentemente o próprio valor da força de trabalho, reduz os “custos de aprendizagem” (MARX, 2013, p. 424). A redução do trabalhador a condição de “parcial” o conduz a um maior aprimoramento técnico, ao desenvolvimento de sua destreza em relação à condição de trabalhador “integral”<sup>123</sup>. Além disso, outro fator é que a divisão do trabalho conduz a um “decréscimo do consumo improdutivo da força de trabalho”<sup>124</sup>. Outro

---

<sup>120</sup> “Comparada com a quantidade igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo assim, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. Se a jornada de trabalho combinada obtém essa força produtiva mais elevada por meio da intensificação da potência mecânica do trabalho, ou pela expansão em relação à escala da produção, ou porque, no momento crítico, ela mobiliza muito trabalho em pouco tempo, ou desperta a concorrência entre os indivíduos e excita seus espíritos vitais [*Lebensgeister*], ou imprime às operações semelhantes de muitos indivíduos a marca da continuidade e da multiplicidade, ou executa diversas operações simultaneamente, ou economiza os meios de produção por meio de seu uso coletivo, ou confere ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio – de qualquer forma a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela deriva da própria cooperação. Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica [*Gattungsvermögen*].” (MARX, 2013, p. 404-405).

<sup>121</sup> “A cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII.” (Ibid., p. 411).

<sup>122</sup> “Por um lado, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados.” (Ibid., p. 413).

<sup>123</sup> “Como a experiência demonstra, a contínua repetição da mesma ação limitada e a concentração da atenção nessa ação ensinam a atingir o efeito útil visado com o mínimo de dispêndio de força. Mas como diferentes gerações de trabalhadores convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os artifícios [*Kunstgriffe*] técnicos assim obtidos se consolidam, se acumulam e são transmitidos com rapidez.” (Ibid., 2013, p. 414).

<sup>124</sup> “Um artesão que executa sucessivamente os diversos processos parciais da produção de um artigo é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho, formando em certa medida, poros em sua jornada de trabalho.” (Ibid., p. 415).

aspecto é que a divisão do trabalho demanda e possibilita a produção de meios de trabalho os mais adequados possíveis para a produção<sup>125</sup>.

Esta que é considerada a “forma básica do modo de produção capitalista” demanda a existência do trabalhador assalariado e do capitalista. Assim, no mercado, ambos devem se encontrar e trocar valores equivalentes de modo a poderem ingressar no processo produtivo, cada qual com sua respectiva função, capitalista e trabalhador assalariado. A subsunção que aqui ocorre é *formal*. O capital já incorpora a força de trabalho em si, e, não obstante a existência de métodos capitalistas de organização da produção, como a *cooperação* e a *divisão capitalista do trabalho*, a escala de produção em relação às demais formas de produção concomitantes, como o trabalho artesanal, é similar. Como a produção em larga escala é um dos requisitos fundamentais à consolidação do modo capitalista de produção como *dominante*, a diferença entre a produção da manufatura e às demais de sua época, é *formal*. O que ocorre na esfera econômica é uma *diferença qualitativa* na produção e uma *identidade quantitativa*. A diferença qualitativa se expressa quanto à *forma* e ao *conteúdo*. A *forma* de produção na manufatura é marcada pela cooperação e divisão capitalista do trabalho, com produção orientada para a valorização do capital e com classes sociais distintas; o *conteúdo* são objetos de trabalho transformados por meios de produção capitalistas manuseados por trabalhadores assalariados com produção de valor e mais-valor. A *identidade quantitativa* se expressa no fato de que a escala de produção da manufatura é a mesma da produção artesanal, já que o ritmo de trabalho ainda é dependente da capacidade da própria força de trabalho.

Do ponto de vista jurídico-político é que se expressa, portanto, uma distinção significativa entre a manufatura e, por exemplo, as corporações de ofício. A relação capitalista é formalmente distinta das antecessoras, porque ela se apresenta (no plano da aparência) como uma relação entre *iguais*. No mercado trocam-se equivalentes de valor, mercadorias. Deste modo, no mercado, trabalhador assalariado e capitalista aparecem como *iguais*, são igualmente proprietários de mercadorias distintas com igual valor, sujeitos capazes de ato de vontade. Em relação às formas anteriores de produção, é uma forma mais sofisticada de dominação de classe, já que as formas anteriores seja a escravista, feudal, etc. são formas *explícitas* de dominação. O escravo é propriedade de seu dono e isso é um fato “escancarado”

---

<sup>125</sup> “A diferenciação dos instrumentos de trabalho, por meio da qual instrumentos de mesmo tipo assumem formas particulares e fixas para cada aplicação útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos especiais só funcione em sua toda plenitude nas mãos de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura.” (MARX, 2013, p. 416).

para que o mundo veja e saiba, bem como no feudalismo, o servo trabalha dias determinados na terra do senhor. A relação capitalista no mercado, portanto, ao igualar capitalista e trabalhador assalariado, se constitui numa distinta e *sofisticada* forma de dominação de classe e determina a *subsunção formal* do trabalho ao capital.

Esta etapa da produção capitalista é marcada pela exploração do mais-valor sob uma forma absoluta, o *mais-valor absoluto*<sup>126</sup>. Com o baixo desenvolvimento das forças produtivas na manufatura em função do capital ainda encontrar-se num estágio em que os meios de produção são poucos desenvolvidos, o aumento da produtividade do trabalho depende em determinada medida da habilidade dos trabalhadores<sup>127</sup>. É um estágio em que o capital não conseguiu “emancipar-se” da força de trabalho a ponto de “comandar” de modo efetivo o processo de trabalho. Com isso, a única forma relevante de aumentar o trabalho excedente, que inclusive é base<sup>128</sup> para alavancar o modo de produção capitalista, é aumentar a jornada de trabalho em termos *absolutos*.

Posta esta contradição ao capital, em que, no seu afã de se expandir a todo custo deve esbarrar nessa barreira posta pela cooperação como divisão do trabalho, isto é, a dependência da produtividade da força de trabalho para a elevação da produtividade social, a única forma de superar a manufatura em direção à grande indústria, é afirmando e desenvolvendo as contradições da própria manufatura. Deste modo, ao se desenvolver como manufatura é possível com a produtividade social alcançada e a consequente acumulação do mais-valor na forma relativa, passar a um estágio em que a produtividade social do trabalho desloque seu centro de gravidade do trabalho para o capital. Esta passagem ocorre pela acumulação do mais-valor absoluto obtido, que possibilitou o investimento em meios de produção, sobretudo com o emprego das ciências naturais ao desenvolvimento das forças produtivas. O resultado desse processo foi o desenvolvimento da maquinaria.

A maquinaria operou uma mudança sem precedentes na produção não só porque possibilitou uma produção em larga escala, mas porque também contribuiu significativamente para redução do domínio do trabalhador sobre o processo de trabalho, já que, agora, o

---

<sup>126</sup> “Com base num modo de trabalho preexistente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva, pelo contrário, só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo de trabalho*, quer dizer, sob a forma da *mais-valia absoluta*. A esta modalidade como forma única de produzir mais-valia, corresponde pois a *subsunção formal do trabalho no capital*.” (MARX, 1985, p. 90).

<sup>127</sup> “Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento.” (Ibid., p. 413).

<sup>128</sup> “a *subsunção formal do trabalho no capital*, condição e premissa da *subsunção real*.” (MARX, 1985, p. 94, grifo do autor).

trabalhador já não tem consciência sobre todo o processo de trabalho. O processo de trabalho na manufatura já havia marcado a passagem do trabalhador integral para o trabalhador parcial/unilateral, processo este desenvolvido ainda mais com o advento da maquinaria. Agora, a divisão do trabalho ocorre não só internamente a uma unidade produtiva ou mesmo entre unidades próximas, mas pode englobar uma divisão do trabalho nacional e até internacional.

A maquinaria também demarca o domínio efetivo do capital sobre o trabalho. Agora, o domínio sobre o trabalhador pode se tornar mais efetivo porque, ao contrário do método de incremento absoluto do mais-valor, é possível também ao capital adotar um método ainda mais sofisticado de extração de mais-valor, um método que “relativiza” a jornada de trabalho. Para mesma jornada de trabalho é possível extrair o mesmo ou até mais mais-valor do trabalho do que utilizando o método absoluto.

Esta possibilidade também é acompanhada de duas condições fundamentais. Uma é que o capitalista agora atua de modo a personificar o capital, estando “liberado” das funções de trabalho, seja manual ou intelectual, para acompanhar e “cuidar” para que seu capital se mantenha na sociedade. O que inclui não só avaliações de condições de “mercado” e planejamento financeiro, mas fiscalização de todo o processo de trabalho de modo a manter a aprofundar o “despotismo” na fábrica. A segunda condição é o trabalho encontrar-se em condição desfavorável do ponto de vista técnico que o coloca em condições também desfavoráveis do ponto de vista da venda da força de trabalho. Num cenário em que existem poucos trabalhadores que executam determinadas atividades em que o capital demanda esta força de trabalho, o trabalhador tem mais “poder” de barganha sobre o capital. Noutro cenário, com o trabalho sendo parcelado e passível de ser realizado por qualquer indivíduo, a fragilização política de cada força de trabalho individual expressa o fragilização do próprio trabalho face ao capital, assim temos a *subsunção real* do trabalho ao capital. Mais do que a forma, a incorporação do trabalho ao capital e sua sujeição se torna algo definitivamente distinto das formas precedentes de dominação de classe no âmbito da produção.

### **1. 3. 2 A produção do capital em geral e a elevação da composição orgânica**

Mercadoria e dinheiro são contraditórios, se excluem, se repelem e se atraem simultânea e sucessivamente. E do conflito entre estas duas formas do valor se tem origem o capital. A mercadoria em seu ciclo  $M - D - M$ , como representante da forma valor de uso em relação ao dinheiro como forma-valor, ao realizar este seu ciclo na circulação, visa apenas à

mudança de valor de uso, já que mantém a “mesma grandeza de valor” - todas as formas no ciclo são equivalentes de valor.

No entanto, a produção capitalista também é produção de valor e orientada para a produção de valor. A forma valor do ciclo, o dinheiro, estabelece o ponto de partida e o ponto de chegada, assim temos  $D - M - D$ . O problema é que esta forma do ciclo não tem sentido<sup>129</sup> já que do ponto de vista do quantitativo, o valor se mantém o idêntico em todas as formas, e do ponto de vista qualitativo, o valor de uso do dinheiro nos extremos do ciclo é o mesmo, ser valor cristalizado, possibilidade de expressão do valor das mercadorias. Deste modo, o ciclo que interessa ao dinheiro na circulação das mercadorias é o que apresenta uma alteração quantitativa do valor, ou seja,  $D - M - D'$ <sup>130</sup>, “onde  $D' = D + \Delta D$ ”, apresentando, portanto, um valor acrescido no final do ciclo. Mas este ciclo não é apenas o ciclo do dinheiro, é mais do que isso, é o ciclo de valor que autovaloriza, do valor que se dilata, é o ciclo do dinheiro como capital ou ciclo do capital. Assim, o capital se apresenta como a solução do conflito entre mercadoria e dinheiro, que de tanto se oporem na circulação acabam por produzir uma nova forma, o valor dotado de mais-valor, o capital.

O ciclo  $D - M - D'$  tem como ponto de partida e chegada o valor<sup>131</sup>. Nesta forma de ciclo, todos os componentes “funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular” (MARX, 2013, p. 229). Assim, no ciclo do dinheiro como capital, o conteúdo é o valor que mantém uma relação consigo mesmo (autorrelação) cuja finalidade está na dilatação de si mesmo, em seu incremento. Como o ponto de chegada é também o ponto de partida para um novo ciclo, o processo se apresenta de forma “*interminável*”. Daí que Marx (Ibid., p. 229) afirma que a finalidade do capitalista não é nem o valor de uso (satisfação de necessidades sociais), muito menos o lucro isolado, “mas apenas o incessante movimento do lucro”.

O capital como valor que busca sua valorização o faz mediante a constante mudança de sua forma (ora como dinheiro, ora como mercadoria), exatamente pelo conflito interno a cada forma, a mesma se autoimpele a passar à forma contrária. Ao passar à forma contrária, a forma de então não só entra em contradição consigo mesma, mas entra em contradição com a

<sup>129</sup> “Ora, é evidente que o processo de circulação  $D - M - D$  seria absurdo e vazio se a intenção fosse realizar, percorrendo seu ciclo inteiro, a troca de um mesmo valor em dinheiro pelo mesmo valor em dinheiro, ou seja, £100 por £100.” (MARX, 2013, p. 224).

<sup>130</sup> Esta é considerada por Marx (Ibid., p. 231) a fórmula do capital comercial ou fórmula geral do capital.

<sup>131</sup> “O ciclo  $D - M - D'$ , ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca.” (Ibid., p. 226).

forma anterior, assumindo uma forma “final” - a forma capital - resolvendo seu conflito com a metamorfose final que resulta em D', valor que agregou mais-valor. No entanto, valor dotado de mais-valor ( $D + \Delta D$ ), entra em contradição consigo mesmo já que D' como capital torna D também capital, D no início do processo é só dinheiro que só se torna capital se produzir  $\Delta D$  que também é capital<sup>132</sup>. D', portanto, como sujeito, entra em contradição consigo mesmo, D entra em contradição com  $\Delta D$ . Assim, D' em seu automovimento como valor-capital só resolve seu conflito interno ( $D + \Delta D$ ) repondo o conflito noutra patamar quantitativo de valor. Em verdade, uma contradição ao tentar se resolver, se conserva, e se supera do ponto de vista quantitativo, como valor, que para manter-se como valor, deve sempre buscar aumentar a si mesmo (autoexpansão). O dinheiro possibilita a manifestação da relação-capital como processo interminável, tendendo ao infinito, que visa a autoexpansão quantitativa num movimento “desmedido”<sup>133</sup>. A desmedida advém do caráter do próprio dinheiro, de sua contradição interna entre a “ilimitação qualitativa” e a “limitação quantitativa”<sup>134</sup>. Este aspecto da ilimitação quantitativa proporcionada pela forma dinheiro possibilita ao capital uma expansão interminável, e este é o primeiro sentido da desmedida na obra de Marx.

E por mais que o dinheiro possibilite ao capital a acumulação que tende ao infinito e à eternidade, o mesmo tem que, no seu automovimento, se defrontar com o fato de que cada ciclo de autovalorização ocorre em meio a parâmetros quantitativos definidos, tema que abordaremos mais adiante.

Deste modo, o dinheiro como forma inicial do movimento/processo capital guiado pela finalidade de ampliar-se como forma valor entra em contradição consigo mesmo de modo que, em seu interior, seu valor de uso, expressar valor das mercadorias particulares, em si, não é capaz de produzir e aumentar seu valor. Seu valor de uso entra em contradição com seu próprio valor, que, para conservar-se como valor, precisa ampliar-se constantemente. Daí,

---

<sup>132</sup> “Numa primeira aproximação, o movimento de auto-repulsão do capital, que constitui a autovalorização enquanto processo, vem de que, por um lado, o emprego do ‘valor original’ tem o poder de criar o valor excedente, distinto, e conseqüentemente, por outro lado, mediante a criação deste valor distinto, ele se confirma e determina como capital. Assim, ele se determina, se relaciona consigo, através da relação negativa com o outro que potencialmente ele contém em si. E a auto-repulsão é justamente o momento negativo desta sua auto-relação.” (GRESPLAN, 1998, p. 126).

<sup>133</sup> Cf. Grespan, 1998.

<sup>134</sup> “O impulso para o entesouramento é desmedido por natureza. Seja qualitativamente, seja segundo sua forma, o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é o próprio representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, toda quantia efetiva de dinheiro é qualitativamente limitada. Tal contradição entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação. Com ele ocorre o mesmo que com o conquistador do mundo, que, com cada novo país, conquista apenas mais uma fronteira a ser transposta.” (MARX, 2013, p. 206). Apesar do exemplo se referir ao entesourador de forma específica, ele reflete o que de fato ocorre com o capital e sua forma reificada, o capitalista.

este conflito interno ao dinheiro o impele a abandonar seu corpo se convertendo em seu oposto imediato na esfera da circulação, a mercadoria.

A mercadoria, como forma de existência do valor, é oposta ao dinheiro porque é expressão da totalidade das possibilidades de valor de uso passíveis de realização na esfera do consumo (seja produtivo ou improdutivo), já o dinheiro, possui como seu único e exclusivo valor de uso permitir que a mercadoria expresse seu valor na esfera da circulação. Assim, como forma do valor, a mercadoria estabelece uma autocontradição. Seu valor de uso a contraria como valor. O valor de uso permite ao valor ampliar-se como valor, já que ao capital valor de uso é apenas “suporte” de valor. No entanto, o valor não se realiza como mais-valor já que ainda encontra-se “aprisionado” no corpo da forma valor. Deste modo, o valor para realizar-se como valor/mais-valor necessita voltar à sua forma original, a forma dinheiro. Daí que a forma mercadoria entra em contradição com a forma dinheiro predecessora. A forma dinheiro não produz valor, mas o expressa. A forma mercadoria produz valor, mas o “aprisiona”. Esta contradição entre as formas de valor do ciclo do dinheiro como capital (interna ao ciclo) se resolve com a realização do valor aprisionado no corpo da forma mercadoria, com o abandono desta forma pelo reencontro do dinheiro consigo mesmo.

Entretanto, neste reencontro consigo como sujeito, o valor cristalizado no dinheiro não é mais o mesmo que iniciou o processo. Apesar de encontrar-se na mesma forma que iniciou o processo, a forma dinheiro, o valor agora é ele mesmo, não é ele mesmo (é seu oposto) porque é mais-valor e é os dois ao mesmo tempo, como capital. Daí a analogia de Marx do valor como “Deus” pai e o mais-valor como “Deus” filho formando uma única pessoa. No entanto, o valor-capital ao superar as contradições de seu ciclo, ao fazer-se como valor dotado de mais-valor repõe suas contradições agora num novo e elevado patamar quantitativo, seus componentes internos mantém a mesma forma (dinheiro e mercadoria). Deste modo, a superação de si implica a reposição de si num patamar quantitativo mais elevado que o anterior, o ponto de chegada do seu ciclo se torna simultaneamente o ponto de partida. O ponto de chegada do primeiro ciclo é o ponto de partida do ciclo subsequente. Assim, o valor-capital como autorrelação apresenta-se como um “sujeito automático” desmedido. Desmedido porque o capital não consegue definir uma medida unívoca de si, já que, ao mesmo tempo, é um “processo interminável” que tende ao infinito constituído de elementos quantitativamente mensuráveis e finitos (quantidade de dinheiro e mercadorias).

Se o capital se apresenta como valor que se autovaloriza, a questão que surge é qual a fonte do valor que permite ao capital valorizar-se? Afinal, quem é “galinha” que, de fato, põe

os ovos de ouro? Marx é categórico em dizer que o valor se origina, ao mesmo tempo, na esfera da circulação e fora desta mesma esfera, na esfera da produção<sup>135</sup>. Valor é quantidade de trabalho em sua forma abstrata. Então para produzir valor é necessária alguma mercadoria no mercado que seja capaz de produzir valor. Apesar da aparência de que o valor seja produzido por meios de produção ou pelo capitalista<sup>136</sup>, o único sujeito capaz de produzir valor é a força de trabalho. Assim, para que seja produzido valor é necessário que o capitalista compre no mercado a “mercadoria especial”, a força de trabalho do trabalhador assalariado<sup>137</sup>. O processo de valorização do capital, portanto, se inicia na circulação com a compra da mercadoria força de trabalho<sup>138</sup>. Deste modo, a primeira parte do ciclo ocorreu na circulação, D – M, ou seja, a compra da força de trabalho<sup>139</sup>. Na esfera da circulação também ocorre a compra dos meios necessários à produção, os meios de produção, as matérias-primas, instrumentos de trabalho, máquinas, instalações, terra etc.

No entanto, o processo de valorização continua fora da esfera da circulação, na esfera da produção e, a rigor, nesta é que ocorre a criação do valor novo, por meio da interação do trabalho vivo (força de trabalho em ação) com o trabalho morto, pretérito (resultado de ciclos produtivos anteriores, objetivação já feita do trabalho vivo). Assim, as mercadorias força de trabalho e meios de produção são combinadas através do trabalho, de modo que o valor produzido pela força de trabalho se transfere aos produtos, que também se tornam mercadorias. Entretanto, o que faz a segunda parte da fórmula ter a “dilatação” de valor, não é a simples combinação entre trabalho e meios de produção, é o pagamento da força de trabalho abaixo do valor total produzido no processo de valorização, isto é, ser paga como força de trabalho tornada mercadoria. Ou seja, o aluguel da força de trabalho é determinado pelas

---

<sup>135</sup> “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela.” (MARX, 2013, p. 240).

<sup>136</sup> Esta distinção entre os elementos do processo capitalista de valorização é ocultada pelo imediato e encontra respaldo teórico em pensadores modernos como Ramsay, Malthus, Senior, Torrens etc., Cf. Marx, 2008b, p. 59-67.

<sup>137</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2013, p. 242).

<sup>138</sup> Marx, ao longo de sua trajetória intelectual-militante, inicia a crítica ao capitalismo apontando a *exploração do trabalho* como nos Manuscritos Econômico-Filosóficos para progressivamente passar a uma sofisticação da análise ao entender que, na verdade, o capital *explora a capacidade ou força de trabalho*. A passagem a seguir demonstra a maturidade de Marx em não só distinguir estas categorias, mas também apresentar esta distinção de modo didático: “Dizer que capacidade de trabalho não é o mesmo que dizer trabalho, assim como dizer capacidade de digestão não é o mesmo que dizer digestão. Para a realização do processo digestório é preciso mais do que um bom estômago.” (Ibid., p. 248).

<sup>139</sup> Na verdade o que ocorre não é a compra da força de trabalho, mas seu aluguel. O capitalista não é dono do trabalhador, muito menos da força de trabalho deste último, como ocorria no escravismo. No capitalismo, o capitalista aluga a força de trabalho por um tempo determinado estabelecido no contrato de trabalho. Mesmo que este seja contrato por tempo indeterminado, a mercadoria força de trabalho não é eterna.

necessidades de produção desta mesma força de trabalho de modo a satisfazer as condições de sobrevivência do trabalhador como trabalhador assalariado. O preço da força de trabalho é determinado pelo valor necessário à sua produção e leva em consideração o preço de todas as mercadorias necessárias para manter o trabalhador em condições de retornar sucessivamente ao processo de trabalho e valorizar os meios de produção ao transformá-los em mercadorias. O processo de valorização, portanto, prevê que parcela da jornada de trabalho seja destinada à reprodução do valor correspondente à manutenção da força de trabalho como força de trabalho e outra parcela destinada à conversão de  $D$  em  $D'$ , isto é, em dilatar o valor ( $\Delta D$ ). Marx (2013, p. 293) chama o trabalho destinado à reprodução do valor da força de trabalho de “trabalho necessário” e o trabalho destinado à acrescentar o valor do capital de “mais-trabalho”. Desta forma, a produção capitalista não só produz valor, como produz “mais-valor”, valor além do necessário à subsistência dos trabalhadores assalariados, voltado à expansão do próprio valor como capital.

O dinheiro como capital para expandir-se precisa adquirir os meios necessários à produção. Assim, a porção do capital destinada à compra dos meios de produção<sup>140</sup> é denominada “capital constante” e a porção destinada ao aluguel da força de trabalho é denominada “capital variável”. O capital constante tem seu valor transferido à mercadoria pela ação da força de trabalho, que tem a propriedade exclusiva de produzir valor diverso de si, acima de suas necessidades de subsistência como força de trabalho, portanto, produtora de um valor “variável” em relação a si mesma. Do ponto de vista do trabalho, os meios de produção são produtos de trabalho pretérito, passaram da forma mercadoria à forma capital (constante) pela troca no mercado, são capital, mas também são trabalho, *trabalho morto*. Trabalho que não é capaz de produzir valor, que apenas se transfere como valor à mercadoria. Já a força de trabalho em ato atua como “trabalho vivo”, não só conservando o seu valor e o valor dos meios de produção, mas acrescentando novo valor ao trabalho morto, produzindo-se como trabalho ao produzir capital. O capital, deste modo, comanda o processo de produção<sup>141</sup>, mantém o trabalho sob seus domínios e cresce como trabalho morto pela sucção da seiva do

---

<sup>140</sup> Sobre o conceito de meios de produção: “Se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção” (MARX, 2013, p. 258). Quanto ao meio de trabalho: “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto.” (Ibid., p. 256).

<sup>141</sup> “A dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (porém apenas como meios de dominação do *capital*), não são mais do que simples resultados do processo de produção, do que produtos do mesmo. (...) Trata-se do *processo de alienação* do seu próprio trabalho.” (MARX, 1985, p. 56).

trabalho vivo. O capital é como um vampiro que se mantém vivo pela sucção da energia vital dos trabalhadores vivos<sup>142</sup>. Assim, a relação capital se apresenta como uma “contradição viva”, em que capital e trabalho, mediante suas personificações, são antagônicos estruturais, entram em contradição e movimento sempre com o capital no comando da relação<sup>143</sup>.

Explicado isso, agora já compreendemos a segunda perna da fórmula geral do capital,  $M - D'$ . E com isso, também podemos ver que, na verdade, não é o capital que produz o valor, mas o trabalho que produz o valor novo, tanto a parcela que ficará com a força de trabalho sob a forma de salário, quanto a que será apropriada pelo capital. Assim, não é o capital que emprega o trabalho, apesar da aparência (fetichismo), mas o trabalho que emprega e produz o mais-valor, e, conseqüentemente, o capital. O capital mais do que como valor que se valoriza, é uma *relação social* que combina contraditoriamente trabalho e capital, sob jugo deste último. Mas a relação-capital necessita ser melhor examinada.

Ao pôr-se como capital singular, o capital já se orienta à produção não só de valor, mas de *mais-valor*. Para tal nutre-se da energia vital (física e mental) do *trabalho vivo*, subsumindo-o a si, ao convertê-lo em elemento de si, *trabalho morto*. É, portanto, *trabalho morto*, que, pelas limitações de si enquanto incapaz de autovalorização, contradiz a si mesmo, se afirma na sua forma contrária, *trabalho vivo* (único ente capaz de valorizar o valor). Deste modo, o trabalho morto sob a forma de capital-dinheiro põe a si como *meios de produção* e a seu contrário, *força de trabalho*<sup>144</sup>. A contraditória combinação desses elementos do capital se dá na esfera da produção como *processo de trabalho subordinado*<sup>145</sup> ao *processo de valorização* do valor. O resultado desse conflito é o capital sob a forma de mercadoria, como trabalho vivo efetivado, trabalho morto que retorna a si mediado pelo trabalho vivo na produção do capital. É capital que se relaciona consigo mesmo ao relacionar-se com o

<sup>142</sup> “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção do trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga.” (MARX, 2013, p. 307).

<sup>143</sup> “O capital depende desta fonte (**trabalho**) para se valorizar, desde que a inclua como momento, mas também a exclui como totalidade potencial, nega-a enquanto fonte de valor que possa ter a pretensão de se elevar, por si, de ‘substância’ a ‘sujeito’. Por isso, ‘vampirescamente’, o capital vive por roubar a vida do trabalho, precisa desta para reviver e, no entanto, a suprime: o morto só volta à vida ao matar o vivo. Em outras palavras, o aspecto positivo do trabalho como atividade criadora de valor é necessário como momento do capital, mas deve ser negado por este enquanto possibilidade de constituição de um todo no qual ele mesmo fosse mero momento.” (GRESPLAN, 1998, p. 141, grifo do autor).

<sup>144</sup> “Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a ‘trabalhar’ como se seu corpo estivesse possuído de amor.” (MARX, 2013, p. 271).

<sup>145</sup> “O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (MARX, 2013, p. 273).

trabalho como constituinte de si<sup>146</sup>. Findo o ciclo, o capital retorna a si mesmo como uma grandeza aumentada de valor (D'). É capital que se põe como totalidade (c + v + m) rebaixando o trabalho a seu momento (c), que se apresenta na *aparência* subordinando *formalmente*<sup>147</sup> o trabalho.

De outro ângulo, o trabalho se afirma com tal ao relacionar-se consigo mesmo mediado pelo capital. Ao pôr-se como trabalho nega a si mesmo ao relacionar-se com o capital, ao pôr-se como trabalho vivo que valoriza o trabalho morto por meio do processo de valorização. A síntese é o próprio trabalho em sua condição assalariada, mediada pelo capital (trabalho morto), que retorna a si como “coisa”, dinheiro sob a forma de salário, ao produzir uma infinidade de coisas, mercadorias dotadas de trabalho não pago. Reproduz, desta forma, a relação-capital, trabalho de um lado, meios de subsistência sob a forma de salário e capital de outro, mercadorias que se metamorfosearão em capital-dinheiro realizando seu mais-valor, aptas a retornarem ao processo produtivo como capital constante (c).

Deste modo, o trabalho ao retornar a si, não consegue compreender o capital como seu momento, constituindo uma totalidade. Não consegue ascender de “momento” do capital a “totalidade” que compreende o capital como seu momento constitutivo, por não poder incorporar a si os meios de produção, materializados imediatamente como mercadorias dotadas de mais-valor. Daí que a relação-capital, base da sociedade capitalista, constitui uma contradição que não se resolve de modo pleno<sup>148</sup>. A relação capital se apresenta formalmente como “o capital”, valor que se valoriza, mas como o fundamento do valor é o trabalho abstrato, a relação-capital apresenta uma substância (conteúdo) diversa da forma<sup>149</sup>.

A relação-capital se desdobra em mais-valor, é capital que se metamorfoseia em mais-valor. Entretanto, o mais-valor também se converte em capital, o que é denominado de

---

<sup>146</sup> “Diferentemente de quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de valorização. Os meios de produção convertem-se imediatamente em meios para a sucção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais do que seu movimento como valor que valoriza e a si mesmo.” (MARX, 2013, p. 382).

<sup>147</sup> Esta “subordinação” formal do trabalho ao capital é distinta da “subsunção” formal/real do trabalho ao capital. A primeira diz respeito à forma assumida pela relação social fundamental na sociedade capitalista, em que o capital determina a *forma* da relação sem ser o *conteúdo* real da mesma (GRESPLAN, 2002). A segunda diz respeito ao processo de despojamento do trabalho do conhecimento técnico ao longo do processo de metamorfose da manufatura na grande indústria, da transferência deste conhecimento técnico e força bruta para a maquinaria que “emancipa-se” em relação ao trabalho tornando-o seu “apêndice”.

<sup>148</sup> Grespan, 2002, p. 41.

<sup>149</sup> Ibid., p. 41.

*acumulação*<sup>150</sup>. O primeiro momento é a produção do capital, o segundo sua reprodução. A acumulação consiste no emprego do mais-valor como capital. O mais-valor, após realizar-se na circulação retorna ao bolso do capitalista. O processo de produção capitalista, como descrito anteriormente, não se encerra com a obtenção do lucro (realização do mais-valor na superfície), mas se põe como movimento que se conserva pelo incessante movimento *do* valor *para* o valor. O fim do ciclo “original” implica o ponto de partida para o ciclo seguinte. Deste modo, o mais-valor obtido pelo primeiro ciclo precisa “fundir-se” com o capital original.

O mais-valor é repartido do ponto de vista do “capital em geral” como renda do capitalista e capital<sup>151</sup>. Ou seja, parte do mais-valor é destinado ao consumo “improdutivo” do capital e a outra parte deve retornar ao processo produtivo para seu consumo “produtivo”. Assim, o mais-valor (m) converte-se em fração do capital total (C), que se faz como C ao retornar ao processo produtivo em suas formas, capital constante (c) e capital variável (v). Daí o mais-valor se converte em “c” e “v” e retorna ao processo produtivo. Diz que o capital acumulou-se, aumentou seu tamanho (C).

O processo de produção capitalista é orientado para a autovalorização e quanto mais produtivo um capital, mais baratas se tornam suas mercadorias e maiores as chances de se manter no mercado. Sua maior possibilidade de sobreviver no mercado decorre do fato de que, no interior de um mesmo ramo de produção, o capital de maior composição orgânica produz mercadorias com menor valor e, portanto, menor preço de produção que os demais. Ao vendê-las no mercado pelo preço de mercado, realizam o mais-valor de suas mercadorias e se apropriam do mais-valor produzido pelos capitais de composição orgânica abaixo da média. O capital de maior composição orgânica se apropria de um mais-valor extraordinário<sup>152</sup>.

Daí que a “elevação da força produtiva do trabalho”<sup>153</sup> se impõe como “lei” aos capitais singulares sob a ação da totalidade dos capitais<sup>154</sup>. O aumento da produtividade capitalista decorre de inúmeros<sup>155</sup> fatores, cujo principal é a posse e emprego de maquinaria

<sup>150</sup> “A aplicação do mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital se chama acumulação de capital.” (MARX, 2013, p. 655).

<sup>151</sup> “Mas ele (o mais-valor) não é um ou outro exclusivamente, mas ambos (fundo de consumo individual do capitalista e fundo de acumulação) ao mesmo tempo. Uma parte do mais-valor é consumida pelo capitalista como renda, outra parte é aplicada como capital ou é acumulada.” (Ibid., p. 666, parênteses nosso).

<sup>152</sup> Marx (2008b, p. 235).

<sup>153</sup> “Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio do qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso.” (MARX, 2013, p. 389).

<sup>154</sup> Marx (Ibid., p. 393).

<sup>155</sup> Marx identifica outros métodos de elevação da força produtiva social como a cooperação simples, a elevação da divisão do trabalho ou “tudo o que favorece a produção de mais-valia relativa (...) sem alterar-se a magnitude

que proporciona ao capital diminuir o trabalho necessário, barateando as mercadorias por si produzidas e aumentando o trabalho excedente, não pago ao trabalhador, e, conseqüentemente, aumentando não só a massa de mais-valor ( $m$ ), mas também a taxa de mais-valor ( $m' = m/v$ )<sup>156</sup>.

Deste modo, a tendência do sistema capitalista, pela necessidade de elevação da produtividade do trabalho, é investir em maquinário cada vez mais sofisticado. E como este mesmo maquinário é trabalho objetivado que dispensa trabalho vivo, a tendência no capitalismo é cada vez mais investir em capital constante para ser mais produtivo, e, ao fazê-lo, dispensa o emprego de força de trabalho, reduzindo o capital variável. O resultado dessa “lei” da elevação da produtividade é o emprego do mais-valor cada vez mais em capital constante em relação ao capital variável, no incremento *relativo* de capital constante em relação ao capital variável. Daí que, como contradição que não se resolve de modo “pleno”, o capital em seu incessante movimento de autovalorização, o faz pela negação do trabalho vivo<sup>157</sup>. Ao visar aumentar-se como capital diminui a base de sua operação reduzindo relativamente o trabalho vivo face ao trabalho morto, o capital variável frente ao capital constante<sup>158</sup>.

Este aumento relativo do capital constante sobre o variável altera a composição<sup>159</sup> de valor do capital, elevando-a. A elevação da composição “orgânica” do capital conduz a uma contradição, ao mesmo tempo em que o capital eleva a taxa e a massa de mais-valor, diminui a “massa” de trabalho com a qual opera.

A composição orgânica do capital indica não só a sua capacidade de produzir mais-valor, mas de se apropriar do mais-valor. No âmbito da concorrência, elevadas composições

do capital aplicado” como o aumento da velocidade das máquinas ou melhoria de métodos na agricultura. Entretanto, no pensamento de Marx há um corte distintivo entre essas modalidades de aumento do mais-valor relativo em relação à elevação da composição orgânica do capital com emprego relativo elevado de capital constante face ao capital variável. Enquanto esta última se configura como base à tendência à queda da taxa de lucro, todas as demais formas atuam como tendências contrárias àquela (MARX, 2008b, p. 308).

<sup>156</sup> “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.” (MARX, 2013, p. 396).

<sup>157</sup> Grespan (2002, p. 41).

<sup>158</sup> “A produtividade, quanto mais se desenvolve, tanto mais conflita com a base estreita em que repousam as relações de consumo” (MARX, 2008b, p. 323).

<sup>159</sup> Há uma diferença entre composição técnica e composição orgânica do capital. A composição orgânica diz respeito ao “aspecto do valor” do capital: “ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários.” (MARX, 2013, p. 689). Por outro lado, a composição de valor do capital ocorre determinada por uma composição técnica do capital ou o capital visto sob o “aspecto da matéria”: “do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para sem emprego.” (Ibid., p. 689).

de valor implicam altas taxas de mais-valor e baixas taxas de lucro. Por outro lado, baixas composições de valor implicam baixas taxas de mais-valor e elevadas taxas de lucro. Ao se porem no mercado, o capital de elevada composição orgânica e o de baixa, estabelecem uma concorrência que implica na maior possibilidade de sobrevivência do primeiro face ao segundo, pois o primeiro é mais produtivo que o segundo.

Dáí que os capitais busquem, todo o tempo, revolucionar seus meios de produção para manterem-se no mercado. Aos capitais que conseguem “inovações” que elevem sua composição para além da composição orgânica média é reservado o lucro extraordinário ou o superlucro<sup>160</sup>. As invenções de um capital singular ou ramo produtivo não permanecem por muito tempo restritas, mas logo se generalizam, passando de forma exclusiva a forma geral da produção no ramo ou na totalidade da produção<sup>161</sup>, sendo esta a razão que nos permite entender adequadamente o sentido das diversas reestruturações produtivas (arranjos produtivos) implementadas dentro do mesmo modo de produção (capitalismo). A composição elevada no início pela “inovação”, logo se generaliza, passando a ser comum à média dos capitais. Esse processo de generalização do aumento da produtividade do trabalho conduz o capital a se defrontar com seus limites, como veremos a seguir.

### 1. 3. 3 A queda da taxa geral de lucro médio e a crise capitalista em termos efetivos

O lucro<sup>162</sup> é a manifestação aparente do mais-valor e a taxa de lucro, “ponto de partida histórico” para a compreensão da produção do excedente capitalista, é a manifestação *aparente* da taxa de mais-valor. A taxa de lucro ( $l'$ ) considera a relação entre o lucro produzido ( $l$ ) e a magnitude do capital total ( $C$ ), podendo ser expressa em “ $l' = l/C$ ”, ou sendo o lucro ( $l$ ) equivalente ao mais-valor ( $m$ ), a fórmula pode ser expressa como  $l' = m/C$ . Ela é “importante e natural, pois permite obter-se a proporção em que se valoriza a totalidade do capital, ou seja, seu grau de valorização” (MARX, 2008b, p. 65). Isto é, ela expressa “o

<sup>160</sup> Para Marx (2008b, p. 257) haveria três situações em que os capitalistas obteriam o superlucro. 1) quanto o capital singular possui uma composição orgânica superior à média dos capitais de seu ramo; 2) quando se formam monopólios em determinados ramos e 3) “quando certos ramos estão capacitados para evitar que os valores das mercadorias se transformem em preços de produção, e, por conseguinte, que seus lucros se reduzam ao lucro médio.”

<sup>161</sup> “A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se apresentou ao capitalista, juntamente com o novo método de produção, sob a forma de que ele é obrigado a vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, força seus concorrentes, como lei coercitiva, a aplicar o novo modo de produção.” (MARX, 2013, p. 393).

<sup>162</sup> “O lucro tal como vemos agora, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, em forma dissimulada, que deriva necessariamente do modo capitalista de produção.” (MARX, 2008b, p. 51).

capital em relação consigo mesmo”<sup>163</sup>, o valor inicialmente empregado (capital constante e capital variável, e não apenas capital variável) e o novo valor por ele gerado.

Esta taxa, ao apresentar a relação-capital como uma “autorrelação”, coloca os elementos do capital como “iguais”<sup>164</sup> formadores de valor, uma vez que ambos correspondem a determinadas quantias de capital despendidas na circulação, que igualmente se transferem como componente do preço de custo à mercadoria produzida<sup>165</sup>.

Na produção, o trabalho é “reificado”, é rebaixado à condição de objeto da produção, à mero “fator de produção”, simultaneamente à elevação do objeto a sujeito, da “personificação” do capital constante à capital variável por mediação do capitalista como capital personificado, da imputação do caráter de produção de valor ao valor que se materializa em meios de produção<sup>166</sup>. Em virtude disso, o fundamento da produção de valor é “mistificado”<sup>167</sup>, isto é, ao colocar distintos elementos, força de trabalho e meios de produção, como iguais formadores de valor, o fundamento da produção de valor, a exploração da força de trabalho, é ocultado.

Mas para que os capitais possam obter lucros é necessária a realização do valor e do mais-valor no mercado. Neste ponto da apresentação categorial, ao contrário da circulação simples, casualmente as mercadorias são vendidas pelo seu valor<sup>168</sup>. Em regra, as mercadorias não são vendidas por seu valor ou *preço de produção* ( $c + v + m$ ), mas pelo seu *preço de mercado*. Isso quer dizer que, de modo geral, as mercadorias são vendidas por preços de mercado situados no intervalo entre seu preço de custo ( $c + v$ ) e seu preço de produção ( $c + v$

<sup>163</sup> “apresenta-se o *capital como uma relação consigo mesmo*, uma relação em que, como soma inicial de valores, se distingue do valor novo por ele mesmo criado.” (Ibid., p. 66, grifo do autor).

<sup>164</sup> “Não podendo o capitalista explorar o trabalho sem adiantar capital constante, e não podendo valorizar este sem adiantar o variável, parece-lhe que ambos são iguais.” (MARX, 2008b, p. 60).

<sup>165</sup> “Quanto ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se, de maneira uniforme, dos diversos elementos do valor dele, consistentes em meios de produção e trabalho, pois esses elementos entram igualmente na formação do preço de custo.” (Ibid., p. 50).

<sup>166</sup> “A maneira como, por intermédio da taxa de lucro, a mais-valia se transforma em lucro decorre de já se invertem as posições de sujeito e objeto, no processo de produção. (...) De um lado, personifica-se no capitalista o valor, o trabalho pretérito que domina o trabalho vivo; do outro, ao contrário, aparece o trabalhador como força de trabalho considerada simples objeto, mercadoria. Dessa relação transtornada surge necessariamente, já na simples relação de produção, a correspondente concepção invertida, uma concepção transposta que se desenvolve com as transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito.” (Ibid., p. 63).

<sup>167</sup> “A mistificação das relações do capital decorre de todas as partes dele aparecerem igualmente como fonte de valor excedente (lucro).” (Ibid., p. 63).

<sup>168</sup> O tema da conversão dos valores em preços em Marx é um dos mais controversos na obra de Marx. Segundo Grespan (1998, p. 202), Marx não resolveu este problema que traz no seu bojo não só uma dificuldade matemática, mas dela decorrem “questões teóricas sérias, que comprometem a validade da teoria do valor.”. Deste modo, por não considerarmos este tema central à compreensão de nosso estudo o abordaremos apenas de passagem.

+ m). Em ocasiões especiais de mercado as mercadorias podem ser vendidas por preços superiores ou inferiores a seu preço de produção.

Este pressuposto traz consigo outro, que, inclusive, assegura a validade da teoria do valor-trabalho, qual seja, as mercadorias de cada proprietário individualmente tomado não são, em regra, vendidas por seus valores, mas a totalidade dos valores de todas as mercadorias produzidas pela totalidade dos capitais singulares corresponde ao somatório de seus preços<sup>169</sup>.

Uma vez que a mercadoria só ocasionalmente é vendida por preço idêntico ao seu valor individual, o mais-valor auferido no mercado também só ocasionalmente corresponde ao que é produzido pelo capital singular. Deste modo, a realização do mais-valor, sob o crivo da concorrência, implica em uma repartição<sup>170</sup> social do mesmo.

Considerando o critério da magnitude da composição orgânica do capital, nas condições ininterruptas da produção, os capitais de maior composição orgânica, no processo social de realização do mais-valor como repartição social no mercado, se apropriam não só integralmente do mais-valor por si produzido, mas de parte do mais-valor produzido por capitais de menor composição orgânica<sup>171</sup>.

Daí a impressão de que o excedente produtivo capitalista, o mais-valor, origina-se<sup>172</sup> na esfera da circulação, pois na metamorfose do trabalho privado/concreto em trabalho social/abstrato, operada no mercado, é que fica evidente aos capitais singulares o valor que excede o preço de custo, o mais-valor, quando se retorna “magicamente” ao bolso do capitalista mais dinheiro do que o desembolsado para dar início à produção<sup>173</sup>. Trata-se, entretanto, de uma aparência.

Esta concepção aparente do mais-valor “brotar” da circulação também se origina de dois outros fatores relacionados ao anterior. O primeiro é que as esferas da produção e da circulação estão em permanente relação, “confluem constantemente”, “interpenetram-se”, de

<sup>169</sup> “Dessa maneira, na sociedade, considerada a totalidade dos ramos de produção, a soma dos preços de produção das mercadorias produzidas é igual a soma dos valores delas.” (MARX, 2008b, p. 213).

<sup>170</sup> Existem dois critérios para a repartição do mais-valor: a relação entre os tipos de capital empregados para a produção do valor e a composição orgânica do capital. A relação entre os tipos de capital empregados na produção de valor considera o relacionamento do capital industrial com o capital bancário, comercial, renda da terra etc. O critério da composição orgânica é base para o anterior por abstrair as relações entre as diversas modalidades de capitais visando identificar o fundamento do processo de realização do mais-valor na esfera da circulação no âmbito da concorrência. Ficaremos no presente estudo neste último plano de abstração, uma vez que o consideramos suficiente para o desenvolvimento do nosso argumento.

<sup>171</sup> Ibid., p. 211.

<sup>172</sup> A concepção segundo a qual o mais-valor origina-se da esfera da circulação está presente, por exemplo, no pensamento de Torrens e no de Proudhon (Ibid., p. 53-54).

<sup>173</sup> “O excedente do valor sobre o preço de custo, embora se origine diretamente do processo de produção, só se realiza no processo de circulação, e a aparência de provir do processo de circulação se robustece porque, efetivamente, em meio à concorrência, no mercado real, depende das condições deste a possibilidade de realizar-se em que se realiza em dinheiro esse excedente.” (Ibid., p. 61).

modo que a passagem de uma a outra ocorre sistematicamente. Esse caráter “transitório” de cada complexo da produção capitalista, como produção que se “evanesce” em circulação e circulação que se “evanesce” em produção contribui para “mascarar” as diferenças específicas de cada uma destas fases em relação à outra<sup>174</sup>. O segundo é que no âmbito da circulação, no mercado, a relação fundamental, capital-trabalho, é “disfarçada” pela “intromissão de relações aparentemente independentes” desta, como as relações intercapitalistas ou mesmo da relação capital-trabalho em que os trabalhadores se apresentam como “compradores” e os capitalistas como “vendedores”<sup>175</sup>. Estas relações “disfarçam” a relação fundamental porque a apresentam como *apenas* mais uma relação de produção em meio a várias outras<sup>176</sup>. Portanto, a concepção segundo a qual o mais-valor advém do mercado e não da esfera da produção corresponde ao próprio processo real de produção na forma como se apresenta em termos aparentes, coincide com ele, apresenta-se invertido em relação à sua essência, ocultando a mesma, o fundamento da produção de valor.

Explicado isso, retomemos, pois, as implicações da realização do mais-valor sob as determinações da concorrência ao capital global. Vimos que sob a concorrência a taxa de lucro se distancia de seu fundamento essencial, a taxa de mais-valor, e que a composição orgânica dos capitais determina igual distanciamento entre preço e valor e lucro e mais-valor.

Mas retomando o argumento, a elevação da força produtiva do trabalho social atua como uma “lei” sob o conjunto dos capitais. Sob esta lei, os capitais são impelidos ao desenvolvimento ou assimilação de capital constante que proporcione este incremento da produtividade de seu capital singular. Como explicado anteriormente, este incremento da produtividade permite aos capitais manterem-se em condições de “competividade” no mercado, e mais do que sua produção, permite sua reprodução. Os capitais mais produtivos conseguem colocar no mercado mercadorias mais baratas que os capitais menos produtivos e são, por isso, mais competitivos, por se apropriar de mais-valor produzido por outrem.

Entretanto, esta “lei” conduz o capital global a uma contradição. Como todos os capitais da sociedade são influenciados por esta lei, todos são impelidos a revolucionar/renovar seu capital constante (fixo e circulante) de tempos em tempos com vistas a manterem-se no mercado. Deste modo, os capitais tendem a elevar sua composição orgânica como descrito acima. Mas com os capitais elevando sua composição orgânica, inclusive pela disseminação das mesmas invenções, a tendência é que desenvolvam uma taxa média de lucro

---

<sup>174</sup> Marx, 2008b, p. 62.

<sup>175</sup> Ibid., p. 62 e Marx (1984, p. 35).

<sup>176</sup> Ibid., p. 62.

entre si a partir das taxas de lucro de cada capital singular – “processo de uniformização da taxa de lucro”. E não só isso, a tendência é que essa taxa média de lucro caia em decorrência da elevação da composição orgânica de cada capital singular.

À medida que cada capital singular emprega relativamente mais capital constante que capital variável, a taxa de mais-valor ( $m'$ ) se eleva já que cai  $v$  em relação em  $c$ . Mas, ao mesmo tempo em que o capital se torna mais produtivo, ou seja, produz mais mercadorias com o menos trabalho abstrato “embutido” em cada uma, cai sua taxa de lucro<sup>177</sup>. Como a taxa de lucro ( $l'$ ) é igual a  $m/C$ , a elevação de  $C$ , com incremento relativo de capital constante em relação ao capital variável, ocorre de forma *mais rápida*<sup>178</sup> que a elevação da massa de mais-valor ( $m$ ), o que leva à queda da taxa de lucro de capital singular e, conseqüentemente, abaixando a média do capital total, reduzindo a taxa geral de lucro.

O resultado desse processo é a concentração e centralização do capital<sup>179</sup>. Os capitais de composição orgânica superior à média podem não ter as melhores taxas de lucro no sistema, mas conseguem auferir massas de lucro maior que a auferida pelos capitais menores. Assim, quanto maior a composição orgânica, maior a possibilidade de concentração do capital porque maior a massa de mais-valor disponível para reinvestimento na produção. A maior composição orgânica também possibilita ao capital melhores condições de concorrência no mercado pela produção de mercadorias mais baratas, e, conseqüentemente, aumentam suas chances de sobrevivência no mercado. Desta forma, na concorrência, os capitais de composição orgânica inferior à média, por vezes, não conseguem conviver muito tempo em competição com os capitais de maior composição orgânica. Nesse cenário, os “menores” são engolidos pelos “maiores” seja pela aquisição, seja pela quebra dos menores. No entanto, essa tendência centralizadora do capital, que é capaz de conduzir o sistema a um colapso, é acompanhada de tendências contrárias, descentralizadoras<sup>180</sup>. Ou seja, o sistema capitalista opera dialeticamente entre a concentração e a desconcentração de capital.

---

<sup>177</sup> “A taxa de lucro cai não por tornar-se o trabalho mais improdutivo, mas por tornar-se mais produtivo. Ambas, a elevação da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são apenas formas particulares em que se expressa, em termos capitalistas, a produtividade crescente do trabalho.” (MARX, 2008b, p. 316).

<sup>178</sup> Marx (Ibid., p. 320).

<sup>179</sup> “Demais, mesmo com baixa taxa de lucro, aumenta o montante de lucro com a magnitude do capital empregado. E isto implica, ao mesmo tempo, concentração de capital, exigindo as condições atuais de produção o emprego de capital em massa. Implica também a centralização do capital: os grandes capitalistas engolem os pequenos e lhes tiram o capital.” (Ibid., p. 324).

<sup>180</sup> Marx (Ibid., p. 324-325).

A queda da taxa média de lucro se faz como uma lei tendência<sup>181</sup>. Este é um tema controverso e de grande complexidade na obra de Marx<sup>182</sup>. O sentido de “lei” no pensamento de Marx é diverso do que se tem no senso comum de “relações constantes e não-contraditórias entre fenômenos”<sup>183</sup>. Marx entende que o fundamento da realidade é contraditório e que sua contradição é que propulsiona o autodesenvolvimento da mesma. Além disso, como escrito acima, o pensamento de Marx não capta um curso predeterminado à realidade e a realidade não tem uma finalidade em si, como em Hegel. Assim como todo ente tem em si o germe de sua própria superação. Com base nesses pressupostos, a “lei” em Marx só pode ter um caráter de *tendência* que convive com fatores opostos a si, que tem a propriedade de “retardar”, “moderar”, “parcialmente paralisar”, “atrapalhar” o desenvolvimento da tendência<sup>184</sup>. Entretanto, jamais a suprimem já que, como opostos fundados no mesmo real, a superação da tendência implicaria a superação de si, e, portanto, demandaria a transcendência de todo o complexo social em questão.

Mas algumas ressalvas devem ser feitas. A tendência é tendência e não seu contrário porque tem um estatuto diferenciado frente às contratendências. A tendência à queda da taxa de lucro é um componente estrutural sempre presente na realidade capitalista que ora consegue se impor, ora não consegue se impor frente às contratendências. E, em relação às contratendências, se configura como tendência por ser a “tendência mais próxima” do fundamento da realidade social, a relação-capital como autorrelação que, para realizar-se, tende à supressão de sua substância, o trabalho.

---

<sup>181</sup> A lei da queda da taxa de lucro é um tema tratado por Marx que já havia sido objeto da economia política, porém a mesma não logrou êxito em apresentar uma resolução: “Embora a lei seja tão simples conforme se patenteia do exposto, nenhum economista conseguiu até hoje descobri-la, conforme veremos ulteriormente. A economia política via a aparência, o fenômeno, e esgotava-se em tentativas de interpretação contraditórias. Dada a grande importância, porém, que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que constitui o mistério em cuja solução se absorve a economia política desde Adam Smith, e que as diferentes escolas, depois dele, divergem nas tentativas de resolvê-lo. Mas se ponderarmos que até hoje a economia política, embora vislumbresse a diferença entre capital constante e variável, não chegou a formulá-lo claramente; que nunca apresentou a mais-valia separada do lucro e a configurar o lucro em sua pureza, destacado de seus componentes diversos que ostentam autonomia recíproca, como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que nunca analisou em seus fundamentos a variação da composição orgânica do capital e, por isso, tampouco a formação da taxa geral de lucro – deixa então de ser enigma a circunstância de não ter conseguido a solução desse mistério.” (MARX, 2008b, p. 283-284).

<sup>182</sup> Grespan (1998).

<sup>183</sup> Grespan (Ibid., p. 214).

<sup>184</sup> 1) “lei cuja efetivação absoluta é detida, retardada, enfraquecida pela ação de circunstâncias opostas.” (MARX, 2008b, p. 310); 2) “as mesmas causas que provocam a queda da taxa geral de lucro geram efeitos opostos que embarçam, retardam e parcialmente paralisam. Não suprimem a lei, mas atenuam seus efeitos. Se assim não fora, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas a lentidão relativa dessa queda. Assim como tendência atua a lei, e o efeito dela só se torna palpável em circunstâncias determinadas e no decurso de períodos longos.” (Ibid., p. 314-315).

Neste caso, há uma distinção entre variáveis para a explicação da lei tendência. A tendência por estar mais diretamente vinculada ao fundamento da realidade social, a tendência de supressão do trabalho vivo pelo trabalho morto, é uma “variável essencial” e os demais fatores relacionados seriam variáveis “secundárias” ou “complementares” por estarem vinculadas de modo mais distante ou de forma indireta àquele fundamento<sup>185</sup>.

Outra ressalva é sobre o predomínio da tendência face às contratendências. Ambas tem o estatuto de uma *necessidade relativa* e não absoluta. Deste modo a necessidade de afirmação de uma ou outra não tem mais “peso” que a tendência contrária, o que vale dizer que uma não é “mais necessária” que a outra. A realização da tendência não é mais necessária que a realização das contratendências, em especial a contratendência de rebaixamento do valor dos componentes do capital constante. Daí o predomínio da tendência face à contratendência é “sistêmico”, por se realizar de modo mais direto e completo, mas “não obrigatoriamente temporal”<sup>186</sup>. Por não ter, em si, uma necessidade absoluta de realização, pelo curso dos acontecimentos históricos não estarem previamente determinados em Marx, não há nada que garanta o predomínio “temporal” da tendência diante da contratendência, mesmo que a despeito de passagem supracitada do Livro III que dá margem à interpretação do predomínio temporal da tendência diante das contratendências. Por mais que o texto de Marx no Livro III apresente problemas de forma, uma vez que não foi dada redação final, é possível captar o conteúdo e o desenvolvimento dialético do argumento.

O certo é que há uma dialética entre a “necessidade” e a “possibilidade” na obra de Marx que também não parece ter tido um tratamento “final”, sistemático, que se expressa na interpretação da crise capitalista e isso que abre margem para interpretações diversas, algumas das quais abordaremos no próximo capítulo. Mas sobre este intrincado tema geral, nossa posição é que o desenvolvimento da totalidade social tem que abarcar as duas dimensões, ou seja, ser, ao mesmo tempo, movido por sua necessidade interna em suas possibilidades, sempre em decorrência e estreita relação com a luta de classes em cada momento histórico. Parece-nos que a abordagem ancorada na “necessidade relativa”, em alguma medida, se aproxima deste propósito<sup>187</sup>. E quanto à manifestação desta dialética para compreensão da crise e do desenvolvimento e “morte” do capitalismo talvez teremos que nos ater a uma

---

<sup>185</sup> Grespan (1998, p. 217).

<sup>186</sup> Grespan (Ibid., p. 223).

<sup>187</sup> Cf. Grespan, 1998.

categoria de Marx que aparece poucas vezes em sua obra a da “modo relativo de produção”  
188

Marx, em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo, da forma como já apontamos ao longo deste capítulo, ou seja, em crítica à economia política, procurou definir o capitalismo de modo distinto daquela Escola do pensamento social. Para aqueles, em especial Ricardo e Smith, o capitalismo era um modo de produção que teria existido desde sempre e que estaria fadado a continuar existindo de modo perene, isto é, para eles, o capitalismo seria um *modo absoluto de produção*. Marx, ao contrário, procurou definir o capitalismo em termos históricos e sociais e chegou a uma definição oposta, de que o modo capitalista seria *relativo*<sup>189</sup>, ou seja, que assim como este nem sempre existiu, ele pode, *não necessariamente*, continuar existindo. Entretanto, por vezes, a insistência de Marx quanto à relatividade do capitalismo toma contornos “extremos”, de uma necessidade absoluta, de uma lei que opera de modo inexorável conduzindo o sistema ao desaparecimento<sup>190</sup>. O que expressa justamente tanto o caráter político de sua obra, que teve que polarizar com a economia política clássica e com o pensamento de Hegel, bem como a própria dificuldade de sistematização de um tema tão complexo.

Marx teria insistido que o desenvolvimento das forças produtivas, meio para a acumulação do capital, entraria em contradição consigo mesma a produzir as próprias crises capitalistas o que demonstraria cada vez mais o caráter “senil”<sup>191</sup> do sistema. Mas esta “senilidade” do modo de produção capitalista ocorre em termos objetivos e teóricos. Ou seja, ela se apresenta em termos imediatos sendo factível de compreensão em termos racionais, mas não necessariamente é percebida em termos subjetivos, os seres sociais não necessariamente perceberão este fundamento, podendo muito bem se conformar com sua condição capitalista de vida e o sistema capitalista pode muito bem continuar com sua

---

<sup>188</sup> Marx, 2008b, p. 336.

<sup>189</sup> “Patenteia-se aí, no plano puramente econômico, isto é, sob o prisma burguês, dentro das barreiras da compreensão capitalista, do ponto de vista da própria produção capitalista, a limitação, a relatividade deste modo de produção, seu caráter histórico, vinculado a determinada época de desenvolvimento limitado das condições materiais de produção.” (Ibid., p. 339).

<sup>190</sup> “Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu **necessário perecimento**. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária.” (MARX, 2013, p. 91, grifo nosso).

<sup>191</sup> “O modo capitalista de produção revela aí nova contradição. Sua missão histórica é o desenvolvimento implacável, em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano. Trai essa missão quando, como nesse caso, estorva o desenvolvimento da produtividade. Assim, de novo demonstra que se torna senil, sendo cada vez mais superado pelo tempo.” (MARX, 2008b, p. 342).

dinâmica contraditória de “prosperidade” e “crise”, se obstando ao desenvolvimento humano genérico. Não estamos, portanto, “condenados” nem à reprodução da ordem capitalista, nem à sua superação.

Mas o movimento do capital é desmedido como já apontamos acima. O plano de maior concreção de *O capital* é marcado por duas medidas (taxas) para automensuração do capital que se apresentam invertidas no fenômeno: uma na aparência (taxa de lucro) e outra na essência (taxa de mais-valor). O mesmo processo de elevação processual da produtividade do trabalho conduz ao aumento da composição não só técnica do capital, mas também de sua composição orgânica, como fundamento para o aumento da taxa de mais-valor e decréscimo da taxa de lucro.

O capital é a “barreira efetiva”<sup>192</sup> de si. Ou seja, ao pôr-se como referência de seu próprio processo de valorização, o capital é estimulado a desenvolver as forças produtivas ao infinito, mas para fazê-lo, em cada ciclo, tem de defrontar-se consigo mesmo, com seus próprios limites quantitativos, que se opõem ao seu próprio desenvolvimento. Este é o segundo sentido da desmedida do capital que é oposto ao primeiro<sup>193</sup>. O primeiro sentido, acima enunciado, diz respeito à tendência a autovalorização ilimitada. O segundo se refere ao capital ter que se confrontar com seus próprios limites quantitativos em cada ciclo de valorização e se apresenta como impossibilidade momentânea de conversão dos seus limites em barreiras. Ou seja, de não conseguir transcender seus próprios limites quantitativos para manter-se valorizando.

O problema é que quanto mais o capital se valoriza, mais dificuldades de valorizar-se tem em seu conjunto pela queda da taxa média de lucro, pela não conversão dos limites em barreiras<sup>194</sup>. Daí que, ao pôr-se como referência de seu próprio processo de valorização, o capital se produz de forma excessiva alcançando à *superacumulação*.

O capital se acumula a um ponto que sua produção é *superprodução*<sup>195</sup>. Não é a mera superprodução de mercadorias, mas do próprio capital sob suas diversas formas (produtivo, mercadoria e dinheiro). Não é a superprodução em relação às necessidades sociais ou de consumo, mas a superprodução em relação a si mesmo. A superprodução como resultado do

---

<sup>192</sup> “A *barreira efetiva* da produção capitalista é o *próprio capital*: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção” (MARX, 2008b, p. 328, grifo do autor).

<sup>193</sup> Grespan, 1998, p. 144.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>195</sup> “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e meios de subsistência -, que podem funcionar como capital, isto é, ser empregados para explorar o trabalho, com dado grau de exploração, e a queda desse grau abaixo de dado ponto causa perturbações e estagnações no processo capitalista de produção, crises, destruição de capital.” (MARX, 2008b, p. 335).

movimento desmedido do capital<sup>196</sup>. Assim como não é qualquer produção que conduz o capital à crise, mas a produção inadequada para operar sob determinada taxa geral de lucro. Deste modo, a taxa geral de lucro é que determina as condições gerais de valorização do capital ou pelo seu afã em valorizar-se pode conduzi-lo à desvalorização. Assim, os capitais de maior composição orgânica podem, pelo próprio processo de valorização, abaixar paulatinamente sua taxa lucro individual em relação à taxa geral de lucro média, permanecendo abaixo do necessário para continuar sua reprodução, e, conseqüentemente, apresentar uma interrupção do processo de valorização adentrando numa crise.

Ao pôr-se como referência de seu próprio processo de constituição - e não as necessidades sociais -, o capital é conduzido à desmedida, à perda de referência em seu próprio processo e não conseguindo medir-se de forma unívoca, se produz a um ponto em que se opõe ao seu próprio desenvolvimento. Ao estar excessivo em relação a si mesmo, o pôr-se novamente em movimento de autovalorização implica a sua desvalorização. É aqui que a crise aparece em termos *efetivos*.

As crises capitalistas em termos efetivos se manifestam mais do que não possibilidades de metamorfose do valor, como na *possibilidade* posta na circulação simples de mercadorias, na esfera da circulação. A crise se apresenta como uma dissociação entre as esferas da produção e da circulação<sup>197</sup>. Ao não ter um “controle externo”, mas uma autorregulação de seu processo de valorização, o capital se “desagua” no mercado de modo excessivo, “inundando-o” de si. Como a circulação somente realiza o mais-valor gerado na produção, pela “enchente” de capital, os capitais singulares podem não realizar seu mais-valor, e, conseqüentemente, a produção do capital é interrompida.

A continuidade da produção de capital, neste cenário, sua busca por valorização, “o objetivo limitado”, entra em contradição com seu meio, “o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais”<sup>198</sup>. Com o mercado “alagado” de capital, a continuidade do processo de valorização implica em desvalorização do capital já acumulado. Este é o cenário em que a crise é *resultado* do próprio processo desmedido de autovalorização do capital.

---

<sup>196</sup> “O objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepância entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura constantemente ultrapassar o limite que é imanente.” (MARX, 2008b, p. 336).

<sup>197</sup> Grespan, 1998, p. 160.

<sup>198</sup> “O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais -, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente.” (MARX, 2008b, p. 329).

Mas a crise também é *ponto de partida*<sup>199</sup> de um novo ciclo de valorização. De modo geral, num cenário de crise, os capitais tem elevada sua capacidade ociosa, e, desse modo, trabalhadores são demitidos. Com a elevação do exército industrial de reserva, o poder de barganha dos trabalhadores diminui e a exploração da força de trabalho tende a aumentar, seja na forma de mais-valor absoluto, seja na de mais-valor relativo. Na forma de mais-valor relativo, implicaria em tornar obsoleto o capital fixo de então pela adoção de capital fixo superior ao anterior. Deste modo, se eleva novamente a taxa de mais-valor e a taxa de lucro e se retoma a fase de “prosperidade” capitalista do ciclo. A crise, resultado das contradições da fase de valorização do capital, se apresenta como uma solução para estas mesmas contradições, para a autocontradição da valorização que se opõe a si mesma<sup>200</sup>.

Com isto, fica patente o caráter cíclico da produção capitalista. A dinâmica capitalista é marcada pelo “ciclo industrial” com alternância de fases de “prosperidade” e “crise”, em que esta última seria o “negativo” do capital<sup>201</sup>.

Em Marx (2013, p. 524-525), a passagem a seguir é ilustrativa:

A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de expandir-se aos saltos e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril e a conseqüente saturação dos mercados, cuja contração acarreta um período de estagnação. A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a indústria mecanizada submete a ocupação e, com isso, a condição de vida do trabalhador tornam-se normais com a ocorrência dessas oscilações periódicas do ciclo industrial.

Mas, para Marx, a produção capitalista é mais que meramente “cíclica”. Se fosse somente cíclica, o ponto de partida seria também o ponto de chegada e guardaria identidade total com este. A questão é que o capital, em seu ciclo, se eleva tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, de modo que a dinâmica capitalista pode ser caracterizada como uma “espiral”<sup>202</sup>. Em termos quantitativos, apesar da forma-dinheiro ser o ponto de partida e o ponto de chegada, o valor se dilatou em mais-valor e reconciliou consigo mesmo numa quantidade acima da “original”. Em termos qualitativos, apesar do capital ter que percorrer as mesmas formas do valor para se valorizar, ocorrem alterações qualitativas no que

<sup>199</sup> “A estagnação sobrevinda à produção teria preparado expansão posterior da produção, dentro dos limites capitalistas.” (MARX, 2008b, p. 334).

<sup>200</sup> “O desenvolvimento da produtividade do trabalho, gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, se opõe frontalmente a esse desenvolvimento e, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises.” (Ibid., p. 338).

<sup>201</sup> Noção apontada por Grespan, 1998.

<sup>202</sup> “Concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, perfazendo uma espiral.” (MARX, 2013, p. 657).

diz respeito ao desenvolvimento técnico. Ou seja, os meios de produção – capital fixo e circulante – estão em contínua alteração de sua forma material se tornando cada vez mais produtivos sob a dinâmica da concorrência.

Além disso, outro tema presente sobre a crise capitalista é quanto à regularidade do ciclo industrial. Apesar de Marx ter indicado, brevemente, certa verificação empírica ao longo do século XIX, em que se observa uma regularidade do ciclo econômico de cerca de uma década a onze anos, parece-nos que o mesmo se exime de projetar uma “regularidade” de períodos fixos, preestabelecidos, ao evoluir capitalista. Abaixo uma passagem relevante sobre o tema:

Na edição francesa autorizada, encontra-se nesta passagem a seguinte inserção: (...) Mas é somente a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerceu uma influência preponderante sobre toda a produção nacional; ou que o mercado universal se apoderou sucessivamente de vastos territórios no Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; ou que, por fim, as nações industrializadas, entrando em briga, tornaram-se bastante numerosas é – somente dessa época que datam aqueles os ciclos sempre recorrentes, cujas fases sucessivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, marcando o fim de um ciclo e o ponto de partida de outro. **Até aqui, a duração periódica desses ciclos foi de dez ou onze anos, mas não há nenhuma razão para considerar essa cifra como constante.** Ao contrário, a partir das leis da produção capitalista, tais como as que acabamos de desenvolver, devemos inferir que essa duração é variável e que o período dos ciclos se encurtará gradualmente. (MARX, 2013, p. 709, grifo nosso).

Ou seja, para Marx não há regularidade constante do ciclo. Isto se explica pelo fato da produção capitalista operar sob a lei do valor - trabalho. A princípio, a lei do valor – trabalho, em termos gerais, indica que quanto maior a produtividade do trabalho social, menor o valor contido em cada unidade de mercadoria. Mas não se pode tomar esta lei em termos meramente econômicos. O valor é um atributo da mercadoria, e como tal, é produto do trabalho abstrato. Mas, o valor não pode ser devidamente quantificado/mensurado empiricamente. Além do que, sua trajetória é histórica e social, o que implica dizer que está passível de variações em virtude de oscilações operadas na própria sociedade produtora de capital. Deste modo, como o ciclo industrial está submetido à lei do valor – trabalho, que está suscetível de oscilações determinadas pelo curso histórico e social da produção capitalista, e como este curso histórico, para Marx, é indeterminado e imprevisível, não se pode falar em regularidade de fenômenos sociais neste nível de precisão.

Assim como, para Marx, a crise nunca é exclusivamente econômica. O método adotado por Marx leva em consideração a necessidade de realizar abstrações a partir da realidade estudada. Daí que o projeto de redação de *O capital* previa o desenvolvimento da

dimensão dominante do modo de produção capitalista, a economia, para gradualmente inserir novas determinações como as advindas da inclusão do Estado, das classes médias etc.<sup>203</sup>. Entretanto, a análise de Marx não se resume a este complexo. Ao longo de toda a obra é possível perceber que a realidade “abstrata” se desenvolve como totalidade de complexos. Desta forma, nas passagens em que Marx discute, em alguma medida, sua concepção de crise, ele costuma mostrar outros aspectos como os políticos, os ideológicos, os sociais etc. É possível perceber em algumas passagens, e, claro, de forma a compor um cenário global, os “impactos” sociais da crise, sua repercussão sobre o “mercado” da força de trabalho, as reações das classes sociais, a movimentação do Estado etc<sup>204</sup>. Algumas tentativas de estabelecer a regularidade do ciclo industrial capitalista foram realizadas ao longo do século XX, as quais serão brevemente abordadas no próximo capítulo.

Outro aspecto a ser apreendido da concepção de crise de Marx é a tendência de agravamento das crises<sup>205</sup>. Isto decorreria do fato de que o capital, pela sua expansão, se tornar mais complexo qualitativamente e se elevar em termos quantitativos de valor, do fato do capital estender sua escala de operação em âmbito mundial conectando regiões diversas, além do fato do capital quanto mais se valorizar, mais dificuldades tem em conseguir continuar seu processo de valorização, como apontado por Marx em sua tendência de queda da taxa geral de lucro média.

Quanto a uma “tipologia” da crise devem ser observados os critérios qualitativos e os quantitativos. Do ponto de vista qualitativo as crises são classificadas de acordo com o ramo da produção em que a mesma se desenvolve. Deste modo, é possível perceber uma série de distintos tipos de crise como a “crise do algodão”, crises monetárias, crises “financeiras” etc<sup>206</sup>. Assim como, tomando por critério a extensão da crise nos ramos da produção Marx as

<sup>203</sup> Marx, 2011, p. 61.

<sup>204</sup> Cf. Marx, 2013, p. 211-212, 315-316, 507-508, 524-527, 648-649, 843.

<sup>205</sup> “estas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais alta, e finalmente à sua derrocada violenta”. (Marx, 1974, p. 636 apud Grespan, 1998, p. 235).

<sup>206</sup> Ao longo de *O capital*, Marx aborda o tema da crise no tratamento de outros temas. Desta forma, alguns desses tipos de crise, conforme o ramo em que se originou, podem ser observados a seguir:

*Crise monetária* - “A crise monetária, definida como fase particular de toda crise de produção e de comércio, tem de ser distinguida daquele tipo especial de crise, que, também chamada de crise monetária, pode, no entanto, emergir como um fenômeno independente, que atua apenas indiretamente sobre a indústria e o comércio. São crises cujo centro está no capital financeiro e que, por isso, têm sua esfera imediata no sistema bancário, financeiro e na bolsa de valores.” (MARX, 2013, p. 211); *crise “financeira”*: “Lembremos que o ano de 1857 trouxe consigo uma das grandes crises com que invariavelmente se encerra o ciclo industrial. O prazo seguinte expirou em 1866. Antecipada já nos distritos fabris propriamente ditos pela escassez de algodão, que deslocou muito capital das esferas habituais de investimento para as grandes sedes centrais do mercado monetário, a crise assumiu nessa ocasião um caráter predominantemente financeiro. Sua irrupção, em maio de 1866, foi assinalada pela falência de um gigantesco banco londrino, seguida imediatamente pela derrocada de inúmeras sociedades praticantes de fraudes financeiras.” (Ibid., p. 741-742); *crise do algodão*: “É sabido que, em consequência da

classifica em crises “parciais” e “gerais”<sup>207</sup>. Sendo que no “médio” a “longo” prazo o ciclo capitalista seria marcado por uma sucessão de crises parciais que se encerram com uma crise geral ou, visto de outro ângulo, uma crise geral indica simultaneamente a renovação do ciclo do capital por meio de suas crises parciais<sup>208</sup>.

Enfim, neste capítulo procuramos expressar a construção teórica de Marx em torno da crise “econômica” no seio de sua grandiosa produção teórica que se constitui numa síntese absolutamente engenhosa e autêntica.

---

guerra civil americana e da crise do algodão que a seguiu, a maioria dos trabalhadores algodoeiros em Lancashire foi posta na rua.” (MARX, 2013, p. 648-649).

<sup>207</sup> “Isso explica a rebelião (1860) absolutamente racional dos trabalhadores londrinos, empregados no setor de construção, contra a tentativa dos capitalistas de impor-lhes esse salário por hora. A limitação geral da jornada de trabalho põe fim a esse abuso, embora não, naturalmente, ao subemprego resultante da concorrência da maquinaria, da variação na qualidade dos trabalhadores empregados e das crises parciais e gerais.” (Ibid., p. 616).

<sup>208</sup> Ibid., p. 709.

## **2 UM DEBATE “MARXISTA”, AO LONGO DO SÉCULO XX, SOBRE AS CRISES CAPITALISTAS: A II INTERNACIONAL, PAUL SWEEZY E ERNEST MANDEL:**

Ao contrário das últimas duas décadas, em que a teoria marxiana foi colocada à margem no debate acadêmico e político, coincidentemente após a queda do muro de Berlim e do bloco soviético, as décadas que sucederam à morte de Marx foram de intenso debate acerca de sua obra seja por parte daqueles que a combateram de modo explícito como Böhm-Bawerk e Schumpeter, seja por aqueles que combateram de modo mais ou menos velado, como Eduard Bernstein, sob a insígnia de uma “revisão” de sua obra (o que veio a ser denominado de revisionismo), ou mesmo dos que buscaram atualizar a análise de Marx para a compreensão do capitalismo do final do século XIX e início do século XX no seio da II Internacional Comunista, como Rosa Luxemburg, Lênin, Grossmann etc. Além de outros estudiosos que buscaram compreender o desenvolvimento capitalista ao longo do século XX como, por exemplo, Sweezy e Mandel. É sobre o segundo e o terceiro conjunto de estudiosos e/ou militantes que se concentra a primeira seção deste capítulo. Na segunda seção, abordaremos duas distintas concepções sobre a crise, que foram formuladas após o fim da II Internacional, abordaremos a concepção de Paul Sweezy e a de Ernest Mandel. E, finalmente, na terceira seção, faremos uma breve avaliação do debate sobre a crise capitalista expressa pelos estudiosos abordados nas duas primeiras seções do capítulo<sup>209</sup>.

### **2.1 O debate sobre as crises capitalistas no âmbito da II Internacional e da socialdemocracia alemã**

Dois conjuntos de teóricos travaram entre o final do século XIX e início do século XX um fecundo debate em torno da atualização e do desenvolvimento da obra de Marx. Havia a ala socialdemocrata e a ala comunista. O debate se travou fundamentalmente no seio da socialdemocracia alemã e da II Internacional Comunista e se dedicou a temas como o impacto dos monopólios, cartéis e trustes sobre o capitalismo, o desenvolvimento do sistema de crédito, o imperialismo, as crises e até o eventual “colapso” do sistema capitalista. Não trataremos neste capítulo de uma avaliação profunda deste debate, mas procuraremos

---

<sup>209</sup> Em virtude das limitações do atual formato de mestrado acadêmico, não abordaremos neste capítulo a concepção gramsciana de crise orgânica. Entretanto, o encontro com esta categoria, possivelmente, possibilitará ampliar os olhares sobre a concepção de crise no âmbito da teoria marxista. Futuros trabalhos, sobre o tema, demandarão certamente este empreendimento.

reconstruí-lo com o intuito de compreender os antecedentes teóricos à István Mészáros sobre a crise econômica capitalista.

O debate sobre a crise capitalista na II Internacional foi retomado por Sweezy em 1942 em sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, e, posteriormente, foi retomado e organizado em 1970 pelo então marxista italiano Lucio Colletti em sua obra *El marxismo y el 'derrumbe' del capitalismo*. Nesse livro, Colletti faz uma apresentação do debate e dispõe ao leitor uma série de excertos de livros e artigos que se dão em torno da temática da crise e do colapso/derrocada do capitalismo, e é em torno desse livro que desenvolveremos em larga medida este capítulo.

Não obstante o fato de que alguns estudos foram realizados com base na obra supracitada com propósitos diversos<sup>210</sup>, nosso intuito é apreender não só o debate, mas possibilitar situar melhor a posição de István Mészáros sobre a crise estrutural do capital, bem como buscar, em alguma medida, se há influências deste debate na sua formulação.

O debate é inaugurado por Eduard Bernstein com “As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia” publicada em alemão em 1899<sup>211</sup>. Ela é o resultado de uma série de artigos intitulados “Problemas do socialismo” publicados desde 1896 na revista *Die Neue Zeit*<sup>212</sup>. Nesta obra, Bernstein tem uma inspiração no positivismo<sup>213</sup> que utiliza para analisar e “desenvolver” a obra de Marx. Bernstein identifica “ambiguidades” no texto marxiano acerca do subconsumismo. Para ele, no Livro III de *O capital*, Marx teria partido de um pressuposto idêntico a Rodbertus de que o subconsumo<sup>214</sup> das massas junto a uma crescente produtividade

<sup>210</sup> Podemos destacar o livro de Frederico Mazzucchelli, “A contradição em processo: o capitalismo e suas crises”; o artigo de Elmar Altvater, “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise” e o artigo de Fernando Rugitsky, “Da crítica da crise à crise da crítica: uma leitura da obra de Friedrich Pollock”.

<sup>211</sup> O título original deste trabalho é *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. No Brasil, esta obra foi publicada com o título “Socialismo evolucionário”.

<sup>212</sup> *Die Neue Zeit* é considerado o principal periódico marxista da virada o século XIX e início do século XX e era editado por Kautsky. Cf. Bottomore, 1985, p. 10.

<sup>213</sup> “A polêmica sobre as crises econômicas do organismo social moderno, sobre as causas que as determinam e os meios para remediá-las, não tem sido menos ásperas que aquelas sobre as crises patológicas, ou seja, sobre as condições de doença do corpo humano.” (BERNSTEIN, 1985, p. 145, tradução nossa).

<sup>214</sup> A formulação subconsumista teve seus primeiros contornos definidos antes mesmo da produção de Marx em Malthus e Sismondi: “O primeiro economista que se encontrou nesse dilema foi Thomas Malthus (na década de 1820). De acordo com a tradição subconsumista, Malthus argumentava que é a demanda de bens de consumo que regula a produção, de forma que somente uma certa taxa de crescimento era sustentável. (...) Simonde de Sismondi foi um contemporâneo de Malthus que também percebeu dentro do capitalismo a tendência para o subconsumo. Uma vez mais, encontramos aqui o argumento de que o nível do consumo regula a produção em geral, de forma que a produção só pode crescer à medida que o consumo cresça. Mas o capitalismo restringe o consumo das massas mantendo-as na pobreza; os trabalhadores são bastante pobres para poderem comprar de volta seu próprio produto (de novo aqui o hiato de demanda oblíquo). Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo, a distribuição e renda torna-se cada vez mais desigual, de forma que o consumo das massas cresce mais vagarosamente do que a riqueza em geral (o hiato de demanda). Para Sismondi, portanto, não só existe uma tendência ao subconsumo, mas esta torna-se pior com o desenvolvimento do capitalismo. Com o passar do

do trabalho provocava as crises, enquanto no Livro II de *O capital* Marx aponta o subconsumo das massas como “causa última” das crises capitalistas. A explicação dada por Bernstein é que os trechos foram escritos em períodos diferentes da vida de Marx tendo uma precedência do primeiro face ao segundo por um intervalo temporal de aproximadamente treze ou quatorze anos<sup>215</sup>. Portanto, Bernstein imputa a Marx uma teoria subconsumista da crise.

Dois pontos merecem destaque. O primeiro é que quanto à “causa última” da crise Ribeiro (2008) e Carcanholo (1996) apontam que se encontra na contradição entre a produção e a apropriação de valor, no caráter social da produção em contradição com a lógica privada de apropriação. Deste modo, aquilo que se convencionou denominar de “causa” no debate marxista sobre a crise, na verdade é “forma de manifestação” (CARCANHOLO, 1996), seja as desproporções, o subconsumo das massas etc. Temos acordo com este argumento de que várias análises sobre a crise tornam a forma de manifestação a causa das crises. Gostaríamos, no entanto, de registrar que na nossa avaliação das crises capitalistas, complementar à de Carcanholo (1996), a causa reside no próprio arranjo estrutural do capital que se apresenta como contradição entre capital social e capital singular.

Como exposto acima, no capítulo 1, o capital singular possui uma relação de oposição e unidade com a totalidade dos capitais, o que se denomina por capital social. Sua afirmação como capital singular demanda a negação dessa mesma condição, isto é, para ser reconhecido como um capital singular é necessário que ele demonstre seu caráter complementar (de unidade) aos demais capitais, portanto, seu caráter social. Ele faz isso lançando mercadorias na circulação para que tenham seu valor realizado. Portanto, para nós, esta relação entre a totalidade dos capitais singulares, caracterizada de modo contraditório, é que nos parece constituir, em termos essenciais, a “causa” das crises capitalistas.

O segundo é que por mais que haja ambiguidades no texto marxiano, em especial nos livros II e III, não dá para simplesmente estabelecer o trecho “certo” a partir da data de sua confecção. O exame das eventuais “ambiguidades” deve ser feito a partir da própria forma de exposição do texto marxiano de *O capital*, já abordada no capítulo 1º deste trabalho.

---

tempo, as crises pioram, e a competição dos mercados externos entre as nações torna-se mais acirrada.” (SHAIKH, 1983, p. 15).

<sup>215</sup> Bernstein, 1985, p. 146-147.

Apesar de ter sido colaborador de Engels, Bernstein se opõe a ele no que tange à crise. Para Engels, com base no texto marxiano, o capitalismo estaria encurtando<sup>216</sup> seus ciclos econômicos de crise e prosperidade, sendo que no interior do ciclo estaria havendo um desarranjo, com a fase de crise se tornando mais longa e a fase de prosperidade se tornando mais curta, e que este “encurtamento” do ciclo precederia uma grande crise capitalista. Para Bernstein não haveria sinais de uma grande crise capitalista porque a tendência capitalista de produzir crises estaria adentrando um estágio em que, por meio do desenvolvimento da elevada concentração e centralização do capital e a formação dos cartéis e trustes e do desenvolvimento do sistema de crédito, o capitalismo estaria entrando em sua fase de “adaptação”<sup>217</sup>.

Bernstein desenvolve sua tese de “adaptação” do capitalismo não só polemizando com Engels, mas fundamentalmente com Rosa Luxemburg. Bernstein já havia publicado artigos referentes ao tema que foram polemizados por Rosa em artigos publicados em setembro de 1898 na revista *Leipziger Volkszeitung*, que, posteriormente, foram organizados num livro conhecido no Brasil por “*Reforma social ou revolução?*”<sup>218</sup>.

A linha geral do debate com Rosa é de que ela teria se apegado aos aspectos “destrutivos” do sistema de crédito ao capitalismo e que teria obscurecido sua dimensão “criadora”/“construtiva”. Em relação aos cartéis, trustes e sindicatos patronais a tese de Bernstein é a de que estes visam “regular” a produção capitalista. E que a “função primária”

---

<sup>216</sup> Na edição francesa autorizada por Marx foi inserido um trecho que trata da regularidade/periodicidade do ciclo e de uma tendência de seu desenvolvimento, passagem esta que, por ser fonte de proposições tanto de Engels, quanto de outros estudiosos e/ou militantes reproduzimos a seguir: “Mas é somente a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerceu uma influência preponderante sobre toda a produção nacional; ou que, por meio dela, o comércio exterior começou a sobrepujar o comércio interno; ou que o mercado universal se apoderou sucessivamente de vastos territórios do Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; ou que, por fim, as nações industrializadas, entrando na briga, tornaram-se bastante numerosas – é somente dessa época que datam aqueles os ciclos sempre recorrentes, cujas fases sucessivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, marcando o fim de um ciclo e o ponto de partida de outro. Até aqui, a duração periódica desses ciclos foi de dez ou onze anos, mas não há nenhuma razão para considerar essa cifra como constante. Ao contrário, a partir das leis da produção capitalista, tais como as que acabamos de desenvolver, devemos inferir que essa duração é variável e que o período dos ciclos se encurtará gradualmente.” (MARX, 2013, p. 709).

<sup>217</sup> Neste texto, Bernstein (1985, 149-150) aponta 5 conjuntos de fatores articulados que estariam levando o capitalismo a sua “adaptação”, são eles: 1) a expansão do comércio mundial; 2) a redução do tempo de rotação do capital pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes e de comunicações; 3) o aumento da a dos Estados industriais europeus; 4) a elasticidade do sistema de crédito e 5) o nascimento das cartéis industriais. Os aspectos 4 e 5 estão desenvolvidos no excerto disponibilizado por Colletti (1985), e, por isso, deteremos nossa atenção sobre eles.

<sup>218</sup> Cf. Luxemburg (1990).

dos monopólios é “aumentar a eficácia dos mecanismos tradicionais contra a sobreprodução”<sup>219</sup>.

O eixo básico desta tese é que a suplantação da concorrência pela formação dos monopólios traz mais regulação ao sistema capitalista. O que deve ser analisado com bastante cuidado, afinal, a concorrência não é eliminada pela formação de monopólios, cartéis e trustes, mas apenas posta num degrau superior, já que se estende mundo afora. Além do mais, ao mesmo tempo em que o capitalismo tem tendências à concentração de capital, opera pela sua lógica a descentralização de capitais com a formação de nichos de mercado de pequena escala. O que traz a aparência de uma regulação, mas no fundo, mesmo com esta capacidade aguçada de planejamento e racionalidade desenvolvida no seio da monopolização pelos capitais, a “espinha dorsal” da produção capitalista continua intacta. O sistema capitalista não deixou de realizar seu mecanismo de conversão do trabalho concreto em abstrato e do trabalho singular em trabalho social mediante a troca de mercadorias no mercado, de realização do valor “post festum”. Desta forma, por mais que o sistema capitalista tenha desenvolvido ainda mais a capacidade de planejamento e racionalização do capital singular, o fato é que o capital global continua operando com mecanismos de concorrência (irracionais), mesmo que de modo mais sofisticado. O que inviabiliza estruturalmente a regulação plena da produção humana, já que outro fundamento do modo de produção capitalista permanece intacto: a separação da força de trabalho da posse efetiva dos meios de produção. E, com isto, se mantém e aprofunda uma das contradições fundamentais do capitalismo, entre a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza<sup>220</sup>.

Deste modo, para ele, a existência dos monopólios implica um estágio evolutivo superior do capitalismo em relação à sua fase de “competição anárquica”. Mas, mais do que isso, a existência dos monopólios, por permitir ao sistema entrar num estágio “regulado”, traz uma “vantagem” ao capitalismo que é a de “prevenir” crises<sup>221</sup>. Bernstein acredita que, ao contrário de Engels e Marx e, como veremos adiante, Kautsky e outros, apesar das crises parciais serem inevitáveis, as crises gerais do capitalismo tendem a ser cada vez menos frequentes<sup>222</sup>.

---

<sup>219</sup> Bernstein, 1985, p. 159.

<sup>220</sup> Lênin (1987, p. 25) ao se referir aos monopólios destaca que “A produção torna-se social mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos.”

<sup>221</sup> Bernstein, 1985, p. 159 e p. 161.

<sup>222</sup> *Ibid.*, p. 162.

No limite, as teses de Bernstein<sup>223</sup> conduzem à compreensão de que o capitalismo é cada vez mais capaz de “corrigir” seus defeitos, desajustes ou desproporções numa permanente evolução, tendendo à eternidade. Deste modo, a “teoria” de Bernstein estabelece a impossibilidade progressiva de crises gerais e, conseqüentemente, de uma crise geral final do capitalismo<sup>224</sup>.

O debate em torno da “teoria do colapso” se seguiu com a publicação de Heinrich Cunow intitulada “Contribuição à teoria do colapso” (*Zur Zusammenbruchstheorie*) durante os anos de 1898 e 1899 na revista *Die Neue Zeit*, em continuação aos artigos publicados por Bernstein na mesma revista<sup>225</sup>. É definida por Colletti (1985, p. 163, tradução nossa) como “documento particularmente significativo da reação que a ala ‘ortodoxa’ da socialdemocracia alemã opôs ao ataque de Bernstein”.

Cunow, ao contrário de Bernstein, entende que há uma “teoria do colapso” do capitalismo na obra de Marx e Engels. Ele concebe o colapso talvez do modo mais próximo do que se apresenta no senso comum, como um acontecimento inevitável e fatal.

Segundo ele, o capitalismo, a partir do momento que adentra a “fase de concorrência ou morte”, entre as grandes potências industriais, pelos mercados externos mundo afora, estaria destinado a uma grave crise econômica de proporções gerais ou uma grande guerra entre nações que só se resolveriam com a igualmente inevitável revolução proletária. Isso aconteceria porque, no curso do século XIX, o capitalismo foi encontrando mercados externos para sua realização, o que, teria reduzido a incidência de crises e a aparência de seu progressivo desaparecimento como aponta em crítica a Bernstein. A partir do momento em que os mercados “externos” começam a se esgotar, a possibilidade de uma crise geral do sistema capitalista se põe no horizonte.

A concepção de Cunow atribui ao capitalismo uma “suposta incapacidade congênita de criar seus mercados”<sup>226</sup>, no limite, estabelece que a sobrevivência do mercado “interno” depende dos mercados “externos”, que, por serem finitos colocam o sistema numa condição

<sup>223</sup> A crítica de Sweezy (1983, p. 155) à Bernstein parece-nos razoável: “Seu objetivo, embora pudesse não ter consciência disso, era eliminar o marxismo, raiz e frutos, do movimento socialista”. Entretanto, “Para ter influência em seu meio, Bernstein compreendeu que não podia simplesmente atirar fora o marxismo – sua atração era muito grande e sua influência muito profunda. Era necessário proceder mais cautelosamente, modernizando-o e revendo-o. Com esse objetivo, verificou que a ‘teoria do colapso’ era um de seus pontos de ataque mais convenientes” (Ibid., p. 155). Colletti (1985, p. 143) coloca Bernstein e sua obra “Socialismo evolucionário” como “paradigmas insuperáveis do revisionismo”.

<sup>224</sup> Quanto à progressiva extinção das crises gerais a História tem mostrado que a tese de Bernstein não tem qualquer fundamento, desde então o capitalismo passou por três grandes crises gerais: a de 1929, a da década de 1970 e a atual crise iniciada em 2007.

<sup>225</sup> Colletti, 1985, p. 163-164.

<sup>226</sup> Mazzucchelli, 1985, p. 128.

de finitude inviabilizando a continuidade da produção capitalista, teoria esta definida como uma “imatura teoria do ‘déficit de mercados’”<sup>227</sup>.

Esta crise fatal do capitalismo seria o contexto para a também fatal eclosão da revolução socialista. Em que pese os eventuais erros e contragolpes aos quais o movimento proletário está suscetível, como aconteceu nas Revoluções Francesa e Inglesa, a revolução proletária seria inevitável<sup>228</sup>.

A subjetividade em Cunow é tida como epifenômeno da objetividade. Apesar da realidade apresentar estágios distintos, como as fases que o capitalismo tem, com características próprias, esta mesma realidade teria em si um curso prévio, definitivo e inevitável. Deste modo, a subjetividade apenas acompanha o curso dos acontecimentos, mas interfere nos mesmos apenas “vestindo a camisa de força” da objetividade, não sendo capaz de alterar o curso histórico para além daquilo que nele está circunscrito<sup>229</sup>. Portanto, a concepção de Cunow é exemplar quanto ao simplismo, ao fatalismo e ao mecanicismo na forma de economicismo.

A perspectiva de Cunow parece-nos bastante equivocada, tanto que o capitalismo já passou por duas guerras mundiais e duas crises gerais (1929 e 1973), acabou de adentrar em uma nova crise geral, e até agora a revolução socialista não se efetivou, passados 115 anos de seus apontamentos.

O debate se segue com a publicação de uma resenha, elaborada pelo socialdemocrata Conrad Schmidt, da tradução alemã do livro de Tugán-Baranovski “Estudos sobre a teoria e a história das crises comerciais na Inglaterra” (*Studien sur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England*) publicada na revista *Sozialistische Monatshefte* no ano de 1901 (mesmo ano da publicação do livro de Tugán)<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> Colletti, 1985, p. 164. Segundo Colletti (Ibid., p. 164), esta teoria até pode encontrar apoio em algum apoio em Engels, mas não tem qualquer fundamento na obra de Marx.

<sup>228</sup> “Até agora, em todas as rebeliões, na Revolução Inglesa não menos que na Revolução Francesa, a parte vitoriosa tem se deparado diante de dificuldades que pareciam quase ‘sem solução’, frente às quais, bem ou mal, tinham que dar conta, do jeito que desse. E as coisas não serão distintas tampouco para a futura revolução proletária. Também esta colocará as massas a frente das tarefas que hoje nem sequer podemos imaginar; e como no passado não faltarão erros nem contragolpes. Disto não se pode duvidar nenhum daqueles que se tem dedicado à história social. Mas tudo isso não constitui motivo suficiente para que o colapso não se verifique.” (CUNOW, 1985, p. 174, tradução nossa).

<sup>229</sup> “Mas no caso em questão não se trata de emprego de tais métodos [violentos]; se trata somente de saber se existem ou podem existir as condições para um colapso, e a este respeito de nada decidem certamente nossas vontades nem nossos desejos. O eixo de todo o problema é se nosso desenvolvimento econômico impulsiona as tendências que nele operam até uma catástrofe geral; todo o nosso desejo não tem maior peso que o desejo de qualquer outro partido, por exemplo, dos nacionais liberais ou dos antissemitas.” (Ibid., p. 173, tradução nossa).

<sup>230</sup> Colletti, 1985, 175-176.

Schmidt tece crítica à teoria das desproporcionalidades de Tugán-Baranovski a partir da teoria do subconsumo quanto à causa das crises capitalistas e se opõe à “teoria do colapso”. Schmidt parte da premissa de que a produção capitalista produz crises por elevar cada vez mais a produção frente à capacidade de consumo da classe trabalhadora. Para ele, mesmo que haja proporção entre os setores da produção, a produção capitalista ainda permanece determinada pelo consumo da classe trabalhadora<sup>231</sup>, sendo esse o fator decisivo para o surgimento de crises e não a desproporção intersetorial. Isso decorre do fato de, para ele, existir uma distinção entre a produção de meios de produção e de meios de consumo. A demanda de meios de produção seria *relativa* e a de meios de consumo, *absoluta*. Sendo que a demanda de meios de produção está condicionada pela demanda de meios de consumo, sem a última não há a primeira<sup>232</sup>. Afinal a demanda de meios de consumo é “força vivificante” que mantém em movimento o “intrincado labirinto da produção”<sup>233</sup>. A produção tem por ponto de referência o consumo, é por ela determinada<sup>234</sup>.

Para Schmidt, o melhor cenário para a construção do socialismo seria com o capitalismo funcionando de “vento em popa”, com crescimento econômico. Por outro lado, o cenário catastrofista – de agravamento das crises ou de uma crise final – dos adeptos da “teoria do colapso” não seria o melhor<sup>235</sup>. Isso porque, a construção do socialismo requer a distribuição da renda capitalista, e quanto maior a renda capitalista produzida, maiores as chances de aumentar a renda da classe trabalhadora e, com ela, o “princípio vivificante” da demanda. Schmidt, portanto, tenta se opor ao princípio do “quanto pior, melhor”, com o princípio do “quanto melhor, melhor”.

Diante desses pressupostos, a saída da produção capitalista para as crises não estaria “em si”, no mecanismo de autorreprodução do capital. A saída seria “externa”, estaria na política. Schmidt acreditava que, sendo o momento fundamental da produção capitalista o

---

<sup>231</sup> “Por mais que a massa de capital que a classe capitalista reverte a cada ano à indústria possa repartir-se ‘proporcionalmente’ entre todos os diferentes ramos, apesar disso, se o incremento da demanda de bens de consumo permanece constante e consideravelmente abaixo do ritmo de aumento da produção, deverá ocorrer forçosamente a desproporção entre oferta e demanda, a qual damos o nome de sobreprodução.” (SCHMIDT, 1985, p. 182, tradução nossa).

<sup>232</sup> “A *demanda relativa*, a de meios de produção, pode expandir-se unicamente sobre a base e em estreita conexão essa *demanda definitiva*.” (Ibid., p. 180, grifo do autor, tradução nossa).

<sup>233</sup> “A demanda definitiva, ou seja, a demanda de bens de consumo, é a força vivificante que, operando sobre todos os planos da economia, mantém em movimento o intrincado labirinto da produção.” (Ibid., 181, tradução nossa).

<sup>234</sup> “dado que, em última análise, toda a produção tem por ponto de referência o consumo (ou a produção que trabalha para o consumo)” (Ibid., 182, tradução nossa).

<sup>235</sup> “Ainda, as reformas levadas a cabo com a mais enérgica vontade política poder obter muito pouco êxito em uma sociedade na qual, sob a pressão de crises cada vez mais terríveis, as fontes de existência se secariam e extinguiriam cada vez mais.” (Ibid., 185, tradução nossa).

consumo das massas trabalhadoras, o meio mais efetivo de livrar o capitalismo das crises seria a intervenção política da própria classe trabalhadora para elevar sua capacidade de consumo. Desta forma, a chegada da classe trabalhadora ao Estado seria seu objetivo político com o intuito de redistribuir a renda. O que implicaria no Estado legislando sobre a distribuição do mais-valor a favor da classe trabalhadora, limitando a exploração do trabalho<sup>236</sup>.

O argumento de Schmidt possui uma série de erros que foram manipulados em favor de uma perspectiva reformista no seio do partido socialdemocrata alemão. O primeiro é que a determinação fundamental da produção capitalista de modo algum é o *consumo* ou a *distribuição*, mas sim a *produção*<sup>237</sup>. O que determina a sobreprodução não é o consumo estar abaixo da produção ou a produção estar acima do consumo, mas a produção capitalista estar excessiva em relação a si mesma.

O segundo, na esteira do primeiro, é que a produção capitalista não é voltada *prioritariamente* para o atendimento de necessidades autenticamente, e, muito menos, apenas, da classe trabalhadora. A produção capitalista é voltada para si mesma, tem por finalidade a incessante acumulação. É o valor que se desdobra sobre si mesmo. Não é uma mera produção de mercadorias, mas é produção de capital. É capital que produz capital. A produção capitalista não é uma produção “humanizada” que tem por referência o desenvolvimento dos seres humanos a partir da satisfação de suas necessidades, como deveria ser.

O terceiro é que, se podemos fazer uma distinção entre o consumo de meios de produção e o consumo de meios de consumo, a prioridade capitalista não é a produção de meios de consumo, mas a de meios de produção. O maior consumidor capitalista não é a classe trabalhadora ou a classe capitalista em seu consumo de bens sofisticados e de luxo, mas é o próprio capital. A maior parcela do valor produzido tem que retornar à produção para continuar ampliando o capital, ou seja, a maior parcela do mais-valor tem que retornar à

---

<sup>236</sup> A questão proposta por Schmidt (1985, 185-186, tradução nossa) para justificar o “quanto melhor, melhor” é exemplar quanto à intervenção da classe trabalhadora no Estado capitalista para limitação da exploração do trabalho: “De que serviria, inclusive, uma legislação estatal de elevação dos salários se as empresas públicas e privadas, por efeito do estancamento das vendas e da queda dos preços, estivessem praticamente impossibilitadas de pagá-los?”.

<sup>237</sup> A passagem a seguir ilustra que o *momento predominante* da economia é a produção e não as demais dimensões (distribuição, circulação e consumo): “O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si.*” (MARX, 2013, p. 53, grifo do autor).

produção capitalista como investimento e acumular-se ao capital que a produziu para poder continuar produzindo capital, para manter-se no mercado<sup>238</sup>.

O quarto diz respeito à possibilidade de poder superar as crises capitalistas pela “regulação” da produção pela classe trabalhadora através do Estado. O Estado capitalista, não obstante sua imensa relevância para a ordem capitalista, por exercer uma coordenação política dos capitais, e, em alguns momentos até mesmo uma coordenação econômica, não é capaz de estabelecer uma “regulação” plena. Como já dito acima, o fundamento da produção capitalista, a dissociação da propriedade dos meios de produção e o estabelecimento de uma produção voltada ao mercado, em que o capital singular demanda metamorfose em capital social, não é suplantado pela ação do Estado, mas, ao contrário, é reforçada. Deste modo, o mecanismo “cego” de regulação “post festum” continua com validade plena, ou seja, mesmo com a ação do Estado, as crises capitalistas não podem ser evitadas, a despeito de todas as eventuais “racionalizações”, do capital singular ou do Estado.

E, por último, as determinações sociais não emanam do Estado ao capital, mas do capital ao Estado. O que define o caráter da sociedade não é o Estado que a mesma possui, mas o tipo de produção que se dá mediada pelo Estado. O Estado é um elemento essencial da materialidade do modo de produção, seu desenvolvimento político e econômico é complementar ao desenvolvimento do modo de produção em que está inserido, que o determina<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> A maior parte do valor produzido na produção encontra-se sob a forma de mais-valor e não de salário vide a incessante necessidade de elevação da produtividade do trabalho social que visa reduzir a parcela do trabalho necessário frente ao trabalho excedente: “o valor da força de trabalho e o mais-valor variam em sentido inverso. Variando a força produtiva do trabalho, seu aumento ou diminuição atuam em sentido inverso sobre o valor da força de trabalho e em sentido direto sobre o mais-valor.” (MARX, 2013, p. 588). E parcela crescente do mais-valor não é destinada ao consumo capitalista, mas deve retornar à produção sob a forma de capital constante como indica o seguinte trecho: “Ainda assim, porém, sua força motriz não é o valor de uso e a fruição, mas o valor de troca e seu incremento. Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais (...). O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva. Por conseguinte, na medida em que suas ações são apenas uma função do capital que nele está dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado apresenta-se a ele como um roubo contra a acumulação do seu capital” (Ibid., p. 667).

<sup>239</sup> “Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. (...) o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente. Como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o

Assim como Schmidt, Karl Kautsky<sup>240</sup> toma posição sobre o problema da crise a partir de uma resenha do mesmo livro de Tugán-Baranovski, “*Teoria e história das crises comerciais na Inglaterra*”. O livro foi publicado em alemão em 1901 e a resenha foi publicada em 1902 na revista *Die Neue Zeit* com o título “Teorias das crises”. Este artigo é considerado por Colletti (1985, p. 187, tradução nossa) como o que contém “a mais rica e madura exposição do ponto de vista ‘ortodoxo’ sobre a perspectiva do desenvolvimento capitalista e das crises” em um momento em que os ecos do debate inaugurado por Bernstein eram bem elevados.

Para Kautsky, existe uma teoria do colapso em Marx, mas não em termos de um mecanicismo como um desencadeamento fatal como defendido por Bernstein e Cunow, Bernstein ao negá-la e Cunow ao defendê-la<sup>241</sup>. Segundo Colletti (Ibid., p. 187), Kautsky desenvolve a teoria do colapso, pois a libera “das formas mais ingênuas e fantásticas de uma catástrofe automática e repentina”. Para Kautsky, as crises se vão se tornando mais extensas e intensas com o passar do desenvolvimento capitalista<sup>242</sup>. À medida que as crises se agravam progressivamente, o sistema adentra um período em que a superprodução leva à estagnação econômica e à “depressão crônica”. Nesse estágio, o sistema estaria sujeito a crises econômicas, conflitos sociais, guerras, que só poderiam ser superados com a revolução socialista. Como se vê, Kautsky polemiza diretamente com Bernstein, quanto à crítica à Tugán-Baranovski, não a exporemos por fugir um pouco aos objetivos deste trabalho.

O argumento de Kautsky para o desenvolvimento do capitalismo e das crises é que, em primeiro lugar, a causa das crises assim como postulado por Bernstein, Cunow e Schmidt é o subconsumo das massas<sup>243</sup>. Para ele, Marx e Engels seriam teóricos “subconsumistas” que consideram o subconsumo não necessariamente a causa direta das crises, mas sua “causa

Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 121).

<sup>240</sup> A concepção de Kautsky sobre as crises capitalistas e o colapso apresenta duas fases. A primeira, que abordamos neste estudo, é desenvolvida na primeira década do século XX na qual Kautsky defende a existência de uma teoria do colapso em Marx, assume o subconsumismo das “massas” como causa das crises capitalistas e postula a “depressão crônica” do sistema. A segunda, desenvolvida na década de 1920, representa uma crítica à primeira. Nela, Kautsky, por influência de Otto Bauer, abandona o subconsumismo como causa das crises pela teoria das desproporções, e, com isso, passa a criticar a teoria do colapso. Cf. Colletti, 1985, p. 333 e Sweezy, 1983, p. 165.

<sup>241</sup> Colletti, 1985, p. 187.

<sup>242</sup> Ibid., p. 187.

<sup>243</sup> “Aparece contemporaneamente com toda a miséria física que por todas as partes acompanha o surgimento da grande indústria capitalista e leva seus horrores ao extremo. Isto considerado, convém relacioná-lo com a miséria e explicar as crises pelo *subconsumo* das massas. Temos visto como o subconsumo pode conduzir às crises.” (KAUTSKY, 1985, p. 207, grifo do autor, tradução nossa).

última”<sup>244</sup>. Deste modo, a sobreprodução capitalista, para ele é sempre *relativa*<sup>245</sup> ao consumo, e, por isso, se explica pelo subconsumo: 1) seja pelo fato do consumo das massas estar limitado face a uma produção crescente ou constante; e 2) seja pelo fato do consumo encontrar-se constante ou em crescimento mais lento que a produção<sup>246</sup>. A diminuição ou eventual manutenção do consumo da classe trabalhadora e a tendência ao aumento do desemprego não é compensado pelo consumo da classe capitalista porque este se estreita cada vez mais devido às necessidades da acumulação capitalista<sup>247</sup>.

Deste modo, como a velocidade da produção capitalista é superior ao mercado de meios de consumo, o capitalismo é estimulado a buscar um “mercado suplementar”, nas classes médias e nos países em que a produção ainda ocorre predominantemente de forma não capitalista<sup>248</sup>. Com o desenvolvimento da produção capitalista em relação com o “mercado suplementar”, levaria ao “estreitamento do mercado mundial”<sup>249</sup>.

Neste cenário de estreitamento do mercado mundial, o sistema estaria condenado a adentrar numa fase em que a sobreprodução seria “crônica”<sup>250</sup>, “estágio de depressão crônica” ou de “depressão contínua”<sup>251</sup>. Neste estágio do capitalismo, em que o “desenvolvimento econômico deve agudizar os antagonismos de classe”, os antagonismos se expressariam tanto entre o capital e o trabalho como entre as nações e suas burguesias nacionais e o sistema adentraria num cenário de depressão prolongada marcado por crises, guerras e catástrofes de

---

<sup>244</sup> “Também Marx e Engels, identificaram no subconsumo a causa *última* das crises. Sua causa última, mas não sua causa direta.” (KAUTSKY, 1985, p. 207, grifo do autor, tradução nossa).

<sup>245</sup> “O mercado, por efeito dos mais diversos fatores, se amplia enormemente hoje e amanhã se restringe de modo radical; o que hoje é subprodução pode ser sobreprodução amanhã, e a sobreprodução acaba por ser um conceito bastante relativo.” (Ibid., p. 205, tradução nossa).

<sup>246</sup> “Com efeito, o subconsumo não está determinado somente por uma limitação do consumo frente a uma produção constante ou crescente, senão também por um incremento da produção frente a um consumo que permanece inalterado ou inconcluso que cresce, mas só de modo mais lento.” (Ibid., p. 207, tradução nossa).

<sup>247</sup> “O subconsumo dos explorados já não se compensa por um consumo pessoal correspondente do explorador e esta é a raiz da permanente tendência à sobreprodução no atual modo de produção.” (Ibid., p. 209, tradução nossa).

<sup>248</sup> “Os capitalistas e os operários, a quem aqueles exploram, constituem um mercado que cresce com o crescimento da riqueza dos capitalistas e do número dos trabalhadores; mas este mercado não cresce com a mesma rapidez que a acumulação do capital e a produtividade do trabalho e não é suficiente por si só para os meios de consumo criados pela grande indústria capitalista. Esta deve, por conseguinte, buscar um mercado suplementar, fora de seu próprio âmbito, entre os setores profissionais e as nações que ainda não produzem segundo o modo capitalista.” (Ibid., p. 209, tradução nossa).

<sup>249</sup> Ibid., p. 234.

<sup>250</sup> “Deve chegar uma época, e talvez esta se encontre muito próxima, a partir da qual se torne impossível que o mercado mundial, ainda que só transitoriamente, se expanda mais rapidamente que as forças produtivas sociais, pelo qual em todas as nações industriais a sobreprodução se torne crônica.” (Ibid., p. 232).

<sup>251</sup> “Mas nossa teoria das crises é inconciliável com a ideia de uma suavização dos antagonismos de classe. Se ela se evidencia como correta e o modo de produção capitalista se avança até um período de depressão contínua para o caso de que o proletariado não conquiste antes o poder político, então o desenvolvimento econômico deve agudizar os antagonismos de classe antes que este estado de depressão contínua seja alcançado.” (Ibid., p. 233, tradução nossa).

toda classe<sup>252</sup>. Este cenário seria tão insuportável para a classe trabalhadora que a mesma se veria obrigada a achar uma saída para seu quadro de miséria generalizada que só pode ser encontrada no socialismo<sup>253</sup>.

Alguns pontos merecem comentários. O primeiro é que é louvável o embate que Kautsky trava com Bernstein quanto à regulação progressiva do capitalismo e a eliminação das crises gerais, preservando a tendência do capitalismo a produzir crises de tempos em tempos. O segundo é que o teor da “teoria” da crise de Kautsky possui mais erros que acertos. Sua teoria da crise é subconsumista, que como já trabalhamos acima, não parece-nos o ponto central para o desenvolvimento da teoria marxista da crise. O subconsumismo de Kautsky se apoia em grande medida na ideia recorrente em sua época de que a produção capitalista é determinada pelo consumo e que é voltada para o atendimento das necessidades humanas. Vale destacar que na construção de seu argumento, Kautsky recorre à circulação geral de mercadorias, à produção mercantil simples, para mostrar a produção que se eleva sobre as necessidades de consumo dos agentes da produção<sup>254</sup>. Certamente, este é apenas um momento de passagem na obra marxiana, utilizado como abstração inicial para apresentar o desenvolvimento categorial d’*O capital*. Mas não mostra o capital em sua efetividade, ou seja, a produção do capital voltada para si mesmo, para valorização do valor em meio à concorrência. *O capital* de Marx, lido a partir da ótica da circulação simples de mercadorias, pode explicar o erro de Kautsky em desconsiderar a especificidade da produção capitalista como produção de capital, conduzindo-a ao status de uma produção humanamente referenciada, supra-histórica.

O terceiro é a emergência recorrente de crises pelo esgotamento de mercados não capitalistas, parcela dos mercados suplementares. Parece-nos que o capitalismo ainda não encontrou plenamente esta situação. Passados mais de cem anos desde os escritos de Kautsky, vemos o atual desenvolvimento de países ditos “emergentes” com especial destaque para a produção capitalista na China e na Índia, países que até recentemente eram pouco

---

<sup>252</sup> Quanto à elevação dos antagonismos entre capital e trabalho e entre a burguesia mundial: “Assim como aumentam os antagonismos entre capital e trabalho dentro de cada nação, assim também os antagonismos entre os exploradores das diferentes nações aumentam na medida em que o mercado mundial se estreita (este estreitamento é naturalmente sempre relativo, tomado em relação às forças produtivas sociais, pois de forma absoluta, este se expande cada vez mais).” (KAUTSKY, 1985, p. 235, tradução nossa). Quanto ao cenário catastrófico: “Crises, guerras, catástrofes de toda classe, estas queridas aliterações é o que nos espera o desenvolvimento das próximas décadas.” (Ibid., p. 235, tradução nossa).

<sup>253</sup> “O avanço da produção capitalista evidentemente segue sendo possível, inclusive no estágio de depressão crônica, mas ela se torna absolutamente insuportável para a grande massa da população e se vê obrigada a buscar uma saída para a miséria generalizada e só pode encontrá-la no socialismo.” (Ibid., p. 232, tradução nossa).

<sup>254</sup> Ibid., p. 203-207.

industrializados e que tem se desenvolvido do ponto de vista capitalista com razoável êxito, sobretudo, na última década, e que parecem ainda ter fôlego para mais alguns anos de elevado crescimento econômico.

Na sequência do debate apresentamos as contribuições de outro relevante estudioso: Mijail Ivanovich Tugán-Baranovski. As obras que melhor expressam suas posições são “Fundamentos teóricos do marxismo” e “Estudos sobre a teoria e história das crises comerciais na Inglaterra”.

A teoria de Tugán-Baranovski se coloca em torno da reproposição e interpretação dos “esquemas de reprodução” do Livro II de O Capital<sup>255</sup>. De modo geral, a “anarquia” da produção capitalista provoca “desproporções” que são superadas e corrigidas constantemente pelo sistema que, deste modo, não encontra limites estruturais capazes de por fim ao seu desenvolvimento indefinido.

A causa das crises capitalistas, portanto, derivam das desproporções oriundas na “anarquia” da produção<sup>256</sup>. Para Tugán-Baranovski as desproporções são de dois tipos: intersetoriais, pela produção excessiva num ramo e insuficiente em outro e entre oferta e demanda<sup>257</sup>. Estas desproporções ou desequilíbrios, do ponto de vista global, se compensariam, de modo que o que prevalece na polaridade equilíbrio/desequilíbrio é o “equilíbrio”<sup>258</sup>. E sua teoria guarda contornos similares com o pensamento de James Mill e Say<sup>259</sup>.

Tugán-Baranovski elabora sua teoria da crise com uma crítica tanto a Marx, quanto a Engels. Para ele, Engels teria desenvolvido uma “teoria da insuficiência de saídas/vendas”<sup>260</sup>, enquanto Marx teria desenvolvido uma teoria mecanicista em que o capital tenderia à sobreprodução crônica e que, pela dificuldade cada vez maior de valorização ulterior do capital em seguir acumulando-se, o sistema entraria em colapso<sup>261</sup>. Assim como também estabelece uma crítica a Cunow, Schmidt e Kautsky. A tese que Tugán-Baranovski procura

---

<sup>255</sup> Colletti, 1985, p. 239.

<sup>256</sup> “Mas a acumulação do capital com uma total falta de planificação da produção, com a anarquia que impera no mercado mundial, leva inevitavelmente a crises.” (Tugán-Baranovski, 1985, p. 277, tradução nossa).

<sup>257</sup> Colletti, 1985, p. 239.

<sup>258</sup> “Com outras palavras, todos os males do sistema se reduzem a simples ‘desproporções’ em que incorre constantemente o sistema como consequência de sua ‘anarquia’, mas que também supera e corrige constantemente sem jamais defrontar-se com limites estruturais que ponham fim a seu desenvolvimento indefinido.” (Ibid., p. 239, tradução nossa).

<sup>259</sup> “no fundo da teoria de Tugán está o mesmo ‘equilíbrio metafísico entre comprador e vendedor’ de James Mill, vale dizer, a mesma lei de saídas de Say, a que por demais se vinculou explicitamente o mesmo Tugán em sua *Theoretische Grundlagen des Marxismus* (Fundamentos teóricos do marxismo)” (Ibid., p. 239, tradução nossa).

<sup>260</sup> Tugán-Baranovski, 1985, p. 243-245.

<sup>261</sup> Ibid., p. 245-246.

desenvolver é a de que é possível ao capitalismo manter-se funcionando mesmo com eventual subconsumo da classe trabalhadora, e que, portanto, o sistema não entrará em colapso pelo subconsumo das massas e por qualquer outro motivo de ordem econômica<sup>262</sup>. Ele identifica um fundamento dessa perspectiva de colapso pelo subconsumo em Engels, que haveria apontado que já anos de 1840 o capitalismo teria alcançado seus limites pela falta de novos mercados e que a produção capitalista estaria sujeita a uma expansão mais lenta<sup>263</sup>.

A teoria de Tugán-Baranovski se desenvolve, portanto, como indicado por Colletti, vinculada a fundamentos teóricos que conduzem ao entendimento da perenidade do capitalismo, como um modo absoluto de produção<sup>264</sup>. Esta que é uma posição longe de ser marxista devido à insistência de Marx quanto à relatividade do capitalismo, sem, contudo, não incorrer na perspectiva teórica da impossibilidade do sistema<sup>265</sup>. Como destacado por Colletti (1985, p. 237-238, tradução nossa): “a análise de Marx caminha sobre um difícil ‘fio de navalha’ que o distingue” desses dois modos de ver o capitalismo.

No debate em torno da teoria do colapso e da crise capitalista outro pensador “de peso” é Rudolf Hilferding. Sua publicação mais expressiva é “O capital financeiro” (*Das Finanzkapital*) publicado em alemão em 1910<sup>266</sup>. Esta sem dúvida é uma obra que teve impacto no debate da II Internacional. Otto Bauer, que examinaremos adiante, a considerou um “volume adicional de *O Capital*”<sup>267</sup>. Karl Kautsky, numa interpretação similiar à de Bauer, a definiu como “continuação de *O Capital* e uma demonstração brilhante da

<sup>262</sup> “Vemos pois que, inclusive, no caso de uma significativa diminuição absoluta do consumo social, a economia capitalista não se colapsa. A análise precedente revela-se uma fantasia infundada o necessário colapso da ordem social capitalista por causa da falta de vendas, artigo de fé não só dos marxistas ‘ortodoxos’ se não, ao que parece, também de alguns ‘revisionistas’.” (Tugán-Baranovski, 1985, p. 256, tradução nossa); “A teoria econômico-política correta só pode predizer uma coisa (ainda que com total certeza): que o capitalismo não se colapsará, em todo caso, por falta de mercados.” (Ibid., p. 256, tradução nossa).

<sup>263</sup> Ibid., p. 256.

<sup>264</sup> “de modo oposto, em troca – aprisionado e comprimido pela *existência* do mecanismo que questiona – atenua e minimiza seus desequilíbrios internos até o ponto de tornar *absoluta e eterna* esta existência e, por fim, não enxergar razões pelas quais o sistema mesmo não pode funcionar nem durar infinitamente. Enquanto que esta última linha é a que se encontra em James Mill, em Ricardo e na famosa ‘lei das saídas’ de J. B. Say, onde se faz desaparecer o problema da ‘realização do mais-valor’, transformando a produção capitalista em uma produção simples de mercadorias e esta última em permuta ou intercâmbio imediato dos produtos, de maneira a concluir que jamais pode existir oferta sem demanda, venda sem compra nem produção acima do consumo, e que, sem soma, tudo o que se pode verificar são somente ‘desproporções’ temporárias que, contudo, o mercado sabe reequilibrar de imediato” (COLLETTI, 1985, p. 238, grifo do autor, tradução nossa).

<sup>265</sup> “a primeira linha tem seu cerne em Sismondi e seus continuadores nos *narodniki* ou populistas russos para quem, ao ser impossível em última instância a ‘realização do mais-valor’, o capitalismo mesmo se torna impossível enquanto sistema capaz de desenvolver-se e, por fim, de produzir e reproduzir as próprias condições de vida.” (Ibid., p. 238, grifo do autor, tradução nossa).

<sup>266</sup> Bottomore, 1985, p. 9.

<sup>267</sup> Ibid., p. 9.

fecundidade do método marxista”<sup>268</sup>. Lênin, em larga medida, se apoiou nesta obra de Hilferding para elaboração de sua teoria do imperialismo, não só expressou algumas vezes que era uma “análise teórica muito valiosa” nela se baseou para elaborar os principais traços de sua análise do imperialismo<sup>269</sup>.

De modo geral, esta obra, como quase todas as produzidas no seio da II Internacional tinham o propósito de atualizar a teoria marxista para explicar a dinâmica do capitalismo da época. Hilferding retoma a “atualização” de Marx a partir dos Livros II e III de *O capital*, sendo que, no que tange à crise centra a análise no mesmo aspecto adotado por Tugán-Baranovski, os “esquemas de reprodução” do Livro II de *O capital*<sup>270</sup>. Entre os temas gerais da obra se encontram, por exemplo, a natureza do capitalismo moderno e o imperialismo, com a ênfase no papel dominante dos bancos e do sistema de crédito sobre o capital fabril, aponta também uma crescente capacidade dos grandes capitais – os monopólios e cartéis – de se manterem mais resistentes às crises capitalistas, da crescente participação dos Estados nacionais na dinâmica capitalista etc.<sup>271</sup>.

Em relação à teoria das crises, Hilferding, influenciado por Tugán-Baranovski, define como causa fundamental as “desproporções” entre a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo decorrentes da “anarquia” da produção capitalista<sup>272</sup>. Hilferding é crítico da teoria do “subconsumo das massas” e demonstra, a partir de seus estudos acerca dos “esquemas de reprodução”, que a variável “consumo” é estrutural, podendo se elevar, e, mesmo assim, o sistema apresentar crises. Diante disso, o que definiria a ocorrência de crises seria a desproporção entre os dois distintos setores da produção capitalista – meios de produção e meios de consumo<sup>273</sup>.

---

<sup>268</sup> Bottomore, 1985, p. 9.

<sup>269</sup> Ibid., p. 9. A teoria de Lênin quanto ao imperialismo é fundamental para a atualização da teoria marxista, no entanto, sua análise não se concentra muito sobre a crise e do colapso capitalista, não acrescentando elementos novos à sua compreensão: “o postulado segundo o qual a relação entre a produção e o consumo deveria ser incluída dentro do conceito da proporcionalidade, ainda com a ressalva expressada por Lenin de que a proporcionalidade entre os ramos da produção também depende das relações de consumo, desemboca necessariamente em uma teoria das crises que reconhece a proporcionalidade como seu fundamento real.” (ARICÓ, 1985, p. 334, tradução nossa).

<sup>270</sup> Colletti, 1985, p. 315.

<sup>271</sup> Bottomore, 1985, p. 13-22.

<sup>272</sup> Colletti, 1985, p. 315.

<sup>273</sup> As duas passagens a seguir ilustram seu argumento: 1) “Contudo, precisamente por isso, a estreita base de consumo é apenas uma condição geral para a crise, que, de modo algum, é explicada pela constatação do ‘subconsumo’.” (Hilferding, 1985, 233); 2) “A exposição esquemática é naturalmente muito simplificada. É claro que as relações de proporção, assim como precisam existir de forma análoga para cada ramo da produção isolado. Mas, ao mesmo tempo, esses esquemas demonstram que, na produção capitalista, pode ocorrer tranquilamente uma reprodução, tanto em escala simples como em escala ampliada, contanto que sejam mantidas essas proporções. Ao contrário, também pode ocorrer crise na reprodução simples quando é vulnerada a proporção, por exemplo, entre capital depreciado e o novo capital a ser investido. Portanto, com isso, a

Diferentemente de Bernstein que baseou a tendência à regulação progressiva do sistema capitalista no subconsumo e que acreditava que o surgimento dos cartéis e monopólios levariam à diminuição progressiva das crises, Hilferding desenvolve a tese do “capitalismo organizado” baseado nas desproporções. Para ele, o sistema capitalista teria adentrado um período histórico em que, do ponto de vista do capital, houve um aumento do “controle” sobre a produção com o surgimento dos cartéis e monopólios. Do ponto de vista do Estado, também houve um aumento da “participação” do mesmo na economia<sup>274</sup>.

Nesta nova etapa do capitalismo, os monopólios não teriam a capacidade de reduzir a emergência de crises, afinal os mesmos, apesar de terem certo “controle” sobre a oferta e a demanda, continuam à deriva dos movimentos dos preços que emergem da concorrência capitalista, não sendo capazes de evitar as desproporções<sup>275</sup>. Mas apesar da explicação ser diferente na forma de expressão, no fundo guarda o elemento comum de uma política socialdemocrata. Veja que em ambos a organização/regulação do sistema capitalista aparece na realidade postulando a possibilidade de controle social da produção e colocando a realidade numa conjuntura cada vez mais favorável a uma política socialdemocrata de reformas a partir do Estado em complemento aos eventos no campo da economia.

Quanto ao colapso capitalista, Hilferding acreditava na sua possibilidade. Mas não por causas diretamente econômicas<sup>276</sup>. Ele acreditava que a sociedade capitalista estaria gestando as condições de sua derrocada com o desenvolvimento das condições objetivas expressas nos monopólios e na imbricação entre o capital bancário e o capital fabril, bem como na capacidade de regulação do Estado capitalista. A posição de Hilferding era de que a classe

---

consequência não é que a crise tem sua causa necessariamente no subconsumo das massas, imanente à produção capitalista. Uma expansão demasiado rápida do consumo leva necessariamente, de per si, à crise, da mesma forma como a produção invariável ou reduzida da produção dos meios produtivos. Dos esquemas em si tampouco decorre a possibilidade de uma superprodução generalizada de mercadorias; pelo contrário, torna-se possível toda expansão da produção que pode ter lugar com as forças produtivas existentes.” (HILFERDING, 1985, 243).

<sup>274</sup> Bottomore, 1985, p. 16-17.

<sup>275</sup> “A regulação parcial, isto é, a concentração de um ramo industrial numa empresa, precisamente não influi nas relações recíprocas de desproporcionalidade na indústria total. A anarquia da produção não é suprimida pela diminuição quantitativa dos elementos isolados com fortalecimento simultâneo de sua eficácia e intensidade; ela não pode de modo algum ser suprimida a prazo ou gradativamente. Produção regulada e anárquica não são antagonismos quantitativos, de modo que, por meio de remendos progressivos de ‘regulação’, a anarquia se tornasse organização consciente. Ao contrário, semelhante mudança só pode ter lugar subitamente através da subordinação do conjunto da produção ao controle consciente. Quem exerce esse controle e a quem pertence a produção é uma questão de poder. Um cartel geral seria, em si, concebível economicamente, um cartel que dirigisse a produção total e, com isso, eliminasse as crises. Semelhante situação é no entanto social e politicamente uma impossibilidade, já que necessariamente pereceria por causa do antagonismo de interesses que seria levado a extremos. Mas, esperar uma supressão das crises pelos cartéis individuais, denota apenas um desconhecimento das causas das crises e das concatenações do sistema capitalista.” (HILFERDING, 1985, p. 278-279).

<sup>276</sup> Bottomore, 1985, p. 16-17.

trabalhadora conseguiria realizar a transição para o socialismo a partir do Estado capitalista em termos de reformas sociais e da conquista passiva deste Estado<sup>277</sup>.

Parece-nos que, de certa forma, se expressa no pensamento de Hilferding um desenvolvimento teórico que enfatiza um “lado” do desenvolvimento capitalista, que vê “avanços” da base econômica, os aspectos positivos à transição. Além de certa concepção de “neutralidade” do capitalismo, tanto do capital como próprio Estado. Apesar de insistir na dinâmica da luta de classes, ele subestimava a capacidade da burguesia negar conquistas para a classe trabalhadora, até mesmo com o uso da força. Quanto à teoria da crise é importante sua desmistificação quanto aos monopólios colocarem fim às crises, mas a teoria utilizada não explica muito em termos de causa<sup>278</sup>. E, quanto ao colapso, revela um otimismo quanto à possibilidade de vitória do proletariado com a emergência não só de condições objetivas, mas também subjetivas à transição ao socialismo<sup>279</sup>.

O debate se segue com a publicação de *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburg publicada em 1913. Nesta polêmica obra, Luxemburg retoma os “esquemas de reprodução” de Marx com o intuito de rebater o “revisionismo” presente na II Internacional e na socialdemocracia alemã.

O eixo da tese de Luxemburg passa por considerar o capitalismo como um “sistema fechado”<sup>280</sup>. Deste modo, o capitalismo é tomado em seu aspecto “puro”, livre das contaminações tanto de modos de produção anteriores como das classes que não guardam a contradição fundamental (capital e trabalho). A reprodução ampliada do sistema “puro” não consegue realizar o mais-valor, e isso impulsiona o sistema a buscar fora de seus limites esta realização<sup>281</sup>. Os operários não seriam consumidores do mais-valor porque seus salários são suficientes apenas para os manterem como trabalhadores assalariados<sup>282</sup>. A classe capitalista também não seria esta consumidora do mais-valor já que tem que converter crescentemente o mais-valor em capital e decrescentemente como renda<sup>283</sup>.

---

<sup>277</sup> Bottomore, 1985, p. 16-17.

<sup>278</sup> As desproporções capitalistas são formas de manifestação da crise, mas não sua causa. Cf. Carcanholo, 1996.

<sup>279</sup> “Se, dessa forma, o capital financeiro já cria, de forma organizacional, os últimos pressupostos para o socialismo, politicamente, então, facilita também a transição. A própria ação da classe capitalista, do modo como se apresenta na política imperialista, indica necessariamente ao proletariado o caminho da política de classe independente que só pode chegar a um término com a superação definitiva do capitalismo.” (HILFERDING, 1985, p. 344).

<sup>280</sup> Sweezy, 1983, p. 162.

<sup>281</sup> Luxemburg, 1985.

<sup>282</sup> Ibid., p. 378.

<sup>283</sup> Ibid., p. 379.

Haveria então duas possibilidades de realização do mais-valor pelo consumo das chamadas “terceiras pessoas”, uma pelo consumo de classes médias e outra pelo consumo de classes não capitalistas vinculadas a formas de produção prévias ao capitalismo. Luxemburg rejeita a hipótese das classes médias já que estas não se constituem em uma classe consumidora com capacidade própria<sup>284</sup>, uma vez que sua renda é dependente tanto do capital como do trabalho que, como apontado em sua obra, não conseguem ser consumidoras a ponto de realizar o mais-valor. Então, para Luxemburg, o consumo que realiza o mais-valor não pode ser encontrado nos limites do próprio sistema capitalista. Restaria para análise apenas o consumo das classes não capitalistas vinculadas a formas de produção prévias ao capitalismo. Estas sim teriam a capacidade de realizar o mais-valor porque teriam fonte de renda própria e não dependente do lucro como todas as classes do sistema capitalista, podendo adquirir as mercadorias produzidas como mais-produto<sup>285</sup>.

O resultado da formulação de Luxemburg é que o mais-valor capitalista não se realiza pelo próprio sistema, mas pelos modos de produção não capitalistas, entretanto, à medida que o sistema capitalista se desenvolve ele leva estes mesmos sistemas ao desaparecimento. Daí que o avanço do sistema capitalista implica no recuo e desaparecimento das formas produtivas que realizam o mais-valor, desta forma, o sistema vai tendo cada vez mais dificuldades de realizar o mais-valor até atingir o colapso<sup>286</sup>. O colapso capitalista, que ocorreria de forma

---

<sup>284</sup> “Portanto, economicamente considerados, estes setores não contam nem podem contar para o capital global da sociedade como classe especial de consumidores, posto que não possuem potência aquisitiva própria, encontrando-se compreendidos já no consumo das grandes massas: os capitalistas e operários.” (LUXEMBURG, 1985, p. 379-380, tradução nossa).

<sup>285</sup> “Para que possa haver acumulação, necessariamente tem que existir clientes distintos para a porção de mercadorias que contém o lucro destinado à acumulação, clientes que disponham de fonte própria a seus meios aquisitivos e não necessitem buscá-los no bolso dos capitalistas, como ocorre com os operários ou com os colaboradores do capital: funcionários públicos, militares, clero e profissionais liberais. Tem que tratar-se pois de clientes que obtenham seus meios aquisitivos como fruto de um intercâmbio de mercadorias e, portanto, de uma produção de mercadorias que se desenvolva à margem da produção capitalista; tem de tratar-se, em consequência, de produtos cujos meios de produção não tenham a categoria de capital e os quais não possam incluir-se em nenhuma das duas categorias de capitalistas e operários, ainda que por umas e outras razões, brindem um mercado às mercadorias do capitalismo.” (Ibid., p. 380-381, tradução nossa).

<sup>286</sup> “Deste modo, mediante este intercâmbio com sociedades e países não capitalistas, capitalismo vai se estendendo mais e mais, acumulando capital às suas custas, ao mesmo tempo, que os corrói e os desloca para suplantá-los. Porém quanto mais países capitalistas se lançam a esta caçada por zonas de acumulação e quanto mais vão se tornando escassas as zonas não capitalistas susceptíveis de serem conquistadas pelos movimentos da expansão do capital, mais aguda e feroz se torna a competição entre os capitais, transformando esta cruzada de expansão na cena mundial em toda uma cadeia de catástrofes econômicas e políticas, crises mundiais, guerras e revoluções.

Deste modo, o capital vai preparando sua bancarrota por dois caminhos. De um lado, porque ao expandir-se às custas de todas as formas não capitalistas de produção, caminha até o momento em que toda a humanidade se comporá exclusivamente de capitalistas e proletários assalariados, fazendo-se impossível, portanto, toda nova expansão e, em consequência disso, de toda a acumulação. De outro lado, na medida em que esta tendência se impõe, o capitalismo vai agudizando os antagonismos de classe e a anarquia política e econômica internacional em tais termos que, muito antes que se chegue às últimas consequências do desenvolvimento econômico, quer

inexorável, também está relacionado ao imperialismo. Para Luxemburg se travaria uma luta “cada vez mais feroz” por mercados não capitalistas e o desenvolvimento do militarismo levaria a disputas bélicas e crises políticas que resultariam, inevitavelmente, no êxito da revolução do proletariado<sup>287</sup>.

No fundo, a teoria de Rosa Luxemburg é uma teoria de subconsumo já que o que determina a realização da produção capitalista é o consumo das classes não capitalistas<sup>288</sup>. À medida que o consumo destas classes diminui com o seu desaparecimento é que a produção capitalista vai tendo cada vez mais dificuldades de realização de sua produção. Ao que parece, Luxemburg cometeu uma série de equívocos reconhecidos por renomados estudiosos, inclusive que, em alguma medida, se inspiram em seu pensamento como Rosdolsky e Sweezy<sup>289</sup>. O primeiro diz respeito à sua consideração sobre os “esquemas de reprodução” na obra de Marx, estabelecendo uma posição central para algo apenas secundário na exposição de *O capital*<sup>290</sup>. O segundo é que Luxemburg utilizou pressupostos da reprodução simples para a avaliação da reprodução ampliada<sup>291</sup>. Deste modo, por exemplo, Luxemburg mantém fixo o capital variável, pressuposto da reprodução simples, para análise da reprodução ampliada<sup>292</sup>. O terceiro, diretamente relacionado ao primeiro, é que Luxemburg demonstrou certo desconhecimento da natureza da produção capitalista. A produção capitalista é que determina fundamentalmente seu próprio consumo e não o contrário, tendo o desenvolvimento sua produção determinada pelo consumo “externo”. Sob este aspecto a crítica de Mazzucchelli (1985, p. 184-185) agrega a nossa argumentação: Luxemburg parte do axioma de que produção capitalista “pura” é impossível e o resultado de seu desenvolvimento é a própria impossibilidade do modo capitalista de produção pelo esgotamento dos mercados não capitalistas. O quarto diz respeito à manutenção do economicismo e do fatalismo em sua obra. A insistência de Luxemburg quanto à “necessária” derrocada do capitalismo pelo peso

---

dizer muito antes de que se imponha no mundo o regime absoluto e uniforme da produção capitalista, sobrevirá a rebelião do proletariado internacional, que acabará necessariamente com o regime capitalista.” (LUXEMBURG, 1985, p. 383-384, tradução nossa).

<sup>287</sup> Como veremos adiante, o economicismo e o fatalismo, em que pese as diferentes construções teóricas, se expressa de modo similar no pensamento de Otto Bauer.

<sup>288</sup> Cf. Altvater, 1987.

<sup>289</sup> Colletti, 1985, 366-367. Não exporemos sistematicamente as críticas destes estudiosos, mas apenas situaremos alguns pontos que consideramos relevantes tomando por referência o eixo teórico deste estudo até porque nos dizeres de Sweezy (1983, p. 163): “A teoria de Rosa Luxemburg é passível de crítica sob muitos aspectos.”

<sup>290</sup> “Como vimos, o propósito de tais esquemas é, apenas e tão-somente, ilustrar a possibilidade de funcionamento da economia capitalista, e não o de proporcionar uma explicação definitiva sobre a dinâmica de seu movimento.” (MAZZUCHELLI, 1985, p. 182).

<sup>291</sup> Sweezy, 1983, p. 163.

<sup>292</sup> Ibid., p. 163.

de suas contradições econômicas ou pela revolução que se encaminha pela insatisfação do proletariado com as crises e disputas bélicas é algo bastante evidente<sup>293</sup>.

Devemos, no entanto, reconhecer que este estudo de Rosa Luxemburg deve ser analisado em seu devido contexto de produção, orientado e muito pelos debates no seio da II Internacional e da socialdemocracia alemã. Por exemplo, parece-nos que ela parte da análise dos “esquemas de reprodução” do Livro II de *O capital* propositadamente porque seus adversários políticos entre os quais Tugán-Baranovski e Hilferding deles partiram para demonstrar a continuidade indefinida do capitalismo. Luxemburg, por outro lado, deles parte para demonstrar o oposto, a impossibilidade do sistema. Ela se manteve fiel ao pressuposto “ortodoxo” do marxismo de sua época de que o subconsumo é a causa das crises e levaria o capitalismo ao colapso. Ou seja, ela buscou polarizar a teoria das desproporções intersetoriais com a teoria “ortodoxa” do subconsumo.

O debate se segue com a crítica da Otto Bauer à Rosa Luxemburg. Após a publicação de “A acumulação do capital” de Rosa Luxemburg, Bauer publica um artigo intitulado “A acumulação do capital” (*Die Akkumulation des Kapitals*) na revista *Die Neue Zeit* em 1913. Este artigo é considerado, entre os teóricos do debate do colapso, como “o trabalho teórico mais significativo de críticas à Rosa Luxemburg”<sup>294</sup>. Este trabalho influenciou, por exemplo, Kautsky e Lênin. Kautsky publica em 1927 trabalho intitulado “Materialistische Geschichtsauffassung” em que a proporcionalidade intersetorial é a condição básica para o desenvolvimento “normal” e ilimitado/infinito do capitalismo. As crises seriam o resultado, portanto, de perturbações na proporcionalidade intersetorial<sup>295</sup>. Já Lênin, considerou o artigo de Bauer como a “refutação decisiva” da *Acumulação do capital* de Luxemburg e seus estudos sobre a teoria da realização em Marx se aproximaram da teoria da desproporcionalidade de Tugán-Baranovski e Bulgákov, na medida em que considerava a possibilidade de desproporção na relação entre consumo e produção, e, com isso, a possibilidade de crise tendo por fundamento a desproporcionalidade<sup>296</sup>.

Luxemburg havia tentado solucionar os “esquemas de reprodução” de Marx contidos no Livro II de *O capital*, e, neste esforço, acabou por postular a impossibilidade objetiva do sistema capitalista. Bauer, por outro lado, a exemplo de Hilferding e Tugán-Baranovski, retoma os “esquemas de reprodução” para mostrar o oposto, que o capitalismo consegue se

---

<sup>293</sup> Cf. Luxemburg, 1985, p. 383-384.

<sup>294</sup> Aricó, 1985, p. 333.

<sup>295</sup> Ibid., p. 333-334.

<sup>296</sup> Ibid., p. 334.

manter como um sistema autossustentado, que é capaz de criar consumidores para seus próprios produtos<sup>297</sup>. Deste modo, para ele, o imperialismo consistiria numa necessidade dos Estados nacionais para estender os limites da acumulação, possibilitando, inclusive superar suas crises<sup>298</sup>.

Bauer não vê sua teoria como apologética do capitalismo já que apenas fixa os limites nos quais opera a realização do mais-valor<sup>299</sup>. Segundo ele, o capitalismo estaria fadado ao próprio colapso. De toda forma, a classe operária estaria suscetível tomada de consciência e de indignação com o capitalismo já que, nos momentos de expansão, os conflitos bélicos geram revoltas operárias e, nos momentos de crise, as revoltas também seriam frequentes<sup>300</sup>. Aqui fica evidente o fatalismo/determinismo na concepção de Bauer, em que a política e a ideologia se desenvolvem como epifenômeno da economia com um destino já determinado, o de queda do capitalismo. O que é curioso é que ele combate um tipo de determinismo com outro tipo de determinismo. Ou seja, o determinismo econômico, de impossibilidade de realização econômica do capitalismo, com o determinismo social, de impossibilidade de manutenção social do capitalismo em qualquer fase de seu ciclo, seja de crescimento ou de crise.

O debate em torno da “teoria do colapso”, na década de 1920, conclui-se com a contribuição de Henryk Grossmann com a publicação de “A lei da acumulação e o colapso do sistema capitalista” (*Das Akkumulations – und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*), em Leipzig, em 1929. O cenário da contribuição de Grossmann é marcado pela

<sup>297</sup> “O resultado de nossa investigação é, pois: 1) que também em uma sociedade capitalista isolada é possível a acumulação do capital, contanto que a mesma não ultrapasse um limite determinado em cada caso; 2) que ela se leve independentemente de retornar a este limite, em virtude do mecanismo do próprio modo de produção capitalista.” (BAUER, 1985, p. 361-362, tradução nossa).

<sup>298</sup> “Por conseguinte, o imperialismo não é um meio para possibilitar a acumulação em geral, é senão um meio para estender seus limites e facilitar a superação das crises que se originam periodicamente em virtude da sobreacumulação.” (Ibid., p. 363, tradução nossa).

<sup>299</sup> “Não pode se considerar esta exposição como uma apologia do capitalismo. Pois enquanto que os apologistas do capital quiseram demonstrar a ilimitação da acumulação – com a produção também aumentaria automaticamente o poder de consumo -, nós descobrimos os limites à acumulação.” (Ibid., p. 362, tradução nossa).

<sup>300</sup> “Em nossa opinião, o capitalismo também se torna impensável sem expansão. Porém com ou sem expansão, o próprio capitalismo conduz a seu próprio declínio. Se a expansão é possível, provoca a rebelião das massas operárias mediante a corrida armamentista, a crescente pressão impositiva, as catástrofes bélicas. Se a expansão lhe é negada, se estreitam os limites da acumulação e as crises se tornam mais frequentes, prolongadas e devastadoras. Tanto em um como em outro caso, uma parte crescente da massa do povo descobre que seus interesses vitais são incompatíveis com a sobrevivência do modo de produção capitalista.” (BAUER, 1985, p. 363, tradução nossa); “O capitalismo não fracassará por causa da impossibilidade mecânica de realizar o mais-valor. Sucumbirá, no entanto, devido à rebelião a qual as massas do povo é impulsionada. O capitalismo derrocará não só quando o último camponês e o último pequeno-burguês de toda a Terra se tenham convertido em trabalhadores assalariados e já não permaneçam mercados adicionais abertos ao capitalismo, senão que o abaterá muito antes o crescente ‘levante da classe operária unida e organizada, constantemente crescente e instruída pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.’” (Ibid., p. 363-364, tradução nossa).

dominância do pensamento de Tugán-Baranovski, através da interpretação de Hilferding, na socialdemocracia alemã<sup>301</sup>. A tese geral é baseada na desproporcionalidade intersetorial e desequilíbrios que se reduzem e atenuam a partir do desenvolvimento da concentração e cartelização do capital<sup>302</sup>. Este movimento de centralização do capital teria como resultado a superação da “anarquia” da competição e seus malefícios, as desproporções. É uma tese que guarda raízes em Bernstein, a “regulação progressiva”, e, apesar de ser um desenvolvimento mais sofisticado, tem o mesmo propósito político: canalizar a luta dos trabalhadores para a tomada pacífica do Estado para realizar uma democratização deste em favor dos trabalhadores<sup>303</sup>.

Daí que Grossmann combate esta tese de consequências “harmonísticas”, então tese oficial do partido socialdemocrata alemão, a partir da crítica de Otto Bauer à Rosa Luxemburg<sup>304</sup>. No entanto, a explicação de Grossmann centra-se na lei tendência de queda da taxa de lucro e, no seu debate com Hilferding, acaba por também postular o colapso do sistema capitalista.

A crítica geral de Grossmann a Hilferding é a seguinte. Em Hilferding a crescente centralização do capital estaria colocando o sistema numa nova fase em que o planeamento do capital conduziria à eliminação das crises<sup>305</sup>. Deste modo, seria possível realizar a transição ao comunismo pela disputa no Estado capitalista, bastaria “alargar” os horizontes democráticos de um Estado que já seria “democrático”<sup>306</sup>. No entanto, Grossmann insiste que, do ponto de vista do capital, quanto menos diminui a concorrência no mercado interno de um país pela elevação da centralização do capital, mais esta se intensifica no mercado mundial<sup>307</sup>. Quanto à regulação, é impossível à economia capitalista ser adjetivada como “regulada”: ou se é capitalista ou se é regulada<sup>308</sup>. Grossmann, deste modo, chama a atenção para a teoria de Hilferding não se apoiar na teoria do valor-trabalho<sup>309</sup>.

---

<sup>301</sup> Colletti, 1985, p. 431.

<sup>302</sup> Ibid., p. 431.

<sup>303</sup> Ibid., p. 431.

<sup>304</sup> Ibid., p. 432.

<sup>305</sup> Grossmann, 1985, p. 453.

<sup>306</sup> Ibid., p. 454.

<sup>307</sup> “Quanto mais agudamente se vê suplantada a livre concorrência pelas organizações monopolistas no interior mercado interno, tanto mais se agudiza a concorrência no mercado mundial.” (Ibid., p. 455, tradução nossa).

<sup>308</sup> “Pois só é possível das duas uma: se se trata de uma sociedade ‘regulada’, então já não pode ser mais uma economia capitalista. Porém se se trata, no entanto, de uma economia capitalista, é impossível que esta seja ‘regulada’.” (Ibid., p. 458, tradução nossa).

<sup>309</sup> Ibid., p. 458 e 468.

Grossmann defende que o inevitável colapso do capitalismo advém do fundamento das crises: o trabalho produtor de valor<sup>310</sup>. A dinâmica contraditória capitalista seria caracterizada como “estruturalmente dualista” e levaria o sistema à sobreacumulação, à valorização insuficiente e, finalmente, ao colapso<sup>311</sup>. Diferentemente de Luxemburg a impossibilidade objetiva do capitalismo não teria fundamento “externo” ao capital, mas no próprio capital e sua dinâmica contraditória. Segundo Grossmann, seria possível, inclusive, prever o momento do colapso em termos temporais, mas que isto seria apenas uma referência que pode ser atenuada ou acelerada graças à dinâmica da luta de classes<sup>312</sup>. Parece que Grossmann, apostando na inevitabilidade não só da queda do capitalismo, mas da revolução socialista, aponta que o colapso seria do sistema capitalista, mas não da humanidade<sup>313</sup>.

A análise de Grossmann, a nosso ver, tem importantes méritos. O primeiro é de realizar uma avaliação que consegue apreender que o fundamento da teoria de Hilferding não é a teoria do valor-trabalho. O segundo é que, de todos os teóricos analisados até agora neste capítulo, ele foi o primeiro a indicar a causa da crise no fundamento da produção capitalista, o trabalho especificamente capitalista que tem no seu cerne a contradição trabalho concreto/trabalho abstrato. O terceiro é de buscar explicar a dinâmica capitalista a partir de sua produção dual ou contraditória, mesmo que não tido tanto êxito nos resultados, afinal ele acaba chegando também a definir a chegada do sistema ao colapso de modo economicista e fatalista.

## **2.2 O debate marxista sobre a crise após a II Internacional: as abordagens de Sweezy e Mandel**

Consideraremos nesta seção dois importantes estudiosos e/ou militantes que desenvolveram estudos relacionados à crise capitalista ao longo do século XX. Paul Marlor

<sup>310</sup> “Neste trabalho especificamente burguês, quer dizer, produtor de valor, coloca Marx como a causa última da crise, dos conflitos e convulsões do sistema capitalista” (Grossmann, 1985, p. 462, tradução nossa).

<sup>311</sup> “Em consequência desta *estrutura dualista de seus fundamentos*, o processo de produção capitalista se caracteriza pelos conflitos insolúveis, pelas insanas convulsões internas do sistema, que derivam *necessariamente de seu caráter dualista*, da contradição imanente que existe entre valor e valor de uso, entre rentabilidade e produtividade, entre as limitadas possibilidades de valorização e o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas; contradição imanente que conduz necessariamente a sobreacumulação e a valorização insuficiente e, portanto, ao colapso, a catástrofe de todo o sistema.” (Ibid., p. 466, grifo do autor, tradução nossa).

<sup>312</sup> “Daqui se depreende que o pensamento que concebe o colapso como necessário, como produto de certas condições objetivas, não está de nenhum modo em contradição com a luta de classes. Se coloca manifesto, por outro lado, que o colapso está sujeito em grande medida à influência exercida pelas forças vivas das classes em luta, outorgando deste modo certa margem à participação ativa das classes.” (Ibid., p. 451, tradução nossa).

<sup>313</sup> Ibid., p. 466-467.

Sweezy é o estudioso que mais dedicou atenção aos temas gerais daquele debate, inclusive contribuiu para a própria compreensão daquele ao organizá-lo. Ernest Mandel também se dedicou à compreensão e renovação da teoria das crises capitalistas, além do claro interesse de compreensão da crise de forma empírica com obra destinada apenas ao desenvolvimento da crise geral do capitalismo ocorrida no início dos anos de 1970<sup>314</sup>.

Paul Sweezy, notório intelectual estadunidense, tem sua obra reconhecida no âmbito da economia, pela sua parceria com Paul Baran e pela fundação da importante revista progressista *Montly Review*<sup>315</sup>. Sua principal obra solo é *Teoria do desenvolvimento capitalista* (*The theory of capitalist development*) publicada originalmente em 1942. Nesta obra, Sweezy retoma temas clássicos do debate da II Internacional como a emergência dos monopólios e seus impactos sobre o capitalismo, o imperialismo e as crises e o colapso capitalista, além de temas como o problema da transformação dos valores em preços<sup>316</sup>. E as influências teóricas por ele utilizadas nesta obra passam por Marx, Keynes e Kalecki<sup>317</sup>.

Em linhas gerais, Sweezy visa atualizar a teoria da crise no campo marxista a partir do subconsumo<sup>318</sup>. Para ele, haveria dois tipos gerais de crise: as ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro e as crises de realização. As crises de realização seriam de dois tipos: as provocadas pela desproporção e as provocadas pelo subconsumo. Mas apesar dele apontar a queda da taxa de lucro como um fator em torno do qual é possível a emergência de crises, não parece-nos que este seja bem um ponto que ele visa desenvolver, ainda mais que Sweezy questionou, nesta mesma obra, a própria teoria de Marx sobre a queda da taxa de lucro<sup>319</sup>. Às crises de realização Sweezy dá mais atenção, em especial às provocadas pelo subconsumo. Sweezy explicitamente se põe a “complementar” a teoria marxista da crise a partir da teoria do subconsumo<sup>320</sup>.

<sup>314</sup> Cf. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.

<sup>315</sup> A *Montly Review* foi fundada nos Estados Unidos em 1949 e manteve sua atividade até os dias atuais. Seu sítio eletrônico: <http://monthlyreview.org/>.

<sup>316</sup> Hoffmann, 1983, p. VII-XV.

<sup>317</sup> Shaikh, 1983, p. 25.

<sup>318</sup> Esta é uma compreensão apontada por estudiosos como Altvater (1987) e Shaikh (1983).

<sup>319</sup> Cf. Capítulo VI – *Tendência decrescente da taxa de lucro* in: Sweezy (1983). Os equívocos dessa crítica, de forma geral, foram apontados por Rosdolsky, 2001, p. 333-342.

<sup>320</sup> “Para que a teoria do subconsumo recupere seu prestígio e tome um lugar entre os princípios importantes e aceitos pela Economia marxista, parece claro que uma formulação cuidadosa, livre de objeções levantadas contra versões anteriores, é necessária. No restante deste capítulo, faremos uma tentativa de apresentar tal versão. O argumento lógico é baseado no apêndice algébrico no final do capítulo. Em geral, nenhum conceito ou suposição é levantado sem que esteja implícita ou explicitamente presente no corpo principal da teoria de Marx. Assim nossa intenção não é formular uma teoria ‘original’, nem tampouco rever a de Marx, mas complementar seu trabalho num ponto deixado incompleto.” (SWEEZY, 1983, p. 144).

O eixo geral de seu argumento é que a teoria do subconsumo não é oposta à teoria das desproporções, mas o subconsumo seria um “caso especial” de desproporção: entre a procura de bens de consumo e o crescimento da capacidade de produzir esses bens<sup>321</sup>. Então existiria uma “tendência inerente para o crescimento do consumo atrasar-se em relação ao crescimento da produção de bens de consumo”<sup>322</sup> e sua novidade em relação à teoria do subconsumo seria a tese de que a relação entre a taxa de crescimento de consumo e a taxa de crescimento dos meios de produção estariam em queda constante. E a relação entre a taxa de crescimento dos meios de produção não ultrapassaria a taxa de crescimento da produção de bens de consumo. Para ele, subconsumo é apenas o outro lado da moeda da superprodução e a adoção de uma terminologia ou outra seria apenas uma “questão de gosto”<sup>323</sup>.

Sweezy foi um dos primeiros estudiosos a nos organizar o debate sobre o colapso capitalista travado em torno da II Internacional<sup>324</sup>. E sobre este, segundo Sweezy, a posição mais “importante” para “rever, suplementar, interpretar e corrigir Marx” foi a expressada por Kautsky em 1902<sup>325</sup>. A possibilidade tendencial do capitalismo adentrar uma fase de “depressão crônica”, como apontado por Kautsky, vem de encontro com a formulação de Sweezy (1983, p. 173) a qual tem por definição que “a estagnação é a norma para a qual tende a produção capitalista”. A tendência à estagnação está suscetível de realização atrelada a forças contrabalançadoras. Para Sweezy (Ibid., p. 173) haveria cinco forças contrabalançadoras ao subconsumo: 1) as novas indústrias, 2) os investimentos errôneos, 3) o crescimento da população, 4) o consumo improdutivo e 5) os gastos estatais. Destes, os gastos estatais são classificados por Sweezy (Ibid., p. 183) como “uma força neutralizadora da tendência ao subconsumo, força essa cada vez mais significativa” e que leva ele a, inclusive, indagar se “trunfará o subconsumo?”, questão esta que ele, em tese, não responde na obra,

---

<sup>321</sup> “Um ponto significativo surge dessa discussão, ou seja, o de que é incorreto opor a ‘desproporção’ ao ‘subconsumo’ como causa da crise; e que, ao fazê-lo, que o subconsumo é precisamente um caso especial de desproporção – desproporção entre o crescimento da procura de bens de consumo e o crescimento da capacidade de produzir esses bens.” (SWEETZY, 1983, p. 147).

<sup>322</sup> Ibid., p. 146.

<sup>323</sup> “Falamos de uma tendência de consumo atrasar-se em relação à produção de bens de consumo. Como, porém, numerador e denominador, em ambas as razões acima, estão funcionalmente relacionados de tal modo que seria impossível subtrair de um sem acrescentar ao outro, é igualmente lógico falar de uma tendência para a provisão de meios de produção exceder as necessidades de meios de produção. Propriamente compreendidos, portanto, ‘subconsumo’ e ‘superprodução’ são faces opostas da mesma moeda. (...) O rótulo usado é questão de gosto, o ponto de origem constitui detalhe relativamente sem importância, dependente de uma multidão de circunstâncias particulares.” (Ibid., p. 146).

<sup>324</sup> Cf. Capítulo XI – *A controvérsia do colapso* In: Sweezy, 1983.

<sup>325</sup> “Kautsky procurou levar um passo à frente o que ele entendia ser a teoria da crise de Marx, indagando se com o tempo as crises tendem a se tornar mais ou menos severas. Sua resposta foi que tendem a se tornar mais severas, e de tal forma que um período de ‘depressão crônica’ terá início mais cedo ou mais tarde, a menos que ocorra a vitória do socialismo.” (Ibid., p. 172).

em função dos “limites” do nível de abstração trabalhado na mesma<sup>326</sup>. Mas, de fato, sua concepção sobre o Estado nos indica uma resposta afirmativa à questão afinal: “O Estado não pode ser introduzido no problema como *deus ex machina* para resolver as contradições demonstradas no processo de acumulação.” (SWEEZY, 1983, 184).

De toda forma, é importante notar que ele também destaca que, neste cenário de tendência ao subconsumo pela monopolização da economia capitalista, a não absorção do excedente produtivo (mais-valor) de modo pleno leva o sistema a empregar este mesmo excedente de forma *perdulária*<sup>327</sup>. Os fundamentos para uma teoria do capitalismo “perdulário” e do capital monopolista foram destacados por Natalie Moszkowska no final dos anos de 1920<sup>328</sup>. A variante subconsumista do qual fazem parte Sweezy e Baran foi definida por Altvater (1987, p. 109) como de “manutenção patológica do capitalismo”.

Como podemos perceber nos trechos acima, o empreendimento teórico de Sweezy quanto à teoria da crise se dedica a uma “complementação” de Marx a partir da teoria do subconsumo. Esta teoria tem seu mais elevado grau de sofisticação a ponto de, talvez, ser o mais elaborado desenvolvimento teórico dessa vertente desde a *Acumulação do capital* de Rosa Luxemburg. No entanto, sua análise padece dos mesmos problemas gerais do subconsumo como já apontamos acima. É inegável que a teoria de Sweezy é bem mais sofisticada que as vertentes subconsumistas anteriores, a introdução de outras agentes na análise, como os monopólios, as classes médias e o Estado, sem dúvida que agrega mais determinações e riqueza à sua análise. Mas não temos acordo com seu apontamento de que a definição das crises pela superprodução e pelo subconsumo constituam mera “questão de gosto”. Se, por um lado, superprodução e subconsumo são momentos de um mesmo processo que expressam um desarranjo entre a produção e a circulação, há um abismo entre a explicação da produção pelo circulação e da circulação pela produção. Por mais que elas constituam uma unidade prática marcada pela oposição entre seus momentos, não dá para tratá-las como equivalentes, ou faces distintos da mesma moeda. Este tipo de análise centrada na circulação não só se prende à aparência da realidade, mas, ao prender-se, rebaixa o estatuto ontológico do trabalho ou se eleva o estatuto da circulação, o que revela um modo “formalista” em tratar os momentos da economia.

---

<sup>326</sup> Sweezy, 1983, p. 184.

<sup>327</sup> “O crescimento de sistema de distribuição no monopólio reduz a dificuldade e suaviza as contradições, mas não o faz possibilitando ao capitalismo estimular a expansão das forças produtivas, e sim desviando seu uso a canais socialmente desnecessários e portanto perdulários.” (Ibid., p. 219).

<sup>328</sup> Altvater, 1987, p. 109.

Após Sweezy, a teoria marxista da crise é retomada por Ernest Mandel. A discussão geral realizada por Mandel se atém a dois aspectos da teoria da crise: a causa e o ciclo. O argumento de Mandel é que o debate marxista sobre “a causa” das crises capitalistas é insuficiente para compreender o fenômeno de modo pleno. Para ele, todas as principais teorias marxistas da crise – superacumulação, desproporcionalidade, queda da taxa de lucro e subconsumo das massas - devem ser aceitas como causa<sup>329</sup>. Daí a abordagem de Mandel ser considerada como “multicausal”<sup>330</sup>. Parece-nos que Mandel, ao tentar resolver a questão da causa da crise capitalista pela aceitação de todas as vertentes anteriormente desenvolvidas sobre o tema, se mantém no nível da manifestação do fenômeno, “varrendo o problema para baixo do tapete”. Ele, portanto, não avança o debate sobre a causa da crise capitalista.

Quanto ao ciclo, Mandel procura estabelecer um debate sobre a regularidade no longo prazo abarcando elementos além da economia como a dimensão política e social. Apesar dele postular a “multicausalidade” da crise para o “ciclo curto”, por outro lado, haveria uma teoria da regularidade de ciclo longo em Marx determinada pela renovação do capital fixo<sup>331</sup>. Assim, haveria uma coincidência entre os ciclos e a renovação periódica do capital fixo. Além de esta última determinar o próprio investimento dos capitalistas<sup>332</sup>.

O capitalismo seria marcado por “ondas longas”<sup>333</sup> em seu desenvolvimento determinado pelas “revoluções gerais na tecnologia” de que seriam exemplos: 1) a Revolução Industrial que possibilitou a primeira onda longa entre o fim do século XVIII e a crise de 1847; 2) a primeira revolução tecnológica caracterizada pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico como a principal máquina motriz e que durou da crise de 1847 ao início da década de 1890; 3) a segunda revolução tecnológica, caracterizada pela “aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria”, e que durou do início da década de 1890 à Segunda Guerra Mundial e 4) a terceira revolução tecnológica, caracterizada pelo “controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica,

---

<sup>329</sup> Mandel, 1990, p. 210-211.

<sup>330</sup> Antunes e Benoit, 2009, p. 17.

<sup>331</sup> “Marx determinou da extensão do ciclo econômico pela duração do tempo de rotação necessário à reconstrução da totalidade do capital fixo.” (MANDEL, 1982, p. 76).

<sup>332</sup> “Na teoria de Marx sobre os ciclos e as crises, essa renovação do capital fixo não apenas explica a extensão do ciclo econômico, mas também o momento decisivo subjacente à reprodução ampliada como um todo, o momento da oscilação ascendente e da aceleração da acumulação do capital. Porque é a renovação do capital fixo que determina a atividade febril, na fase de alta repentina. Diga-se de passagem que, ao salientar esse ponto crucial, Marx antecipou-se a toda a moderna teoria acadêmica dos ciclos que, como sabemos, vê na atividade de investimento dos empresários o estímulo principal para o movimento ascendente do ciclo.” (Ibid., p. 76-77).

<sup>333</sup> “A história do capitalismo em nível internacional aparece, assim, não apenas como a sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos, dos quais até agora temos experiência de quatro” (Ibid., p. 83).

bem como pela gradual introdução da energia nuclear”, que tem durado desde a Segunda Guerra Mundial (MANDEL, 1982, p. 83-84). A formulação de Mandel, portanto, apresenta a dinâmica capitalista com uma duplicidade de ciclos: os ciclos curtos clássicos e os ciclos longos. Estes ciclos que ocorrem em determinação recíproca e simultânea<sup>334</sup>.

O debate sobre o desenvolvimento do capitalismo por “ondas longas” remonta à metade do século XIX com Hyde Clark, passa pela formulação do marxista russo Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus<sup>335</sup>, e por Tugán-Baranowski, ambos no último quarto do século XIX<sup>336</sup>. Teve sequência nos anos de 1910 e 1920 com J. Van Gelderen, N. D. Kondratieff, Leon Trotsky, Sam De Wolff e nos anos de 1930 com Joseph Schumpeter<sup>337</sup>. A posição de Mandel tem a influência tanto de Kondratieff quanto de Trotsky. Enquanto Kondratieff centrou sua análise nos aspectos “econômicos” para a determinação das “ondas longas” e identificou prazos fixos entre os ciclos curtos e os ciclos longos, por outro lado, Trotsky buscou ir além do “puramente econômico” englobando os aspectos sociais e políticos, mas negava a existência de ciclos longos, reconhecendo apenas “flutuações”<sup>338</sup>. Portanto, a síntese de Mandel engloba o caráter cíclico de longo prazo do capitalismo e a totalidade dos aspectos da sociedade defendidos por Trotsky para a análise de longo prazo.

### **2.3 Algumas limitações gerais do debate marxista sobre a crise e o colapso capitalista ao longo do século XX**

De forma geral, o debate entre as vertentes do subconsumismo e das desproporções incorreram num mesmo erro. Ambas tentaram explicar as crises capitalistas a partir de “causas” que, no âmbito da produção marxiana, não podem ser consideradas como causas, mas sim como “formas de manifestação”.

A teoria do subconsumo, como apresentado ao longo deste capítulo, possui variantes. Por exemplo, a primeira abordagem, desenvolvida por Kautsky, se faz tendo referência o

---

<sup>334</sup> “É evidente que essas ‘ondas longas’ não se manifestam de maneira mecânica, mas operam através da articulação dos ‘ciclos clássicos’. Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece a tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A ‘onda longa’ é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações.” (MANDEL, 1982, p. 85).

<sup>335</sup> Ibid., p. 85.

<sup>336</sup> Araújo, 2001, p. 169.

<sup>337</sup> Mandel, 1982, p. 86-95.

<sup>338</sup> Araújo, 2001, p. 178 e Mandel, 1982, p. 89-90.

subconsumo das “massas”, da classe trabalhadora. Procura mostrar um desarranjo estrutural do capitalismo que se põe como produção excedente às necessidades de consumo da classe trabalhadora, o que pode ser evidenciado no mercado. A segunda abordagem é a de Rosa Luxemburg que identifica a produção capitalista excedente a seus “consumidores” não capitalistas. E a terceira é a desenvolvida por Sweezy tendo por referência todo o conjunto de classes sociais, como as classes médias, e instituições “consumidoras”, como o Estado, numa abordagem mais ampla, e que demonstra o mesmo caráter “subconsumista” da produção capitalista, como excedente, em termos estruturais, às possibilidades de “consumo” da sociedade capitalista como um todo.

A teoria do subconsumo tem mérito em assinalar aquilo que Mészáros aponta como ausência de unidade entre a produção e a circulação como momentos da produção capitalista<sup>339</sup>, em identificar esta contradição como estrutural ao capitalismo. O intuito original da teoria do subconsumo é mostrar que o capitalismo não só não permite o acesso à riqueza por parte da classe trabalhadora como obsta este desenvolvimento, centrando a análise na dimensão mais geral da produção humana em qualquer época histórica, de se voltar ao atendimento das necessidades mais básicas, do trabalho em sua dimensão concreta. O que se revela uma análise insuficiente como já destacado por Marx em sua crítica à economia política<sup>340</sup>.

Quanto à teoria das “desproporções” a ênfase dada é à relação entre as modalidades gerais de capital para a reprodução, entre a indústria produtora de meios de produção e a produtora de meios de consumo. O que está em jogo aqui é a relação de compra e venda dessas modalidades no mercado e o desarranjo entre as mesmas que podem inviabilizar a continuidade da produção capitalista. Deste modo, num determinado momento, um setor pode produzir acima ou abaixo das necessidades de compra do outro setor estabelecendo uma desproporcionalidade entre demanda e oferta que conduz à crise capitalista. Apesar de

---

<sup>339</sup> MÉSZÁROS, 2006, p. 105.

<sup>340</sup> “No entanto, todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos -, não seja esquecida a diferença essencial. Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes.” (MARX, 2011, p. 41, grifo do autor).

repousar sobre uma base “anárquica” da produção, a causa da crise não é esta base, mas a desproporção, o desarranjo entre oferta e demanda no mercado entre estes dois tipos gerais de indústria capitalista.

Ao que parece, as duas teorias pretendem encontrar no mercado, na aparência do fenômeno, a causa das crises capitalistas. No entanto, não obstante o mercado ser o âmbito em que a produção capitalista se realiza não dá pra ser identificado nele a causa mais profunda do desenvolvimento capitalista. Entre os momentos da produção capitalista a “produção” - e não a “circulação” - ocupa uma posição de “momento predominante”. Ou seja, momento que é ponto de partida e ao qual se renova todo o ciclo econômico em seus momentos mais gerais – produção, distribuição, circulação e consumo. Deste modo, a teoria das desproporções tangencia as causas da produção capitalista ao apontar a “anarquia” da produção como fundamento das desproporções evidenciadas no mercado, mas erra ao insistir em apontar uma causa ao desenvolvimento capitalista no mercado. Aqui, esta teoria permanece no nível aparente da realidade. Crítica que também fazemos à teoria do “subconsumo” em identificar no mercado uma causa para o desenvolvimento capitalista. O mérito da teoria do subconsumo reside mais fora da explicação das causas do desenvolvimento capitalista, ao insistir na relação entre capital e trabalho como motriz do modo de produção. No entanto, se equivocou em tentar achar na relação oposta no mercado em que o trabalhador compra mercadoria do capitalista<sup>341</sup>.

Finalmente, devemos, a partir dessa crítica, buscar explicar o desenvolvimento capitalista a partir de seus fundamentos essenciais. Devemos entender que essas teorias apoiaram suas análises, apesar do uso de categorias marxianas, fundamentalmente em teorias prévias a Marx. O subconsumismo se apoiou em larga medida em Sismondi, Malthus etc. E a teoria da desproporcionalidade se apoiou fundamentalmente em Say e James Mill<sup>342</sup>. E em que pese a necessidade de utilização, por vezes, de outros referenciais para avançar a teoria, os aspectos utilizados por estas duas vertentes não foram aqueles, por exemplo, enaltecidos como contribuintes à uma nova concepção de mundo, pelo contrário foram criticados pelo próprio Marx<sup>343</sup>.

---

<sup>341</sup> “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.” (MARX, 2011, p. 54).

<sup>342</sup> Colletti, 1985, p. 239.

<sup>343</sup> Uma síntese da crítica de Marx a Say encontra-se no capítulo X do Livro III de *O capital*, intitulado “Nivelamento, pela concorrência, da taxa geral de lucro. Preços e valores de mercado. Superlucro” do qual destacamos o argumento geral da crítica que consta na seguinte passagem: “Evidentemente, as leis internas

Outras interpretações desenvolvidas ao longo do século XX, especialmente a de Mandel, a nosso ver também não foram exitosas em apresentar respostas à questão da causa do desenvolvimento capitalista. Mandel chegou a abordar mais diretamente as causas das crises capitalistas. Para ele, não se poderia apoiar a análise das crises de forma “monocausal”. Ele incorre no mesmo erro através de uma interpretação difusa circunscrita à aparência da realidade. Na verdade, a solução proposta é reconhecer todas as causas identificadas pelas principais interpretações marxistas como válidas. Assim, por exemplo, ele insiste em uma teoria multicausal em que são válidas como causa a “superacumulação de capitais”, o “subconsumo das massas”, “a ‘anarquia da produção’ e a ‘desproporcionalidade’ entre os diferentes ramos da produção, inerentes à propriedade privada e a economia mercantil generalizada” e a “queda da taxa de lucros”.

Em termos gerais, temos acordo com a análise de Carcanholo (1996) que, avaliando as diferentes concepções marxistas de crise, identifica o erro comum de confundir “causa” com “forma de manifestação”. E apontamos, de forma complementar à Carcanholo (1996), que a “causa” das crises capitalistas está no próprio fundamento estrutural do sistema, isto é, a existência separada e oposta dos capitais privados conjuntamente unidos como capital social.

Sobre os temas gerais da teoria da marxista da crise, parece-nos que o debate acerca do caráter cíclico da produção tem uma preocupação que emerge com Kodratieff no início do século XX e se mantém e aprofunda com Mandel. Kondratieff foca o ciclo de uma perspectiva “econômica”, enquanto Mandel, com a teoria das “ondas longas”, visa o desenvolvimento da teoria dos ciclos no longo prazo focando a totalidade social. De certa forma, estes dois importantes teóricos/militantes do século XX também abordam o tema da regularidade do ciclo, tema que também é reconhecido, mas não desenvolvido por Kautsky. Vimos acima que Kautsky apenas tem acordo com a afirmação marxiana de que o ciclo, em sua época, teria uma duração entre 10 e 11 anos, mas como também já abordamos no capítulo 1º, a teoria marxiana não caminha na direção oposta de estabelecimento de uma regularidade para a duração do ciclo econômico.

Quanto à tendência de desenvolvimento das crises pudemos perceber que diversos autores/militantes se posicionaram sobre o assunto. No debate da II Internacional é possível notar duas linhas gerais que travaram intenso debate. A primeira delas, “harmonicista”,

---

efetivas da produção capitalista não podem ser explicadas pela interação da procura e da oferta (estamos pondo de lado análise mais profunda, que não cabe aqui, dessas duas forças motoras sociais). É que só se patenteia a realização dessas leis em toda sua pureza quando a oferta e a procura cessam de agir, isto é, coincidem. Todavia, essa coincidência nunca é real, a não ser por mera casualidade, e o que não passa de casualidade é nulo do ponto de vista científico, devendo considerar-se inexistente.” (MARX, 2008b, p. 247).

inaugurada por Bernstein, é que estabelece que o desenvolvimento capitalista, a partir da emergência dos monopólios e do sistema de crédito, é marcado pela redução as crises até o desaparecimento. A segunda é a inaugurada por Kautsky e chega a conclusões contrárias, de que as crises capitalistas tenderiam ao aumento quantitativo no tempo e no espaço, e também teriam uma elevação qualitativa já que estariam expressando uma nova etapa da produção capitalista.

A primeira abordagem é estranha ao pensamento marxiano, inclusive os pressupostos teóricos de vários dos adeptos a esta teoria são tomados de teóricos, os quais, inclusive foram superados na crítica da economia política feita por Marx, como já apresentamos acima neste capítulo.

A segunda abordagem é fortemente ancorada nos pressupostos marxianos. De fato, se apresentam como um desenvolvimento do pensamento de Marx no que tange à tendência geral de desenvolvimento econômico do capitalismo em que as crises se tornam mais extensas e intensas. No entanto, um ponto merece especial cuidado, o tema do colapso ou da derrocada do capitalismo. Este tema aparece de modo recorrente no debate da II Internacional tanto por críticos quanto por defensores do capitalismo e parece-nos que expressa a especificidade dos debates feitos fora da academia, na política partidária e dos movimentos sociais.

As duas posições gerais do debate são, de um lado, de defesa do capitalismo como um sistema capaz de subsistir eternamente, e, de outro lado, na defesa da queda do capitalismo de forma inevitável. Como percebemos, constituem duas posições extremas, polarizadas. E refletem, em larga medida, o “calor” dos debates políticos de um dos momentos mais efervescentes do movimento socialista no século XX, o período prévio à Revolução Russa e à I Grande Guerra. De fato, a política demanda se diferenciar de seus adversários para se construir. O que não foi diferente neste período, já que o eixo geral do debate é travado entre os socialdemocratas e os socialistas, cujas posições políticas tem implicação bastante diversa para a estratégia política. A dificuldade é conseguir combinar a necessária polarização como o também igualmente necessário rigor teórico, o que, de modo geral, não parece ter sido o caso. Os socialistas ao combater as posições dos socialdemocratas não conseguiram manter o rigor teórico, muitas vezes se apegando a abordagens superficiais de Marx, de passagens isoladas, leituras superficiais e até não acesso<sup>344</sup> a obras de Marx. E, desta forma, quase todos os

---

<sup>344</sup> Por exemplo, uma série de estudos de Marx como caráter manuscrito não foram por ele publicadas em vida. Obras que hoje temos em conta como indispensáveis à compreensão do pensamento de Marx só foram publicadas após a extinção da II Internacional, como *A Ideologia Alemã* em 1926, os *Manuscritos econômico-filosóficos* em 1932 e os *Grundrisse* em 1939.

teóricos socialistas acabaram por teorizar a extrema posição do colapso do capitalismo. Ou seja, ao combaterem a posição extrema da perenidade do capitalismo com a posição de sua queda imediata e/ou inevitável, entraram numa relação de “soma zero”.

Quanto aos socialistas da II Internacional, não podemos dizer que não se apoiaram em Marx, até porque sua obra é marcada, em vários momentos, pelo caráter não sistematizado<sup>345</sup> com conclusões que, por vezes, não correspondem aos fundamentos e pela abordagem inovadora da dialética materialista, que em si, é bastante diversa do pensar “formal”, o que dificulta sua devida compreensão. Mas, a nosso ver, a “teoria do colapso”, como tentativa de atualização do pensamento de Marx para o desenvolvimento do capitalismo, não conseguiu preservar o caráter da dialética materialista. De modo geral, ela se apegou ao mecanicismo e ao fatalismo para compreensão dos fenômenos sociais.

---

<sup>345</sup> “Muitas das descobertas filológicas da nova edição histórico-crítica iluminam uma característica peculiar da obra de Marx: sua incompletude. Marx deixou muito mais manuscritos que escritos impressos. Esse foi o caso também d’O Capital, cuja publicação completa, incluídos todos os trabalhos preparatórios de 1857 em diante, só será finalmente concluída na segunda seção da MEGA<sup>2</sup>, em 2010.” (MUSTO, 2011, p. 55).

### 3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

István Mészáros, filósofo húngaro, desde o início dos anos de 1970 tem desenvolvido um extenso e profundo trabalho teórico com vistas a uma atualização do pensamento marxista à compreensão do capitalismo contemporâneo. Possui uma série de trabalhos publicados<sup>346</sup>, sendo sua principal a obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*<sup>347</sup>. Neste trabalho, expressão de um adensamento teórico de cerca de 25 anos, são apresentadas inúmeras teses frente à dinâmica autocontraditória do que Mészáros denomina *sistema de sociometabolismo do capital*. Procuraremos desenvolver neste capítulo uma análise de uma das teses centrais de Mészáros: a *crise estrutural do capital*, com vistas a estabelecer uma explanação de suas características mais gerais. Para tal, apresentaremos inicialmente e de forma sucinta algumas outras teses de Mészáros, para, a seguir, abordar o objeto deste trabalho: a crise estrutural do capital.

#### 3.1 Algumas das principais teses de Mészáros em “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”

<sup>346</sup> Entre os trabalhos publicados encontram-se “*Szatira és valóság*” publicado em húngaro em 1955; “*La rivolta degli intellettuali in Ungheria*” publicado em italiano em 1958; “*Attila József e l’arte moderna*” publicado em italiano em 1964; “A teoria da alienação de Marx” (*Marx’s theory of alienation*) publicado originalmente em 1970 pela Merlin Press e no Brasil em 1981 pela Zahar – “Marx: a teoria da alienação” - e em 2006 pela Boitempo – “A teoria da alienação em Marx”; *Aspects of History and Class Consciousness* publicado originalmente em 1971; “A necessidade do controle social” (*The necessity of social control*) publicado originalmente em 1971 e no Brasil em 1987 pela Editora Ensaio; “O conceito de dialética em Lukács” (*Lukács’ concept of dialectic*) publicado originalmente em 1972 e no Brasil em 2013 pela Boitempo; “*Neocolonial identity and counter-consciousness: essays in cultural decolonization*” publicado originalmente em 1978; *The work of Sartre: search for freedom* publicado originalmente em 1979 e no Brasil, em 1991, pela Ensaio (“A obra de Sartre: busca da liberdade”) e, em 2012, pela Boitempo (“A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história”); “Filosofia, ideologia e ciência social” (*Philosophy, Ideology and Social Science: essays in negation and affirmation*) publicado originalmente em 1986 e no Brasil em 1993 pela Editora Ensaio e em 2008 pela Boitempo; “Produção destrutiva e Estado capitalista” publicado em 1989 pela Editora Ensaio; “O poder da ideologia” (*The Power of Ideology*) publicado originalmente em 1989 e no Brasil em 1996 pela Ensaio e em 2004 pela Boitempo; “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição” (*Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*) publicado originalmente em 1995 pela Merlin Press e no Brasil em 2002 pela Boitempo; “A educação para além do capital” publicado em 2005 pela Boitempo; “O século XXI: socialismo ou barbárie?” (*Socialism or barbarism – from the “American Century” to the Crossroads*) publicado originalmente em 2001 e no Brasil em 2003 pela Boitempo; “O desafio e o fardo do tempo histórico” (*The Challenge and Burden of Historical Time: Socialism in the Twenty-First Century*) publicado em 2007; “A crise estrutural do capital” (*Capital’s unfolding systemic crisis*) publicado em 2009; “Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método” (*Social structure and forms of consciousness: the social determination of method*) publicado em 2009 pela Boitempo; “Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar” (*Historical actuality of the socialist offensive: alternative to parliamentarism*) publicado em 2010 pela Boitempo; e “Estrutura social e formas de consciência, volume II: a dialética da estrutura e da história” (*Social structure and forms of consciousness: the dialectic of structure and history*) publicado em 2011 pela Boitempo. O levantamento realizado teve influência do trabalho de Mészáros (2002) e Jinkings e Nobile (2011, p. 269-272).

<sup>347</sup> Antunes, 2006, p. 15.

Inicialmente, é importante destacar que Mészáros desenvolve sua reflexão sobre o sistema do capital em meio a um determinado contexto em que, primeiramente, é marcado pela 2ª Guerra Mundial (1939-1945), pela Guerra Fria (1945-1991), pela invasão soviética à Hungria (1956), pela crise econômica e social do final dos de 1960, entre outros eventos. Com o intuito de compreender o capitalismo e a experiência soviética (e seu conseqüente fracasso) tomados como uma totalidade, Mészáros estabelece uma distinção categorial entre capital e capitalismo, demonstrando que são entes diversos entre si<sup>348</sup>. E que, o capital enquanto relação social é prévio ao capitalismo, e, portanto, pode existir separadamente deste, o que possibilita sua reprodução além do capitalismo, como no caso das sociedades soviéticas que Mészáros denomina como *pós-capitalistas* ou *pós-revolucionárias*. Segundo ele, estas sociedades teriam estabelecido, em relação ao capitalismo, uma forma distinta de metabolismo social, em que a extração do trabalho excedente era realizada pelo Estado, sem conduto superar o capital<sup>349</sup>. Portanto, o capitalismo e o pós-capitalismo formariam um sistema cujo elemento unificador é o capital, que é a relação social fundamental em ambos, deste modo, constituiriam o *sistema do capital*.

Outra tese de Mészáros diz respeito à dinâmica de autorrealização do capital. Segundo ele, o capital é uma relação social iminentemente *expansiva*. Ou seja, a autovalorização do valor que se processa de modo quase automático só existe visando incessantemente seu próprio incremento, sendo dotada de uma natureza irremediavelmente expansiva, de modo que *expandir é existir*. Assim, Mészáros pavimenta teoricamente uma explicação para os fatos ocorridos tanto da degeneração da experiência soviética, quanto da ruína do Estado de Bem-Estar Social. Segundo ele, ambas tiveram em comum uma tentativa de controle político sobre o capital a partir do Estado, o que, no entanto, se mostrou uma estratégia absolutamente fadada ao fracasso (e que pôde ser comprovada historicamente<sup>350</sup>). Isso se explica pelo fato do capital não admitir limites à sua expansão, em ser expansivo por natureza, e, apesar de estabelecer uma relação “simbiótica” com o Estado, em última instância as determinações que

---

<sup>348</sup> Mészáros, 2006, p. 1064-1066.

<sup>349</sup> “O prosseguimento do domínio do capital no sistema de tipo soviético, sob uma forma politicamente muito diferente, é identificado como principal responsável por tais falhas. Os acontecimentos pós-revolucionários, consolidados sob Stalin, seguiram a *linha de menor resistência* em relação às estruturas socioeconômicas herdadas, permanecendo assim presas dentro dos limites do sistema do capital. Continuaram a explorar e a oprimir os trabalhadores debaixo de uma grande *divisão hierárquica do trabalho* que operava uma extração politicamente reforçada do trabalho excedente à maior taxa possível.” (Ibid., p. 50, grifo do autor).

<sup>350</sup> Segundo Mészáros, ambas experiências foram possíveis na fase de ascendência histórica do capital, não logrando qualquer êxito de “revival” num cenário de crise estrutural do capital, já que, este não ofereceria condições objetivas a tal tipo de empreendimentos.

prevalecem dialeticamente partem do capital ao Estado e não o contrário. Desta forma, Mészáros estabelece que, no limite, o capital é *incontrolável*. O que implica estrategicamente que, ou ele é suprimido totalmente, ou qualquer tentativa de controle estatal implica na sua regeneração e vigência.

Aqui vale a exposição de outra tese de Mészáros: a do tripé do sistema do capital. Segundo ele, o sistema do capital é composto de um tripé: trabalho assalariado, Estado e capital. A superação do sistema do capital só pode ocorrer mediante a erradicação dos “três pés do tripé”, já que qualquer um dos três que se manter historicamente possibilita o ressurgimento dos outros dois entes, e, conseqüentemente, a restauração do sistema como um todo<sup>351</sup>. Daí que para Mészáros o êxito da transição socialista passa não somente pela supressão da propriedade privada<sup>352</sup>, mas também pela erradicação dos componentes estruturais da ordem do capital: o capital, o Estado e o trabalho assalariado. O que se coloca à superação do sistema do capital é a necessidade do controle social, ou seja, da superação da fratura<sup>353</sup> entre a produção e o controle do metabolismo social que conduza ao “fenecimento do Estado”<sup>354</sup>. No limite, a transição requer como princípio fundamental a reestruturação do metabolismo social “de cima a baixo”<sup>355</sup>.

---

<sup>351</sup> “As mudanças exigidas na produção e na distribuição equivalem à total erradicação do capital, como *comando sobre o trabalho*, do sociometabolismo – erradicação que, por sua vez, é inconcebível sem superar irreversivelmente a *objetivação alienada* do trabalho sob todos os seus aspectos, incluindo o Estado político – além do impedimento simultâneo da *personificação* tanto do capital como do trabalho no sentido mencionado acima.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 722-723, grifo do autor).

<sup>352</sup> “Ao remover os capitalistas da estrutura de tomada de decisões de um país – isoladamente ou em muitos deles – o *comando sobre o trabalho* não é, *ipso facto*, restituído ao trabalho. O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada; uma relação cuja recíproca não é verdadeira. Em outras palavras, não seria absurdo sugerir que sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um sistema ‘capitalista avançado’.” (Ibid., p. 718-719, grifo do autor).

<sup>353</sup> “No sistema do capital, esses defeitos estruturais são claramente visíveis no fato de serem os novos microcosmos que o compõem internamente fragmentados de muitas formas. Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.” (Ibid., p. 105, grifo do autor).

<sup>354</sup> “É claro que a reconstituição e a substantiva democratização da esfera pública são a condição necessária para a intervenção sobre o controle sociometabólico do capital, pois o poder do capital não está, e nunca estará, limitado a estritas funções produtivas. Para controlá-las, o capital deve ser complementado pelo seu próprio modo de controle político. Isso significa que a estrutura material do comando do capital não pode afirmar-se sem a estrutura de comando político global do sistema. Assim, uma alternativa ao controle sociometabólico do capital deve abranger todos os aspectos complementares do processo de reprodução social, desde as funções estritamente produtivas e distributivas até as dimensões mais amplas da direção política. (...) A condição necessária para realizar as funções de reprodução diretamente material de um sistema socialista é a restituição do poder de tomar decisões aos produtores associados – em todas as esferas de atividade e em todos os níveis de coordenação, desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional. **O ‘fenecimento do Estado’ não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado ainda no presente. E na transição para a genuína sociedade socialista é necessária a progressiva requisição dos poderes alienados de decisão política pelos indivíduos. (...) A reconstituição da**

O capital também tem outra característica estrutural que é a *destrutividade*. A produção do capital tem no seu cerne uma “preponderância” daquilo que Mészáros denomina por *mediações de segunda ordem* frente às *mediações de primeira ordem*, sendo estas subordinadas àquelas<sup>356</sup>. Basicamente, Mészáros está se referindo à dinâmica *fetichista e estranhada* do capital que garante a existência humana a partir de uma autoconstituição que mistifica<sup>357</sup> e subordina a realização dos aspectos mais genuínos da humanidade aos imperativos da valorização do capital<sup>358</sup>. Neste ínterim, os critérios de viabilidade social são definidos não pelas necessidades humanas, mas pelas necessidades de autovalorização do capital.

Deste modo, remete à dialética do valor e valor-de-uso, sendo as mediações de primeira ordem vinculadas às necessidades humanas e ao valor-de-uso e as mediações de segunda ordem vinculadas ao valor e sua autovalorização enquanto abstração do real que se processa no real. Sob os imperativos do predomínio subjugador do valor ao valor-de-uso, a força de trabalho se torna mero “acessório isolado vivo” da maquinaria produtiva do capital<sup>359</sup> sendo tratada de forma absolutamente hostil, na esteira do que Marx e Engels (2005, p. 20) já haviam apontado em 1848 como o “homem apêndice da máquina”, mesmo tratamento dispensado às forças da natureza.

O caráter destrutivo da produção do capital é o que permite entender, mundialmente falando, tanto a existência de uma massa de desempregados, de inválidos, de mutilados, enquanto destruição cotidiana da força de trabalho. Isto é, ao construir o sistema do capital e sua força de trabalho, é destruído, simultaneamente, o valor de uso da força de trabalho. Além

**unidade das esferas de reprodução material e política é a característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico.”** (MÉSZÁROS, 2006, p. 848-489, grifo nosso).

<sup>355</sup> “No mundo tal como tem sido – e continua a ser – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema estreitamente articulado. Por isso não há qualquer esperança de sucessos *parciais* isolados, mas somente sucessos *globais* – por mais paradoxal que isso possa soar. (...) Por isso Marx falou da necessidade vital de mudar, ‘de cima a baixo’, as condições de existência *como um todo*, sem o que todos os esforços direcionados à emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso. Tal programa, desnecessário dizer, envolve as ‘microestruturas’ (como a família) tanto quanto as instituições mais abrangentes (as ‘macroestruturas’) da vida política e econômica. Na verdade, como Marx indicou, nada menos do que uma transformação radical de ‘toda a nossa maneira de ser’ pode produzir um adequado sistema de controle social.” (Ibid., p. 1010, grifo do autor).

<sup>356</sup> Ibid., p. 179.

<sup>357</sup> “O sistema estabelecido de mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele também os ilude como relação às motivações como ‘agentes livres’ e também em relação à margem perceptível de suas ações.” (Ibid., p. 187).

<sup>358</sup> “É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação de obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólica.” (Ibid., p. 189).

<sup>359</sup> Ibid., p. 717.

disso, as forças e os recursos naturais têm sido degradados em escala inimaginável à humanidade, tanto do ponto de vista do consumo de recursos naturais, quanto da degradação provocada pelo resultado do consumo produtivo e improdutivo ao capital expressa sob a forma de poluição sob distintas formas físicas (gasosa, sólida e líquida)<sup>360</sup>. Portanto, os componentes concretos do “processo de trabalho” submetidos ao “processo de valorização” são destruídos progressivamente<sup>361</sup>.

Na esteira deste argumento, Mészáros postula uma tendência do sistema do capital que é a *taxa de utilização decrescente*<sup>362</sup>. A característica central desta tendência é, não obstante a diversa gradação de uso da mesma mercadoria/capital entre regiões do sistema (em virtude da lei do desenvolvimento desigual) ou mesmo da gradação de uso entre mercadorias/capitais diversos, a redução progressiva do uso de algumas das dimensões do capital, seja na forma de capital constante (em especial capital fixo), mercadorias ou mesmo da mercadoria força de trabalho.

Com isso, uma das consequências da operação desta lei é a sobrecarga sobre a natureza, tanto sob a forma de consumo de recursos naturais, quanto sob a forma de poluição que o sistema não tem conseguido reverter, impactando com sobrecarga cumulativa à própria natureza. Mas ela também produz como efeito último, “potencialmente explosivo”<sup>363</sup>, o desemprego estrutural. A explicação para este efeito passa pelo raciocínio a seguir.

Segundo Mészáros (2006, p. 670), esta lei atua sobre os componentes do capital, desde o capital constante (“instalações e maquinaria”), até as mercadorias (bens e serviços) e a “mercadoria especial”, a força de trabalho. Sobre o capital constante, ou se quisermos ser mais específicos, sobre o capital fixo, a tendência de utilização decrescente se manifesta “na forma de subutilização crônica, acoplada a uma pressão crescente que, para reagir à própria tendência, artificialmente encurta o ciclo de amortização dos mesmos” (Ibid., p. 671). Esta

<sup>360</sup> A produção teórica de Mészáros, no que tange à relação destrutiva dos homens com a natureza no capitalismo é destacada por Foster e Clark (2011, p. 117) oferecendo elementos para uma análise ecológica: “Portanto, embora o trabalho de Mészáros tenha se preocupado principalmente com questões da reprodução sociometabólica, ainda assim gerou algumas das análises mais dialeticamente penetrantes e prescientes sobre o problema ecológico.”

<sup>361</sup> “As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como ‘mediações’, em última análise destrutiva da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 179).

<sup>362</sup> Também podem ser encontradas outras terminologias para definir o mesmo fenômeno como “índice decrescente de utilização”, “lei tendencial da taxa de utilização decrescente”, “tendência a reduzir a taxa de utilização”.

<sup>363</sup> “Quanto ao terceiro aspecto do nosso problema, que se refere ao uso ou ao não uso da força de trabalho socialmente disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital.” (Ibid., p. 672).

manifestação, que segue o argumento que Marx e Engels<sup>364</sup> já haviam formulado sobre a necessidade do capital de ter que “revolucionar constantemente” os meios de produção para se manter no mercado, é acompanhada da ideologia da “inovação tecnológica” e viabilizada, em grande medida, pela ação do Estado. Para Mészáros (2006, p. 672), o Estado tem um papel tanto de fornecimento de crédito para que o capital realize o revolucionamento constante do capital fixo, bem como, financia, diretamente e em larga medida, projetos de P&D (“pesquisa e desenvolvimento”) “tanto da pesquisa de orientação tecnológica direta como da assim chamada ‘pesquisa básica’”.

Sobre as mercadorias de modo geral (“bens e serviços”), o capital, sob a taxa de utilização decrescente, visa encurtar “deliberadamente sua vida útil” (Ibid., p. 670). Para tal realiza os processos enumerados abaixo<sup>365</sup>:

- 1) A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa;
- 2) a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade;
- 3) a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente);
- 4) o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes);
- 5) o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc (Ibid., p. 670).

Aqui vale uma ressalva que o próprio Mészáros realiza de que o critério de viabilidade de uma mercadoria para o sistema é determinado pelo valor e não o valor-de-uso. Desta forma, não importa que uma mercadoria seja utilizada plenamente em sua capacidade, ou mesmo que seja descartada sem que seja feito qualquer uso ao longo de sua vida útil, desde que tenha realizado seu valor ao ser trocada no mercado, já que “o capital define ‘útil’ e ‘utilidade’” em

---

<sup>364</sup> “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX; ENGELS, 2005, p. 14). Ou de forma mais elaborada, na seguinte passagem de *O Capital* (MARX, 2013, p. 667): “Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa individual, como leis coercitivas externas, as leis iminentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva.”

<sup>365</sup> A enumeração de 1 a 5 foi por nós introduzida para tornar mais didática a citação.

termos de *vendabilidade*: um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio *valor de troca*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 660).

Quanto à força de trabalho, o sistema do capital vive um paradoxo. O sujeito proprietário da sua própria força de trabalho, o trabalhador, é ao mesmo tempo o consumidor<sup>366</sup>. Assim, o sistema demanda “consumidores” para realizar o valor no mercado, simultaneamente, os expulsando do processo de valorização. A taxa de utilização decrescente aqui se manifesta fundamentalmente no desemprego estrutural gerado pela sua vigência tanto em relação ao capital constante, quanto em relação à mercadoria. E, como a força de trabalho também é uma mercadoria para o sistema e, portanto, pode ser descartada, o problema surge quando trabalhadores não podem ser empilhados como carros ou computadores em cemitérios, por isso, o desemprego crônico gerado, como consequência da tendência de utilização decrescente, atua como o efeito mais explosivo do sistema.

Esta tendência do desenvolvimento histórico do capital, opera de modos distintos em conformidade com a fase deste mesmo desenvolvimento. Assim, na fase de ascendência histórica, marcada por uma “destruição produtiva”, esta tendência contribuiu para o deslocamento das contradições do sistema. O mecanismo utilizado foi o da extensão do consumo de determinadas mercadorias, que puderam se tornar acessíveis a um maior círculo de consumo. Assim, bens antes impensáveis de acesso à classe trabalhadora como os bens duráveis (carro, eletrodomésticos etc.) estavam disponíveis, pelo menos a uma parcela dos trabalhadores dos países “centrais”. Sobre este período, Mézáros (Ibid., p. 642, grifo do autor) destaca sobre a tendência de utilização decrescente que

Por um longo período histórico, ela caminha lado a lado com a variação positiva da *proporção* entre bens utilizados e reutilizáveis; e, enquanto o faz, mantém-se *sem problemas* no que se refere à sua futura extensão, mas também muito limitado em seu alcance, ao confinar a maioria dos seus benefícios a uma parte extremamente limitada do todo social (provando assim ser *problemática* por causa de seu caráter necessariamente *limitado*).

Na fase de crise estrutural do capital, esta tendência opera como um propulsor de corrosão da ordem, pois com a “tendência sempre-crescente à perdularidade” a redução do uso tanto do capital produtivo, das mercadorias e da força de trabalho, empurram o sistema

---

<sup>366</sup> “De fato, o estado saudável ou ‘disfuncional’ da economia capitalista é, ao fim e ao cabo, determinado com fundamento nesta identidade estrutural (extremamente incômoda do ponto de vista do capital) entre trabalho e ‘massa consumidora’, o que confere ao trabalho, em ambas as situações, uma posição estratégica objetiva no sistema como um todo, mesmo que as pessoas envolvidas não estejam ainda conscientes das potencialidades emancipadoras inerentes a esta posição.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 673).

crecientemente contra as paredes por si criadas do desemprego crônico (estrutural), ou seja, colocam o sistema diante de um importante limite absoluto para Mészáros<sup>367</sup>.

Outra faceta desta dimensão destrutiva do capital é evidenciada no complexo industrial militar<sup>368</sup>. Conforme apontado por Mészáros, esta modalidade de indústria, que é determinada pela taxa de utilização decrescente, tem uma vitalidade considerável no sistema do capital sendo estratégica e necessária aos Estados nacionais já que implicam a possibilidade de chantagem militar e, se necessário, abertura de novos mercados pela guerra<sup>369</sup>. A dimensão destrutiva aqui é dupla, envolve tanto a destrutividade de recursos naturais que talvez nunca terão seu valor-de-uso realizado, como é o caso das armas atômicas, quanto a realização deste valor-de-uso implica em destruição humana mediante conflitos bélicos.

Esta indústria, que acompanha o capitalismo desde suas origens<sup>370</sup>, começa a ter no sistema um papel distinto das demais modalidades de capital. Ela é vista como uma solução, mesmo que temporariamente, para a superprodução<sup>371</sup> que, de tempos em tempos, assola a produção do capital. Deste modo, com a intervenção direta do Estado, enormes fundos são investidos nessa modalidade peculiar de indústria, inclusive às custas da redução do orçamento de outras áreas como educação, saúde etc., mesmo nos momentos de recessão<sup>372</sup>.

Claro que isto traz um desafio ao próprio Estado, no sentido de ter que buscar legitimidade social a esta prática tão efetiva à manutenção do sistema do capital pelo menos até o início da década de 1970 para Mészáros. O que faz com que o Estado “invente todos os

<sup>367</sup> Retomaremos esta discussão no item 3.2.3, onde abordaremos a ativação dos limites absolutos do capital em Mészáros.

<sup>368</sup> Este é um tema que nitidamente Mészáros visa atualizar ao marxismo a partir dos apontamentos de Rosa Luxemburg. O que Luxemburg (1984, p. 89) viu no seu tempo foi a emergência deste complexo sob patrocínio do Estado para realizar o mais-valor produzido pelo capital: “A isso há que acrescentar outra função importante. Do ponto de vista estritamente econômico o militarismo já se revela um meio de primeira ordem para a realização de mais-valor do capital, ou seja, um bom campo para acumulação.” Mészáros irá postular que esta prática foi generalizada no sistema para além dos períodos de crise, vindo a integrar a sua dinâmica dando vazão à realização do mais-valor, se constituindo por muito tempo numa poderosa ferramenta para deslocar as contradições da produção e evitar as crises capitalistas. “Ainda que os primeiros passos para encontrar uma solução para a superprodução, por meio da produção militarista, tivessem sido dados já antes da Primeira Guerra Mundial, como vimos nas proféticas observações de Rosa Luxemburgo, sua adoção *geral* ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 685).

<sup>369</sup> “A guerra – ou disputa de conflitos por meio do choque de interesses antagônicos – no passado não foi apenas um elemento necessário, mas também uma válvula de segurança do capital, pois ajudou a realinhar a relação de forças e criar as condições sob as quais a dinâmica expansionista do sistema poderia ser renovada por um período determinado, ainda que limitado.” (Ibid., p. 333).

<sup>370</sup> “O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas.” (LUXEMBURG, 1984, p. 89).

<sup>371</sup> Para Mészáros (Ibid., p. 693), a superprodução é a “contradição fundamental do capital desenvolvido”.

<sup>372</sup> “Enquanto os recursos renováveis e não renováveis estiverem à disposição do sistema, eles continuarão a ser generosamente alocados para esses projetos militares sem sentido e convenientemente perdulários. Isto acontece até nas circunstâncias da recessão, quando são feitos cortes drásticos nos serviços sociais, na saúde e na educação. Como regra, nada parece grande o bastante para deter o apetite do complexo militar e industrial.” (Ibid., p. 255).

tipos de subterfúgios” para legitimar o imenso desperdício de recursos financeiros e naturais “num mundo de carências gritantes” (MÉSZÁROS, 2006, p. 136-137). É aí que a “ideologia do ‘interesse’ e da ‘segurança nacional’” tem sua eficácia garantindo ideologicamente a realização objetiva do complexo industrial militar (Ibid., p. 671).

No entanto, esta modalidade de indústria não consegue se realizar e ser vital ao sistema somente por uma justificativa ideológica. O desperdício de recursos inerente à ela é, por ela mesma, camuflada ou “obliterada” sob o eufemismo do “consumo” (Ibid., p. 687). Segundo Mézáros (Ibid., p. 687), esta seria a grande inovação do complexo militar para o conjunto do sistema já que “oferece uma solução radical para uma contradição inerente ao valor que se autodefine como tal em todas as suas formas, apesar de só se tornar aguda nas condições do capitalismo contemporâneo”.

Outra inovação do complexo militar é a “fusão mística” entre produtor/comprador/consumidor sob a insígnia da “Nação”, já que

“somente a ‘Nação’ poderia assegurar a satisfação da dupla exigência de proporcionar um cofre inexaurível que tornasse possível a auto-reprodução ampliada do capital e um poço sem fundo capaz de tragar todo o desperdício resultante” (Ibid., p. 691).

Mas as peculiaridades deste empreendimento industrial não se restringem à dimensão qualitativa. Segundo Mézáros (Ibid., p. 690), o complexo militar opera um “salto quantitativo” para o sistema “no sentido de que o alcance e o tamanho absoluto de suas operações rentáveis se tornam incomparavelmente maiores do que poderia ser concebido nos estágios anteriores dos desdobramentos capitalistas”. Ou seja, a acumulação do capital pôde ser estendida além dos limites<sup>373</sup> que outras modalidades de capital atingem, garantindo ao sistema uma válvula de escape temporário para os “problemas de superprodução”.

Este complexo militar não aparece de maneira uniforme no sistema. Pela lei do desenvolvimento desigual há países que terão seu complexo militar mais ou menos desenvolvido<sup>374</sup>. Mas mesmo os que apresentam um complexo militar menos desenvolvido estão ligados economicamente a países, como os Estados Unidos, que tem um complexo militar muito desenvolvido.

---

<sup>373</sup> Os capitais costumam esbarrar de modo geral na incapacidade de metamorfose no mercado pela dissociação entre diferentes dimensões do capital (produção, controle, circulação e consumo), e de forma específica no problema de encontrar no mercado consumo para seus produtos, que no caso do complexo militar não é sentido da mesma forma que pelos demais tipos de capitais, já que, em nome da segurança nacional, as mercadorias desta indústria tem a realização de seu valor assegurada pelo Estado.

<sup>374</sup> Mézáros, 2006, p. 686.

Mészáros também explica sobremaneira o desenvolvimento do complexo militar industrial ao longo século XX, em especial nos anos do pós-guerra (MÉSZÁROS, 2006, p. 687). O primeiro aspecto foi que, apesar das restrições impostas ao Japão e à Alemanha, sobretudo no que tange à tecnologia nuclear, estes países puderam constituir seu próprio complexo militar industrial. Em segundo lugar, ambos países, pelo envolvimento internacional em torno do complexo militar, puderam desenvolver seus “milagres econômicos” graças à “alimentação” bélica à Guerra da Coreia. Em terceiro lugar, Mészáros destaca os orçamentos astronômicos para o complexo militar dos EUA, que pôde ser financiado graças à interdependência deste país com os demais países do globo, em especial, os países centrais. Em quarto lugar, outro importante fator de propulsão do complexo militar, pela lógica inerente ao capital de reprodução ampliada, foi o estabelecimento e disseminação de ditaduras militares no “Terceiro Mundo” como consumidores deste tipo de indústria.

Além disso, do ponto de vista militar, há dois pressupostos fundamentais para o sistema. O primeiro é que apesar do capital adquirir cada vez mais uma dinâmica global, há uma impossibilidade objetiva de realização de um Estado também global<sup>375</sup>. Isto é, esta contradição entre capital global e Estado nacional é insuperável nos limites da ordem do capital. E em decorrência deste arranjo entre capital e Estado, a possibilidade de manutenção do segundo pressuposto, que é a saída bélica entre Estados nacionais para as dificuldades de realização dos capitais nacionais, se mantém como traço estrutural do sistema do capital marcado pelo imperialismo.

O grande risco contemporâneo apontado por Mészáros em realizar este pressuposto histórico do sistema do capital, é que esta operação criou uma importante válvula para ser acionada novamente, as armas atômicas. Um conflito entre potências imperialistas hodiernamente traria consigo catastróficas consequências mundialmente falando pela possibilidade do acionamento da válvula nuclear.

Aqui Mészáros traz uma reflexão sobre um processo que corre silencioso e que pode ser o estopim para conflitos entre nações imperialistas no futuro: a dívida dos EUA<sup>376</sup>. Esta envolve tanto a dívida pública quanto das empresas e das famílias nos EUA. A dívida pública dos EUA tem credores em países centrais como o Japão e países europeus. Neste cenário, um

---

<sup>375</sup> “Por um lado, o irrefreável impulso para articular e consolidar suas estruturas de reprodução material na forma de um sistema global plenamente integrado e, por outro, sua incapacidade de satisfazer a tendência à integração econômica por meio de um Estado global integrado de maneira correspondente (o ‘governo mundial’) ilustram muito claramente o fato de que o sistema tentou ir além de suas possibilidades, bem como a insustentabilidade dessa situação.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 249).

<sup>376</sup> Id., 2011, p. 38-40.

calote dos EUA, principal potência imperialista, poderia ter enormes impactos mundiais tanto econômicos quanto políticos. Simultaneamente a esta discussão, e na base dela, a dinâmica atual do capital fictício enquanto dominante à realização do valor também é fonte de preocupação à Mészáros (2011, p. 21), afinal, hoje, esta modalidade de capital inflou de forma tão absurda que seriam necessários outros dois planetas Terra a produzir a riqueza real como o nosso tem produzido atualmente.

### 3.2 A crise estrutural do capital ou fase de desintegração histórica do sistema do capital

#### 3.2.1 A crise estrutural do capital

Apresentadas algumas das principais teses de *Para além do capital*, procederemos agora a uma exposição sobre a noção de crise estrutural do capital. Convém realizar inicialmente uma ressalva de ordem terminológica. No pensamento de Mészáros, a *crise estrutural do capital* é uma noção que tem sido gestada e desenvolvida desde os anos de 1970 quando dos seus primeiros escritos sobre o atual estágio do evoluir capitalista. Inicialmente, no texto dos anos de 1970<sup>377</sup> aparecem termos como *crise estrutural do capitalismo*, *crise estrutural da sociedade*, para depois, a partir do forjamento de conceitos como *sistema do capital* ou *sistema de sociometabolismo do capital*, se elevar o raio de amplitude da crise no sentido de ter contornos mais abrangentes. Deste modo, nos textos subsequentes, como os das décadas posteriores a de 1970<sup>378</sup>, aparecem diversas terminologias como *crise estrutural do sistema do capital*, *crise estrutural do sistema*, *crise estrutural do capital*, *crise global*, *crise estrutural global*, para tratar do mesmo fenômeno.

A *crise estrutural do capital*, para Mészáros, é a forma de desenvolvimento do sistema do capital a partir do final da década de 1960, pode ser entendida, portanto, como a forma de ser da totalidade social sob a égide do capital na contemporaneidade.

Sobre o caráter estrutural da forma de ser do sistema do capital enquanto crise em curso, Mészáros (2006, p. 797) destaca que:

em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não

<sup>377</sup> Cf. especialmente “A necessidade do controle social” redigido em 1971.

<sup>378</sup> Cf. “A crise em desdobramento e a relevância de Marx” de 2008, “A crise atual” redigido em 1987, entre outros.

importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global.

A caracterização mais detalhada do fenômeno pode ser evidenciada na passagem a seguir:

- (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2006, p. 796, grifo do autor).

Desta maneira, para Mézáros (Ibid., p. 797) “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo”. Além disso, destaca que

“Como mencionado antes, a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada de especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.” (Ibid., p. 795, grifo do autor).

Sobre o aspecto “econômico” da crise estrutural, Mézáros mantém o pressuposto marxiano da imanência da crise ao desenvolvimento do capital, tendo em seu “modo natural de existência” a crise como momento constitutivo, como forma de “progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”.

Como sabemos, em Marx, a dinâmica capitalista se desdobra mais do que de modo cíclico, mas sim espiral. A questão é que este modo necessário de realização do capital - “espiral”-, para Mézáros, não só acumula contradições que se repõem de modo sistemático e cada vez mais complexo – como crise “cumulativa”-, mas opera dentro de marcos de uma totalidade cuja “maquinaria” para administrar a crise encontra-se com perca progressiva de eficácia, circunscrita aos limites de uma produção que não encontra mais regiões do planeta para dar vazão ao seu mecanismo expansivo<sup>379</sup>. Mas entende que a manifestação da crise em

<sup>379</sup> Não temos muito acordo com o entendimento de Sampaio Jr. (2011, p. 199) de que a “origem do problema encontra-se no fato de que a tendência decrescente da taxa de lucro, resultado da própria expansão das forças produtivas, acirra de maneira irreconciliável as contradições entre o capital e o trabalho.”. Entendemos que, na

curso a pressupõe e supera, sendo a primeira insuficiente para explicar o atual estágio de desenvolvimento do sistema do capital. Isso não quer dizer que a dinâmica “espiral” não vigore, mas se realize subordinada a uma dinâmica global de crise estrutural. Ou seja, ela existe subordinada a um fenômeno de maior duração no tempo, indo para além da dimensão conjuntural, e de maior abrangência espacial, tendo contornos globais, e, portanto, não podendo ser sanável com operações do Estado como a nacionalização da falência capitalista. Aqui, o que é importante ter em conta é que, para Mészáros, o atual estágio do sistema do capital tem sobreposto à dinâmica cíclica das crises a ativação dos limites absolutos do capital<sup>380</sup>. Ainda sobre este debate, Mészáros (2011, p. 41) rejeita o uso da teoria das ondas longas, já que, esta teoria é “uma ideia que, como hipótese explicativa um tanto misteriosa, foi injetada de forma apologética em debates mais recentes”.

No entanto, a crise estrutural do capital não se restringe à dimensão econômica da vida social. O seu caráter estrutural diz respeito a um duplo aspecto, tanto à estrutura geral da vida social ao sistema do capital atingindo todas as suas dimensões e/ou instituições, quanto a um “desgaste” progressivo da estrutura de cada uma dessas dimensões e/ou instituições particularmente e em seu conjunto<sup>381</sup>. E os mecanismos de remediação dos distúrbios do sistema já não são capazes de produzir o mesmo efeito, estando em “completo fracasso”:

A frequência sempre crescente com que os ‘distúrbios e disfunções temporárias’ aparecem em todas as esferas de nossa existência social e o completo fracasso das medidas e instrumentos manipulatórios concebidos para enfrentá-los são uma clara evidência de que a crise estrutural do modo capitalista de controle social assumiu proporções generalizadas. (Id., 2006, p. 1007-1008).

### **3.2.2 A crise estrutural do capital, uma hipótese de sentido para a categoria e o colapso do sistema do capital**

---

obra de Mészáros, um dos eventos centrais que marcam o ingresso do capital em sua fase de crise estrutural é a extensão e chegada do capital a todos os cantos do planeta, portanto, esse seria o evento “divisor de águas” da era do capital, o “ponto de virada” da fase de ascendência história para a de crise estrutural: “O bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema” (MÉSZÁROS, 2006, p. 259). Quanto a uma eventual “origem do problema” não tratamos a questão no mesmo nível de abstração proposta por Sampaio Jr., ao contrário, teríamos que elevar a abstração a um ponto que nos permita chegar mais próximo à essência do capital, então, certamente, levando em conta o pensamento de Mészáros, teríamos que identificar a “origem” de qualquer de seus desdobramentos em sua dinâmica autocontraditória mais fundamental, daí que, teríamos que pensar o fundamento constitutivo do capital que é marcado por “fraturas” entre a produção, o controle, a circulação e o consumo.

<sup>380</sup> Este tema será abordado no item 3.2.3.

<sup>381</sup> Mészáros (2011, p. 65) postula que vivemos uma crise da totalidade social, isto é, que ultrapassa a dimensão econômica e política: “a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade.”

A categoria *colapso* (ou no plural, *colapsos*) aparece 85 vezes na obra *Para além do capital*. Aparece no título da seção 17.3 – *O fracasso da desestalinização e o colapso do “socialismo realmente existente”* citado duas vezes na obra, no sumário e a na página inaugural da referida seção (página 747). As demais 83 vezes que aparece na obra encontra-se distribuída em 78 passagens, sendo que nas passagens das páginas 799, 1005 e 1057 o termo aparece duas vezes, e na página 996, aparece três vezes. Nas demais passagens, o termo aparece uma única vez.

Agrupamos as passagens em que a categoria *colapso* encontra-se situada, formando dois grupos, cada qual com duas divisões<sup>382</sup>. No primeiro grupo situam-se as passagens relacionadas a aspectos *parciais* da totalidade social. Nele estão inseridos dois debates, o do colapso soviético (que totaliza 14 passagens e 14 aparições da categoria) e o colapso de variados aspectos da totalidade social tanto na percepção de Mészáros, quanto de citações de textos de outros autores por ele realizadas (total de 28 passagens e 28 aparições da categoria)<sup>383</sup>.

O segundo grupo condensa as passagens em que a categoria colapso encontra-se relacionada à *totalidade social*. Neste grupo de passagens, encontram-se citações de Marx realizadas por Mészáros sobre a temática do colapso, bem como relacionadas à possibilidade de colapso na época de Marx (total de 12 passagens e 12 aparições da categoria). E, finalmente, junto a este subgrupo situa-se o conjunto de passagens que reputamos mais relevantes para a compreensão da categoria crise estrutural do capital em *Para além do capital* (total de 24 passagens e 29 aparições da categoria). São passagens que se relacionam em maior ou menor medida ao colapso do sistema do capital. É sobre este subconjunto de passagens que procuraremos nos ater a partir de agora.

---

<sup>382</sup> Para facilitar a organização desta exposição e para que o leitor possa conferir com mais precisão as passagens estudadas neste estudo, chamaremos o primeiro grupo de *grupo 1* com subgrupos A e B, e o segundo grupo de *grupo 2* também com subgrupos A e B. As passagens do grupo 1 – subgrupo A encontram-se nas páginas 21, 47, 49, 512\*, 513, 523, 727, 734, 735, 736, 848, 959 e 963. As passagens do grupo 1 – subgrupo B estão nas páginas 336, 342, 343, 390, 434\*, 491, 520, 613, 682, 778, 796, 807, 897, 909, 984, 986, 995, 1004, 1006, 1069, 1070\*, 1071, 1075, 1076, 1090 e 1091. As passagens do grupo 2 – subgrupo 1 situam-se nas páginas 524, 527, 532\*, 533, 535, 586, 589, 592, 695, 1043 e 1057. E, finalmente, as passagens do grupo 2 – subgrupo 2 encontram-se nas páginas 260, 318, 320, 519, 545, 667, 668, 697, 699, 733, 778, 796, 799, 843, 935, 943, 996, 1003, 1005, 1010, 1057\*, 1085 e 1089.

\* As páginas marcadas apresentam duas passagens.

<sup>383</sup> Entre os aspectos parciais da totalidade abordados por Mészáros neste conjunto de passagens encontra-se, por exemplo, os colapsos dos partidos socialistas, stalinistas e socialdemocratas; colapso de instrumentos de mistificação; das “estratégias de desenvolvimento”; da Revolução Cultural Chinesa etc.

Para não ficar maçante ou repetitivo para o leitor não listaremos aqui todas as 24 passagens, mas as que entendemos ser as mais elucidativas para a compreensão da interface crise estrutural do capital e colapso, quando necessário também as abordaremos de forma indireta. Antes disso apenas apresentaremos alguns significados possíveis para a categoria colapso.

No Dicionário Aurélio da língua portuguesa (COLAPSO, 2010, p. 52, grifo do autor) constam os seguintes significados:

**colapso** [Do lat. *collapsu.*] *S. m.* **1. Med.** Falência de função, de força, ou de estado geral; esgotamento. **2. Fig.** Estado ou processo de queda, decadência, desagregação. **3. Patol.** Estado anormal em que as paredes de um órgão, normalmente afastadas, entram em contato. **4.** Alteração brusca e danosa; situação anormal e grave; crise: *colapso financeiro*. **5. Bot.** Perda de turgescência nos tecidos vegetais, que se apresentam mais ou menos murchos. ♦ **Colapso circulatório.** Estado de choque por insuficiência circulatória. **Colapso pulmonar.** Estado do pulmão que, parcial ou totalmente, não tem conteúdo aéreo.

Já no Dicionário Houaiss da língua portuguesa (COLAPSO, 2009, p. 491, grifo do autor) são apresentados os seguinte significados:

**colapso** s. m. (1840) **1 PAT** estado semelhante ao choque, caracterizado por prostração extrema, grande perda de líquido acompanhado ger. de insuficiência cardíaca **2 MED** achatamento conjunto de paredes de uma estrutura **3 fig** diminuição súbita de eficiência, de poder <c. econômico> **4 fig** derrocada, desmoronamento, ruína <o c. do sistema escravagista> **5 BOT** perda de turgescência do tecido vegetal ♦ **c. circulatório** PAT falha na circulação, quer cardíaca, quer periférica • **c. pulmonar** PAT o que se caracteriza pela impossibilidade de expansão dos alvéolos pulmonares devido a obstrução brônquica, derrame pleural, pneumotórax etc. • ETIM fr. *colapse* • HOM *colapso* (fl.colapsar)

Apresentadas as possíveis significações para o termo, é importante ressaltar que, para Mészáros, a realização do capital na história tem dois momentos articulados, o primeiro considerado a *fase de ascendência histórica do sistema* e o segundo - em decorrência do desdobramento das contradições do primeiro - de crise estrutural do capital ou “*fase histórica de desintegração*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 1003).

Para Mészáros, a realização histórica do capital é marcada por contradições que, ao mesmo tempo, que impulsionam o desenvolvimento do sistema, o conduzem à sua própria *desintegração*. Aqui fica claro o uso da noção de *necessidade absoluta*. Assim, tendencialmente o sistema do capital caminha “espiralmente” para baixo, sendo paulatinamente tragado para o *buraco negro* por si cavado, com sério risco de levar a humanidade junto (para não dizer que, no limite, levará a humanidade junto). Esta tendência do sistema rumo ao colapso seria o *momento dialético predominante* desta unidade em que o próprio sistema demanda contraditoriamente uma saída positiva para seu impulso de

incontrolabilidade, de destrutividade e da sua máxima ampliação como sistema, “pois sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e *controle consciente*, com os quais a produção do capital é incompatível” (MÉSZÁROS, 2006, p. 1010, grifo do autor).

Falando em saída positiva para a autorrealização do capital, em seu estágio de desintegração histórica, o colapso do sistema que pode se dar negativamente, como “processo de queda, decadência objetiva ou desagregação”<sup>384</sup> - em virtude do esgotamento paulatino do estoque de contratendências -, também pode ocorrer positivamente, ou seja, a partir de uma sociedade socialista, afinal “o modo de reprodução do capital, pois, entraria rapidamente em colapso se fosse compelido a operar dentro de limites firmemente circunscritos, ao invés de constantemente ampliáveis” (Ibid., p. 935).

É possível perceber que a lógica interna do argumento de Mézáros pressupõe dois elementos que se reforçam e se produzem mutuamente, numa espiral para baixo: o esgotamento paulatino das contramedidas de realização da tendência histórica de desintegração e o próprio processo de desintegração objetiva do sistema em atender às expectativas por ele criadas, “contudo, muito embora o estoque de contramedidas manipuladoras esteja longe de ter se exaurido, nenhuma dessas medidas é capaz de suprimir a própria tendência a longo prazo” (Ibid., p. 1005). Sobre este último fato, o esgotamento objetivo do sistema do capital em dar respostas às expectativas por ele mesmo criadas, parece-nos que Mézáros (Ibid., p. 1057, grifo do autor) se ancora no postulado marxiano de *aparência e essência*<sup>385</sup>, em que:

em virtude das implicações ideais destas relações – que transformam o sistema capitalista em um anacronismo histórico, mas de modo algum um anacronismo imediatamente visível e materialmente sentido –, o modo de produção baseado no valor de troca *realmente* entra em colapso.

Do ponto de vista da política, Mézáros busca o tempo todo, com esta formulação de crise estrutural do capital ou, de forma mais aberta, *processo de desintegração do sistema do*

---

<sup>384</sup> Este é o significado que, como hipótese, entendemos ser o mais adequado para caracterizar a categoria crise estrutural do capital de Mézáros. O termo colapso por vezes é utilizado por Mézáros para se referir às crises capitalistas *do passado*, ou seja, prévias à fase de desintegração do sistema, o sentido mais adequado as estes eventos parece-nos, também como hipótese, ser o de *quebra de capitais como esgotamento de ciclo de acumulação, gerador de novo ciclo de acumulação*. Entretanto, estas não faziam parte de um processo de maior abrangência no tempo e no espaço, que abarque a totalidade social, tendo caráter parcial quanto a todos estes quesitos. Então o sentido da crise estrutural do capital ganha contornos bem distintos das *crises do passado* para Mézáros.

<sup>385</sup> Cf., deste trabalho, a seção 2.1 – A perspectiva teórico-metodológica marxiana.

*capital*, apontando para a *inevitabilidade*<sup>386</sup> do colapso<sup>387</sup> com possibilidade real de autodestruição humana<sup>388</sup>, chamar a atenção para a necessidade urgente de constituição de um movimento socialista com caráter extraparlamentar<sup>389</sup> que passa da *defensiva* à *ofensiva*<sup>390</sup>.

<sup>386</sup> Nos termos do autor: “À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. Não obstante, precisamos encarar a perspectiva de complicações muito sérias, quando o calote dos EUA reverberar na economia global com toda sua força num futuro não muito distante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 1089, grifo do autor).

<sup>387</sup> Outros estudos também identificaram a presença de uma perspectiva do colapso na obra de Mézszáros. A abordagem de Carcanholo (2011, p. 73), em seu estudo sobre a crise atual do capitalismo, define a concepção de crise estrutural como: “O termo crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente à sua própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica é completamente estranha a Marx, que entendia as leis do capitalismo em um sentido dialético.”, mas não desenvolve o argumento sobre os motivos que o levaram a identificar a concepção de crise estrutural como determinística, fatalista, teleológica etc.. Por sua vez o estudo de Coelho (2005, p. 391-392) enfatiza a possibilidade de se analisar o capitalismo desvinculado de qualquer teoria do colapso: “Em que pesem a seriedade e a consistência dos argumentos que Mézszáros mobiliza em defesa de suas teses, sua concepção de crise da ordem do capital contém algumas dificuldades. O estudo da mais recente crise geral do capitalismo não precisa ser necessariamente atrelado a qualquer tipo de teoria do colapso. (...) Assim como todas as crises capitalistas, também esta expressou, de modo particularmente agudo, as contradições constitutivas e insuperáveis deste modo de produção e é possível perceber isso sem qualquer referência à ativação dos ‘limites absolutos do capital’.”.

<sup>388</sup> A categoria *autodestruição* aparece 8 vezes na obra *Para além do capital* (conferir páginas 100, 180, 551, 724, 856, 899 e 999). Parece-nos que o uso dado por Mézszáros a esta categoria, plenamente articulada com sua teoria, está associado inicialmente à possibilidade de um confronto bélico entre Estados nacionais. Ainda sobre este tema, apesar de passagens que, lidas fora do contexto da totalidade da obra, podem induzir o leitor ao entendimento de autodestruição como mais uma *possibilidade* histórica, a *autodestruição* encontra-se presente como o final da esteira da tendência inevitável do sistema rumo ao colapso. Isso sem contar as inúmeras passagens em que Mézszáros destaca que o que está em jogo num cenário de crise estrutural do capital é a sobrevivência da humanidade.

<sup>389</sup> “A segunda condição agravante é ainda mais séria, já que coloca em questão a própria sobrevivência da humanidade. A despeito da piora das condições socioeconômicas e até da eliminação da margem para ajustamentos menores a favor do trabalho – com o ativo envolvimento de medidas autoritárias legislativas e a cumplicidade de seu próprio partido –, o capital é incapaz de resolver suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições da sua dinâmica expansionista. Ao contrário, para permanecer no controle do sociometabolismo, ele é compelido a invadir territórios que não pode controlar nem utilizar para os fins da acumulação sustentável de capital. Além disso, para permanecer no comando da reprodução social, por maior que seja o custo para a humanidade, o capital deve minar até mesmo suas próprias instituições políticas, que no passado funcionaram como um corretivo parcial e como uma espécie de válvula de segurança. Nesse passado, ainda estava mais ou menos aberta a via do deslocamento expansionista das crescentes contradições do capital que se acumulavam. Hoje, pelo contrário, as opções do sistema do capital se estreitaram em todo o mundo, inclusive na esfera da política e da ação parlamentar corretiva. Essa redução das opções de recuperação da expansão traz consigo o imperativo de dominar diretamente também a política por um cruel “consenso político” entre o capital secular e o “novo trabalhismo”, num complemento apropriado às tendências autoritárias da “nova ordem mundial” que não se restringe apenas ao Partido Trabalhista Inglês. A consumação desse consenso cruel – longe de ser o último triunfo do capital, como afirmam as fantasias absurdas sobre o ‘fim da história conflitual’ – antes prenuncia o perigo de um colapso maior, que afetaria não apenas um número limitado de elementos centrífugos do capital, não apenas um setor-chave como a finança internacional, mas o sistema global do capital em sua totalidade. **Precisamente por causa desse perigo adquire relevância e urgência a necessidade contrapor à força destrutiva extraparlamentar do capital a correta ação extraparlamentar de um movimento socialista radicalmente rearticulado.**” (MÉSZÁROS, 2006, p. 843, grifo nosso).

<sup>390</sup> “A atual ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura *defensiva*, numa época em que, tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas.” (Ibid., p. 787, grifo do autor).

Esta ofensividade do movimento socialista seria, inclusive, determinada pelo contexto de crise estrutural do capital, no sentido de sua viabilidade objetiva<sup>391</sup>, em outros casos a “determinação” soa “determinismo”<sup>392</sup>.

As mediações ao colapso, num menor nível de abstração, são tanto a destruição das condições de reprodução do sistema, ou seja, das condições naturais para a realização de trabalho, quanto a produção do complexo industrial-militar como segue abaixo.

### **3.2.3 A ativação dos limites absolutos do capital: a impossibilidade do deslocamento das contradições do capital e um quarteto de limites entrelaçados que empurram o capital “ladeira à baixo”**

Este talvez seja o debate que ancora a possibilidade de realização da crise estrutural do capital. Em primeiro lugar é fundamental destacar que para Mészáros, o capital tem uma *fase de ascendência histórica* marcada pela sua expansão territorial em direção a todas as localidades possíveis do globo, e que este processo se realiza pelo deslocamento no espaço das contradições fundamentais<sup>393</sup> do sistema do capital. Esta fase “dinâmica” do desenvolvimento do capital é marcada por um imenso desenvolvimento das forças produtivas garantindo ao capital um determinado *poder ou capacidade “civilizatória”*, ao mesmo tempo, que privou significativa parcela da humanidade do acesso à vultuosa riqueza produzida. O mecanismo principal para este desenvolvimento é descrito por Mészáros nos seguintes termos:

O capital necessitava de novos caminhos para a continuidade de sua sobrevivência e seu poder, e encontrou duas principais válvulas de escape para enfrentar a ameaça de atingir seus próprios limites estruturais. A primeira foi a *intensificação* incansável do seu domínio *interno*; a segunda, a expansão e a multiplicação do seu poder em escala *global*. No segundo aspecto, isso significou mover-se de sua forma um tanto subdesenvolvida do Segundo Império – e suas formações paralelas em todos os

<sup>391</sup> “Por isso a atualidade histórica da ofensiva socialista tem imenso significado. Pois, sob as novas condições da crise estrutural do capital, torna-se possível ganhar muito mais do que algumas grandes (mas, no final das contas terrivelmente isoladas) *batalhas*, como as revoluções russa, chinesa e cubana. Ao mesmo tempo, não existe meio de minimizar o caráter doloroso do processo envolvido, que requer importantes ajustes estratégicos e correspondentes mudanças institucionais e organizacionais radicais em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 795, grifo do autor).

<sup>392</sup> “Sob essas condições alteradas, caso elas se prolonguem (como deve ocorrer devido à crise estrutural do sistema), **o antagonista do capital é compelido a contemplar a viabilidade de uma ofensiva estratégica que vise à transformação radical da ordem sociometabólica estabelecida. Será compelido a fazê-lo mais cedo do mais tarde**, mesmo que o processo de reavaliação estratégica do movimento socialista seja muito difícil, pois deverá considerar (e aprender com) as experiências frustradas e as expectativas negadas; ainda que, esperamos, também da progressiva melhora da estrutura organizacional adequada e das medidas táticas pelas quais os objetivos estratégicos adotados podem ser alcançados.” (Ibid., p. 845, grifo nosso).

<sup>393</sup> Para Mészáros (Ibid., p. 105), a partir de sua leitura dos *Grundrisse* de Marx, existem três contradições fundamentais ou “fraturas” que têm vigência sob o sistema do capital: 1. produção e controle; 2. produção e circulação; 3. produção e consumo.

outros lugares – para *um sistema de imperialismos* (que de modo algum representava os limites últimos de sua articulação internacional). E, com relação ao seu desenvolvimento interno, a nova fase trouxe com ela o que pode ser chamada uma “*colonização interna*” de seu próprio mundo “metropolitano”, por meio da extensão e da intensificação da “dupla exploração” dos trabalhadores: como produtores e como consumidores. Em contraste com o seu modo de funcionamento nas colônias e nos territórios neocoloniais “independentes”, nas áreas “metropolitanas” o crescimento do consumo – a serviço da autorreprodução ampliada do capital – adquiriu um significado cada vez maior. Desse modo, no plano interno, a nova fase foi marcada por uma transição radical de um *consumo limitado* para um “*consumo*” maciçamente ampliado e “*administrado*”, com implicações de largo alcance e consequências dolorosamente reais para o desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2006, p. 538, grifo do autor).

Os problemas à ordem do capital emergem quando este não pode mais realizar esta modalidade de deslocamento que possibilitou sua realização no período de ascendência histórica<sup>394</sup>. Ou seja, a partir do momento em que o capital não tem mais fronteiras geográficas para dar vazão a seu mecanismo reprodutivo ampliado ele adentra num novo período em que quatro conjuntos de questões sociais<sup>395</sup> ou limites absolutos afetam a totalidade do sistema, nos dizeres de Mézáros (Ibid., p. 259): “O bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’

---

<sup>394</sup> Registramos aqui uma observação, em *Para além do capital*, existem dois capítulos (cap. 5 e cap. 24), escritos em distintos momentos da trajetória intelectual de Mézáros (o capítulo 5 – *A ativação dos limites absolutos do capital* foi redigido por volta de 1995, quando da publicação original da obra; e o capítulo 24 – *Política radical e transição para o socialismo* foi redigido por volta de 1983) que *fundamentam e sinalizam* a passagem do sistema do capital para a fase de sua desintegração histórica, e, cada uma enfatiza um conjunto diferente de fatores. Conferir respectivamente as passagens a seguir, pela ordem de capítulos que aparecem no texto:

1. *fundamentação* – “Antigamente (na verdade, não muito tempo atrás), todos os quatro conjuntos de determinantes foram constituintes positivos da expansão dinâmica e do avanço histórico do capital (...). Ao contrário, o problema ameaçador para um futuro não muito distante não é simplesmente o fato de que os tipos dinâmicos de relacionamento expansionista manifestos no passado, sob os quatro conjuntos de determinação aqui tratados, já não podem mais continuar sendo positivamente sustentados. É algo bem pior. Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, a ameaça da incontornabilidade lança uma sombra muito longa sobre os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2006, p. 226, grifo do autor); e

2. *sinalização* – “Mas, ainda que não se possa localizar o começo da nova fase histórica da necessária ofensiva socialista em torno de alguma data ou eventos precisos, podemos, no entanto, identificar três grandes confrontações sociais que assinalaram dramaticamente a erupção da crise estrutural do capital em torno dos fins da década de 1960: 1. a Guerra do Vietnã e o colapso da forma mais abertamente agressiva do intervencionismo norte-americano; 2. Maio de 1968, na França (e, aqui e ali, mais ou menos ao mesmo tempo, em situações sociais similares), demonstrando clamorosamente no coração do capitalismo ‘avançado’ a doença da sociedade, a fragilidade, o vazio de suas ruidosamente anunciadas realizações e a impressionante alienação de um vasto número de pessoas do ‘sistema’, denunciada com palavras de amargo desprezo; 3. a repressão às tentativas de reforma na Tcheco-Eslováquia e na Polônia, sublinhando o crescimento das contradições nas sociedades do ‘socialismo real’, como parte integrante da crise estrutural geral” (Ibid., p. 1069).

<sup>395</sup> Os quatro conjuntos de questões são: 1) contradição entre Estados nacionais e capital transnacional; 2) eliminação das condições de reprodução sociometabólica; 3) emancipação feminina e 4) desemprego crônico.

suas contradições ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema”. Em decorrência disso, o sistema teria entrado num período tendo como *causa e característica estrutural* a baixa eficiência e insuficiência da extração do trabalho excedente:

Somente quando os *limites absolutos* das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana da *baixa eficiência* e da assustadora *insuficiência* da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2006, p. 103, grifo do autor).

Estes quatro conjuntos de determinações atuam não mais como atuaram na fase de ascendência histórica empurrando o capital numa espiral “para cima”, mas pelo contrário, ao constituir um “impedimento atuante” à acumulação lançam o capital “ladeira à baixo” rumo a seu próprio precipício, agravando tendencialmente a crise estrutural como depressão contínua da totalidade social.

Aqui vale uma rápida exposição do entendimento de Mézáros quanto aos limites absolutos. Em primeiro lugar apresentamos a distinção do que Mézáros compreende por *limites relativos e limites absolutos*:

Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. Em contraste, a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2006, p. 175).

Os “limites absolutos” do capital são ativados pelo esgotamento da fase de ascendência histórica do capital, isto é, o sistema pelo seu movimento autocontraditório desenvolve todas as potencialidades subjacentes à sua natureza pela ampliação de sua escala de operação. Assim, este se vê defrontado com contradições que primeiro o impulsionaram, para, em seguida, o constranger ao próprio “definhamento” progressivo. Deste modo, as contradições produzidas ao longo da fase de ascendência histórica tem que ficar aprisionadas a um sistema plenamente desenvolvido quanto às suas potencialidades. O sistema não consegue eliminá-las como toxinas produzidas pelo próprio organismo e, que, por não serem eliminadas, vão o “corroendo de dentro para fora”.

Estes limites produzidos pelo próprio sistema se voltam contra ele demandando solução. Assim, por não poderem ser solúveis no interior da ordem, eles se voltam de modo

contraditório ao estabelecimento progressivo do colapso do sistema, seja pela corrosão interna, seja por explicitar os problemas do sistema em viabilizar a vida social, demandando solução radical rumo à constituição de uma sociedade fundada em outra base produtiva livre das contradições fundamentais do capital.

O primeiro conjunto de questões ou limites absolutos abordados por Mészáros diz respeito ao arranjo assumido entre Estado e o capital. Para ele, o sistema do capital é incapaz de criar um Estado mundial. Isso decorre do fato de que o capital se estrutura a partir da separação dos meios de produção dos produtores a partir da propriedade privada desses meios. Esta propriedade privada coloca uma contradição na produção do capital, no trabalho social, que se constitui a partir da unidade de trabalhos privados que são opostos entre si, oposição de cada um frente a todos os demais.

Deste modo, o capital não consegue ser uno, mas uma totalidade formada por vários capitais, o que impossibilita não só a separação das funções de controle ao Estado, como determina a constituição do Estado de modo similar ao capital, como unidade de múltiplas de formações particulares. Ou como o próprio Mészáros (2006, p. 244) define: “o Estado do sistema do capital é articulado como uma série de Estados nacionais opostos entre si (e, naturalmente, à força de trabalho nacional sob seu controle ‘constitucional’) como ‘Estados soberanos’ particulares”. O que em si é um arranjo negativo pelas possibilidades subjacentes de conflitos interestatais. Ou ainda, como Mészáros (Ibid., p. 248) destaca em outro trecho de forma crítica tanto a Kant como a Hegel, este arranjo negativo entre estes dois entes não tende à universalidade,

Pois a negatividade inerente até aos maiores monopólios – que lutam contra outros monopólios e contra o trabalho, tanto no próprio país como no exterior – não tem capacidade de se transformar numa positividade abrangente e conciliadora feliz. Nem a defesa e a imposição políticas dos interesses de expansão transnacional do capital – Estado nacional – tem condições de se transformar numa força positiva universal. É por isso que a criação de um “Governo Mundial” deve continuar sendo um sonho irrealizável hoje e no futuro, como o era há duzentos anos.

Ademais, devido ao caráter expansionista do capital, num cenário imperialista, este estendeu suas ações para várias regiões do globo, atuando em sua máxima forma possível, *transnacional*. Esta contradição entre Estado nacional e capital transnacional traz consigo uma gama de outras profundas contradições:

(1) monopólio e competição, (2) a crescente socialização da produção e a discriminadora apropriação de seus produtos, e (3) a divisão internacional cada vez maior do trabalho e o impulso das maiores potências nacionais pela dominância hegemônica do sistema global (Ibid., 238).

Segundo Mészáros, o “tensionamento” que advém destas contradições como limites estruturais do sistema começam lançar a sombra da incontabilidade total do sistema do capital<sup>396</sup>.

A segunda ordem de problemas está relacionada à eliminação das condições de reprodução sociometabólica<sup>397</sup>. O que está fundamentalmente em jogo aqui é a forma de se relacionar que o homem estabelece com a natureza com vistas à produção material de sua vida. Com uma produção baseada na *tendência à utilização decrescente*, o consumo de recursos naturais se torna intenso e é marcado por um imenso desperdício de recursos naturais.

Do ponto de vista da utilização dos recursos naturais, Mészáros destaca que devido à *taxa de utilização decrescente*, a predação sobre os recursos naturais, enquanto lei tendência de desenvolvimento do sistema, não tem sido barrada de modo corretivo pela contratendência sob a forma de despoluição. E as iniciativas de esforço estatal de despoluição e recuperação de áreas degradadas não passam de meros esforços demagógicos, não tendo muita efetividade para barrar a depredação da natureza. Quanto à contratendência se realizar por meio de investimentos angariados junto à “comunidade” no sentido da despoluição, Mészáros adverte que o mesmo encontra-se como uma possibilidade futura limitada às condições de valorização futura do capital podendo não se realizar de modo pleno<sup>398</sup>. Outro ponto é que não se deve esperar tanto da ciência e da tecnologia como contratendência já que a mesma encontra-se profundamente subordinada aos ditames do capital<sup>399</sup>. Ainda, do ponto de vista dos insumos, a

---

<sup>396</sup> “Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 100).

<sup>397</sup> “No decorrer do desenvolvimento histórico, a constante expansão da escala das operações ajuda a deslocar por muito tempo essas contradições, liberando a pressão dos ‘gargalos’ na expansão do capital com a abertura de novas rotas de suprimento de recursos humanos e materiais, além de criar as necessidades de consumo determinadas pela continuidade da autossustentação, em escala cada vez maior, do sistema de reprodução. Contudo, além de certo ponto, de nada adianta um aumento maior dessa escala e a usurpação dessa totalidade dos recursos renováveis e não renováveis que o acompanha, mas, ao contrário, ele aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente. É o que se deve entender por ativação do limite absoluto do capital com relação à maneira como são tratadas as condições elementares da reprodução sociometabólica.” (Ibid., p. 257).

<sup>398</sup> “Afirmar que os custos da despoluição de nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade é ao mesmo tempo um óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre essa questão acreditem haver descoberto a pedra filosofal. *Obviamente*, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas o fato de *dever* sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o *possa* fazer. Certamente, dado o modo predominante de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade *não será capaz* de arcar com tais custos. Além disso, sugerir que os custos já proibitivos devam ser cobertos por ‘um fundo deliberadamente criado para tal finalidade com uma parte dos recursos derivados do crescimento econômico excedente’ - numa época de crescimento zero, ao qual se juntam desemprego e inflação crescentes – é ainda pior do que a retórica vazia de Feuerbach. Isso para não mencionar os problemas adicionais necessariamente inerentes ao crescente desenvolvimento capitalista.” (Id., 2011, p. 53, grifo do autor).

<sup>399</sup> “E, finalmente, argumentar que ‘ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo’ é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento

produção consumidora está baseada em fontes não renováveis que não devem se manter por muito tempo devido ao ritmo de rotação do capital, o que também pode trazer graves implicações para a realização do valor num futuro não muito distante, comprometendo o desenvolvimento a médio e longo prazo do capital<sup>400</sup>. Isso sem falar do fato das próximas gerações terem que lidar com o “legado atômico”<sup>401</sup>.

A produção nestes moldes determina um consumo também *irracional*. Assim, nesta escala de problema o que é destacado por Mészáros é que o consumo é moldado por esta produção destrutiva que pouco se importa com as consequências de longo prazo para a humanidade. O consumo, que tem sua menor unidade consumidora no indivíduo, “pois essas unidades são mais facilmente manipuladas e dominas, além de terem maior probabilidade de proporcionar a máxima demanda para os artigos produzidos pelo capital” (MÉSZÁROS, 2006, p. 261), é induzido pela produção que persuade ou força “o ‘consumidor soberano’ a comprar os artigos em oferta em intervalos regulares, deixando-os totalmente sem uso até que ‘se autodestruam’ por si só” (Ibid., p. 262).

O terceiro conjunto de questões que determinam a crise estrutural do capital refere-se à emancipação feminina. A tese fundamental de Mészáros é de que a pauta de emancipação feminina *não é integrável*<sup>402</sup> ao sistema do capital, ou seja, o sistema do capital não permite a

social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe a saber *se* empregamos *ou não* a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo -, mas se seremos *capazes* ou não de *redirecioná-las radicalmente*, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 53, grifo do autor).

<sup>400</sup> “Ainda que as personificações do capital não o admitam, não é muito difícil perceber que nenhuma reprodução sociometabólica pode subsistir assim indefinidamente.” (Ib., 2006, p. 267).

<sup>401</sup> “Mesmo que se queira cultivar a idéia de que os desastres nucleares jamais acontecerão, apesar das dezenas de milhares de armas nucleares (e nada à vista para controlá-las e eliminá-las, com a remoção das causas de sua existência), nem mesmo a maior credulidade poderá minimizar o peso deste legado atômico, pois ele significa que o capital está impondo cegamente a incontáveis gerações – que se estendem no tempo por *milhares* de anos – a carga de, mais cedo do que mais tarde e com certeza absoluta, ter de lidar com forças e complicações totalmente imprevisíveis.” (Ibid., p. 256, grifo do autor).

<sup>402</sup> “Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis de intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer *não-integrável* e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela.” (Ibid., p. 272, grifo do autor). Segundo Mészáros, a questão ecológica/ambiental, assim como o trabalho não são integráveis à ordem do capital. O que requer que estas pautas sejam trabalhadas conjuntamente na perspectiva da emancipação social para além do capital tendo como referência a emancipação do trabalho: “Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não-integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social. Isso é o que faz o enfoque no potencial emancipador socialista do trabalho mais importante hoje do que nunca. O trabalho não apenas não integrável (...), mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital – pode proporcionar o quadro referencial estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de ‘questão única’ podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade.” (Ibid., p. 96, grifo do autor).

emancipação feminina, e por isso, suas demandas implicam um questionamento aos fundamentos do sistema<sup>403</sup>. O capital é organizado de forma hierárquica e rebate essa determinação a todos os microcosmos do sistema. Deste modo, as relações familiares também são marcadas por uma organização hierárquica em que as mulheres, a exemplo da hierarquia estabelecida do trabalho ao capital, são submetidas à dominação de gênero. O máximo que o sistema do capital consegue dar em resposta à demanda das mulheres é a igualdade formal, no entanto, Mészáros (2006, p. 286) aponta o limite desse quadro à emancipação feminina:

Mesmo que todas as posições de comando nas empresas e na política do capitalismo fossem reservadas por lei para mulheres – naturalmente isto não poderia acontecer por uma série de razões, incluindo-se, em lugar proeminente, a estrutura existente da família; de onde a hipocritamente exagerada admissão de minorias -, um número incomparavelmente maior de irmãs continuaria em abjeta subordinação e impotência.

A questão da emancipação feminina passa pela família. Para Mészáros, as obrigações das mulheres para com a vida privada, na família, em ser responsável pela reprodução desta instituição, no sentido do cuidado com os filhos, implicou historicamente a negação objetiva da possibilidade de participar plenamente da vida social e do verdadeiro processo decisório.

A família para Mészáros tem um duplo aspecto. Em primeiro lugar é uma instituição por excelência que é responsável no sistema pela reprodução dos valores<sup>404</sup> da ordem estabelecida, inclusive ocupando “posição essencial” frente às demais instituições valorativas como as de educação formal e as igrejas (Ibid., p. 272). Em segundo lugar, é uma instituição com papel definido no sistema, sendo “microcosmo insubstituível de reprodução e consumo” (Ibid., p. 278).

A condição feminina no sistema do capital, num cenário de crise estrutural, também contribui para corroer seus fundamentos sociometabólicos. Mészáros (Ibid., p. 302) aponta que “a carga imposta pelo sistema do capital sobre as mulheres para manter a família nuclear está se tornando cada vez mais pesada”. Segundo ele, os dados da ONU para a situação da pobreza feminina na metade da década de 1990, de que 70% dos pobres no mundo são mulheres, tendem a piorar<sup>405</sup>. Mészáros ainda postula que vivemos um círculo vicioso, nos

<sup>403</sup> “Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 271, grifo do autor).

<sup>404</sup> “O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo considerado aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por ‘comportamento não-conformista.’” (Ibid., p. 271, grifo do autor).

<sup>405</sup> Ibid., p. 302.

moldes de um *feedback* negativo<sup>406</sup> entre as “disfunções sociais” e a carga e as exigências impostas às mulheres, de modo que quanto maiores as “disfunções sociais”, maiores a carga e as exigências impostas sobre as mulheres, e quanto maior o peso e as exigências, menores as condições de lidar com as “disfunções”<sup>407</sup>.

E, finalmente, a quarta determinação à crise estrutural do capital é o desemprego crônico. Mézáros realiza um levantamento das condições de desemprego ao redor do mundo, em que constata a situação de desemprego, na metade da década de 1990, na Rússia, na China e no conjunto da Europa Ocidental<sup>408</sup>. O desemprego crônico atinge países centrais do sistema ameaçando sua implosão, já que, como tendência mais explosiva do sistema do capital, “mina” a estabilidade social<sup>409</sup>.

Entretanto, este fenômeno, no cenário de uma crise estrutural, toma contornos globais e o sistema não consegue resolver este problema; ao contrário, ao tentar resolvê-lo o aprofunda. O que o sistema consegue dar em resposta ao problema do desemprego na ordem do capital é com mais desenvolvimento de capital, ou seja, intensificando a exploração sobre os trabalhadores pelos métodos tanto de mais-valor absoluto, quanto de mais-valor relativo. Além de serem acompanhados de uma progressiva precarização do trabalho com redução dos níveis salariais, dos direitos sociais do trabalho, da ampliação do trabalho temporário, parcial ou mesmo do trabalho informal<sup>410</sup>. Deste modo, a saída dada pelo sistema só faz agravar ainda mais este limite intrínseco, pois o incremento da exploração do trabalho, no limite, gera mais desempregados pela tendência histórica do capital de investimento crescente em termos relativos no capital constante em detrimento do capital variável. E o destino reservado a essa

---

<sup>406</sup> Na verdade, todos os limites absolutos do capital apresentam este “comportamento” de círculo vicioso como *feedback* negativo, bem como imprimem este mesmo padrão de “comportamento” à totalidade social.

<sup>407</sup> “Do ponto de vista da estabilidade social do sistema do capital, o pior é estarmos diante de um círculo vicioso. Quanto maiores as ‘disfunções sociais’, maiores a carga e as exigências impostas às mulheres como eixo da família nuclear; quanto maiores esses pesos, menores as suas condições de lidar com eles, além de seu papel de ganha-pão, do ‘segundo turno’ depois do trabalho e afins... Outro aspecto importante da extralimitação do capital relacionado com as mulheres é a fragmentação e a redução da família nuclear a seu âmago mais interior (comprovadas pelos índices crescente de divórcio), que, na qualidade de ‘microcosmo’ e unidade consumidora básica da sociedade, tende a contribuir para a maior instabilidade da própria família, sob enormes pressões num momento de crise estrutural cada vez mais profunda, e por sua vez tem sérias repercussões negativas para todo o sistema.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 305).

<sup>408</sup> Ibid., p. 323, 330-331.

<sup>409</sup> “É importante observar aqui o caráter de dois gumes da contradição do desemprego crônico. Pois ele tende a produzir *dinamite social* dentro da estrutura do sistema do capital, independente das formas de solução procuradas. Neste sentido, considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser ‘consequências indesejáveis’, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social que é o desemprego crônico.” (Ibid., p. 343, grifo do autor).

<sup>410</sup> Ibid., 2006, p. 342.

massa de desempregados que resolverem protestar é a repressão, especialmente, por meio da força<sup>411</sup>.

Esta é uma avaliação da qual não compartilhamos. A suposta tendência de agravamento social pelo desemprego não parece acompanhar a dinâmica do capitalismo. Em primeiro lugar, o desemprego é funcional para o sistema atuando como um regulador dos salários, ou seja, como um fator para a definição do valor da força de trabalho. Além disso, o capitalismo tem em sua dinâmica uma capacidade de lidar com o desemprego não só em termos objetivos como também em termos subjetivos. O capitalismo pode muito bem, entre outras coisas, dar resposta ao desemprego com bolsas assistenciais aos desempregados, como também pode naturalizar formas mais precárias de exploração do trabalho como a informalidade, sem que, com isto, gere, necessariamente, revoltas cumulativas por parte dos trabalhadores. Nesta análise, a subjetividade é um componente absolutamente imprevisível que ora pode se conformar com o capitalismo, ora pode se rebelar. Aí, o elemento decisivo é a luta de classes.

### **3.2.4 A crise estrutural do capital como uma síntese sui generis**

A concepção de crise estrutural do capital de Mészáros, a nosso ver, constitui uma síntese *sui generis* no que tange à compreensão do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e das crises capitalistas.

É inegável e louvável a tentativa de atualização do pensamento de Marx empreendida por Mészáros. Em relação aos aspectos gerais das crises capitalistas podemos perceber que Mészáros se apoia ou desenvolve a partir do pensamento marxiano. Em Mészáros, conforme já expomos neste capítulo, o caráter espiral da produção capitalista se mantém no “curto prazo” e o capitalismo e as crises se dotam de complexificação crescentes. Quanto à tendência de agravamento das crises Mészáros foi influenciado por Marx.

---

<sup>411</sup> “Em outras palavras, os pilares duplos da sabedoria dos realistas são: (1) *torne a força de trabalho precarizada*, e (2) *transforme em criminosos os que protestarem contra*. Pois se o sistema não tem condições de enfrentar a intensificação das contradições, ninguém deve nem pensar em lutar por outra alternativa. (...) O planejamento por meio da ação democrática dos produtores, ao contrário das determinações impostas de cima pelas personificações do capital, é absolutamente inadmissível e deve ser desqualificado como ‘absolutismo completo’ e ‘despotismo’. O que parece ser a violação real da liberdade individual e do direito, antes aceito, a uma autodefesa coletiva limitada da população trabalhadora é executado realmente pelos ‘verdadeiros amigos da liberdade’, no interesse de preservar a única ordem natural e racionalmente justificável. A alternativa é uma catástrofe determinada pela natureza que deve ser evitada a todo custo, inclusive com a repressão – se necessário pelo ‘grandes exércitos permanentes’ e pela ‘grande força organizada’ – dos inimigos do sistema.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 321, grifo do autor).

No longo prazo, a totalidade se desenvolveria não de modo “cíclico”, mas como uma “depressão crônica”. A noção de “depressão crônica” não foi forjada por Mészáros nem por Marx, mas sim por Kautsky em 1902, a partir de sua tentativa de atualização do pensamento marxiano. Este tema, na avaliação de Sweezy, “é muito superior às anteriores versões à teoria do colapso” no seio da II Internacional<sup>412</sup>. O sentido desta categoria é similar entre Kautsky e Mészáros, e se refere à incapacidade do capitalismo em cada vez mais resolver suas próprias crises e, conseqüentemente, comprometer seu próprio desenvolvimento e manutenção, criando, desse modo, uma fase em que as limitações objetivas do sistema se farão sentir na realidade, cuja única alternativa viável é o socialismo. Outra similaridade entre ambos diz respeito ao fundamento para a emergência da “depressão crônica” que é o “esgotamento de mercados”, tema que, conforme já vimos no capítulo 2, foi inicialmente abordado por Sismondi.

Mas a “depressão crônica” é a marca registrada de uma nova etapa do capitalismo para ambos. Em Kautsky tem como fatos a emergência dos monopólios e trustes e o desenvolvimento do sistema de crédito no final do século XIX e início do século XX. Em Mészáros, o esgotamento da fase de ascendência histórica do capital encerrada entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Poderíamos esperar uma crítica de Mészáros quanto a um eventual erro de cálculo de Kautsky quanto à emergência da “depressão crônica”, afinal Kautsky apontou que este período estava próximo à sua época e se passaram cerca de setenta anos até que esse momento chegasse para Mészáros. Há também outra diferença crucial entre ambos. Kautsky se manteve preso a uma análise “formal” do desenvolvimento do capitalismo, pouco desenvolvida do ponto de vista de uma “teoria”.

Destacamos também uma eventual aproximação com Mandel quanto a buscar a explicação dos fenômenos sociais nas determinações da totalidade social em seu conjunto, incluindo o Estado e demais complexos. Em Mészáros a crise estrutural não é apenas “do capital”, mas do “sistema do capital”. Ou seja, todos os complexos “extra” capital encontram-se “impregnados” pelas determinações de um capital expansivo, destrutivo e incontrolável, que se põe e repõe sucessivamente, de modo contraditório, em complexidade crescente, em que o mais-valor já não consegue ser realizado como na fase de ascensão histórica do capital. Na fase de ascendência histórica, o mais-valor se realizou pelo deslocamento das contradições

---

<sup>412</sup> “A análise em que se baseia essa conclusão deixa muito a desejar. A própria conclusão, no entanto, é muito superior às anteriores versões da teoria do colapso, porque diz o que realmente pretende dizer. Ao invés de um colapso cataclísmico do capitalismo, mas de conceituação muito vaga e indefinida, temos aqui pela primeira vez um quadro preciso da ‘depressão crônica’.” (SWEETZY, 1983, p. 159).

do capital pelo globo. A partir do “esgotamento de mercados” é que o capital se vê diante de sua crise, arrastando a totalidade “extra” capital consigo. Essa crise do capital determina uma crise da totalidade social, em que os complexos “extra” capital não conseguem não só solucionar as contradições do capital como, ao tentar fazê-lo, o afundam ainda mais em sua crise conjunta e total. Daí que o sistema do capital se encontre em uma “crise de dominação”<sup>413</sup>.

Quanto ao eventual desenvolvimento cíclico da economia capitalista no “longo prazo”, Mészáros (2006, p. 49, grifo do autor) é explícito ao destacar uma mudança no padrão de desenvolvimento das crises:

Sob as novas circunstâncias históricas, as crises também se desdobram de modo muito diferente. No período da ascendência global do capital, as crises irrompiam na forma de ‘grandes tempestades’ (Marx), seguidas por fases relativamente longas *de expansão*. O novo padrão, com o fim da era da ascendência histórica do capital, é a crescente frequência das fases *de recessão* tendendo a um *continuum em depressão*.

Para ele, os ciclos que se encerravam em grandes e turbulentas crises, cederam lugar à “depressão crônica” e “contínua”, que eventualmente pode ter uma ou outra crise nos formatos do passado, mas se manifesta predominantemente de modo rastejante:

Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 697, grifo do autor).

Devido a esse entendimento de que a dinâmica do capital no tempo presente é marcado por uma “depressão contínua” e não por ciclos, pelo menos no “longo prazo”, seria paradoxal apontar qualquer esforço de Mészáros em relação a uma eventual regularidade da produção no longo prazo. Portanto, não nos parece que seja um tema que ele tenha tido interesse em atualizar em *Para além do capital*, o que também não nos parece ter sido um desenvolvimento de Marx como apontamos no capítulo 1. Neste sentido, ele se distancia de Kautsky, Kondratieff e Mandel. No fundo, apesar de partir de desenvolvimentos da obra de Marx, Mészáros dela se distancia ao assimilar elementos diversos de teorias pretéritas a Marx, chegando a conclusões problemáticas, como exporemos a seguir.

---

<sup>413</sup> “Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 800).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos.” (MARX, 2013, p. 93).

Neste estudo procuramos apreender a concepção de crise estrutural do capital de István Mészáros. Procuramos reconstruir o percurso intelectual até ela, para tal partimos da autêntica e fecunda concepção marxiana sobre a crise “econômica” tema que abordamos no capítulo 1. No capítulo 2 “mergulhamos” no seio da II Internacional procurando apresentar as diversas concepções e interpretações tanto da crise como do colapso capitalista. Finalmente, no capítulo 3, adentramos na concepção de Mészáros a qual dedicamos especial atenção à sua obra magna *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*, com foco na sua categoria crise estrutural do capital.

A conclusão, dentro do que pode ser concluído numa dissertação de mestrado, a que chegamos é que a concepção de crise estrutural do capital constitui-se numa síntese *sui generis*, apresentando novidades à concepção geral de crise no campo do marxismo, o que não quer dizer que Mészáros esteja plenamente correto em seu esforço teórico, como problematizaremos a seguir.

Sua concepção de crise estrutural do capital é devedora de Marx, Lukács e de teóricos da II Internacional, em especial Kautsky e Luxemburg. Vários aspectos da crise estrutural do capital são tributários a Marx. Longe de querer buscar um esgotamento da relação do pensamento de Mészáros com o de Marx sobre este tema, mas identificamos alguns que reputamos relevantes. O primeiro é que a concepção de crise estrutural preserva o caráter espiral da produção capitalista. O segundo é que Mészáros não insiste na ideia de precisar a duração do ciclo econômico. O terceiro é que a tendência de agravamento das crises, em se tornar paulatinamente mais extensivas e intensivas, também é preservada. O quarto, numa combinação entre a teoria do estranhamento e do fetichismo de Marx e a teoria da reificação de Lukács. Mészáros traz uma contribuição que é a de extensão da dinâmica socio-reprodutiva do capital a todos os complexos da vida social penetrando no âmago do ser social e de suas práticas mais mediatas frente ao capital, naquilo que Mészáros denomina por domínio das mediações de segunda ordem sobre as mediações de primeira ordem.

A concepção de “depressão contínua” é tributária a Kautsky. Ainda do debate da II Internacional, a concepção de crise estrutural do capital guarda uma influência quanto ao

“esgotamento de mercados”, que é uma noção geral presente no pensamento de militantes e/ou estudiosos como Cunow, Kautsky, Luxemburg, mas que foi originariamente apontada por Sismondi<sup>414</sup>.

A concepção de crise estrutural do capital, a nosso ver, apresenta possibilidades e limites. Parece-nos que Mészáros acertou em manter o desenvolvimento de Marx acerca da tendência das crises capitalistas em se tornarem mais extensas – no tempo e no espaço – e mais intensas, atingindo seriamente vários ramos da produção simultaneamente, sendo cada vez mais profundas. A novidade de Mészáros é que a crise estrutural adiciona a esta a compreensão de que o impacto também se estende e intensifica às diversas dimensões da vida social, o que também nos parece acertado. Esta novidade certamente possui fundamento tanto em Marx quanto em Lukács e se mostra um desenvolvimento da teoria do estranhamento em Marx e da reificação em Lukács. E implica uma formação humana cada vez mais “impregnada” da lógica de valorização do capital pelo próprio processo de autoconstrução humana com introjeção e exteriorização a partir da realidade do capital. Esta sem dúvida é uma possibilidade da concepção de Mészáros.

Entretanto, não estamos seguros a ponto de dizer o mesmo quanto a outros aspectos da crise estrutural do capital. Mészáros não abandona a concepção dos ciclos econômicos no “curto prazo”, mas ele estabelece que o sistema teria adentrado numa nova e última fase de seu desenvolvimento: a de crise estrutural do capital. A dinâmica cíclica estaria, portanto, operando sob determinações novas de uma fase de desintegração ou autodissolução a partir do esgotamento de novas regiões do mundo para avanço do capital e deslocamento de suas contradições. Mais do que um novo momento ao “sistema do capital” este seria um momento peculiar de passagem ou transição objetiva, postulando sua transcendência seja para o socialismo, seja para a autodestruição.

Aqui começam a aparecer alguns itens que problematizamos a partir desta concepção. É notável o fato do capitalismo ter adentrado uma nova fase de seu desenvolvimento a partir do final dos anos de 1960, em que o capital se estendeu a todos os continentes, o que inclusive implicou numa nova configuração da valorização do capital, sobretudo com incremento das formas de valorização com hipertrofia do setor de “serviços” de modo geral, com destaque para o capital portador de juros e o capital fictício. Que há novidade na realidade capitalista e que, de fato, adentramos em uma nova fase da produção capitalista não há muito o que discutir. Agora, o que temos que problematizar é se: realmente o esgotamento de regiões do

---

<sup>414</sup> Shaikh, 1983, p. 16.

mundo para o avanço do capitalismo de fato se operou totalmente? E se, mais do que isso, este fato coloca o capitalismo a se defrontar com seus limites absolutos?

Não estamos aqui querendo demonstrar a eternidade do modo capitalista de produção, mas é que vários teóricos já postularam o colapso do capitalismo (Cunow, Luxemburg, Grossmann etc.) e o sistema, apesar de sua lógica de funcionamento regida pela lei do valor implicar “perturbações” as mais variadas, conseguir se manter objetivamente e ser aceito subjetivamente. Ou seja, vários mataram teoricamente o capitalismo, que continuou sua saga sempre se reformulando. Deste modo, parece-nos que há uma dialética entre a estabilização e a desestabilização do sistema capitalista, entre forças “centrífugas” e forças “centrípetas”<sup>415</sup>, não teria Mészáros incorrido no mesmo erro geral dos socialistas da II Internacional e se apegado nos elementos de um dos polos extremos, os elementos “centrífgos”?

Quanto à “depressão crônica”, o desenvolvimento capitalista tem sido marcado por crises parciais que pavimentam crises gerais e vice-versa, após a irrupção desta crise geral do capitalismo em 2007 e dos mercados parecerem não ter-se esgotado, vide o crescimento econômico da China e da Índia, Mészáros não estaria postulando cedo demais uma tendência de depressão que só poderia ser evidenciada futuramente em termos objetivos ou mesmo que eventualmente nunca venha a ocorrer, já que o desenvolvimento capitalista no “longo prazo” foi apreendido de modo diverso por Marx?

Além disso, o fato do capital entrar em uma crise, realmente, implica que todos os complexos da realidade também adentrem numa crise? Como fica a notória afirmação de Gramsci sobre a não necessariamente coincidência de uma crise “econômica” e a uma crise na “histórica”<sup>416</sup>? Em que medida a categoria gramsciana de “crise orgânica” nos enseja novos

---

<sup>415</sup> Parece-nos que Colletti (1985, p. 33) identifica este problema “Certo que a lei do valor é ou bem o princípio que regula o *equilíbrio* do sistema, ou bem o princípio que expressa sua *contradição* fundamental. Certo que é tanto o princípio que *explica a existência* do sistema como o que o *nega*. Mas a questão está em que se o capitalismo é um modo de produção minado por contradições radicais e, no entanto, constitui, ao mesmo tempo, um sistema que existe e funciona, a teoria deve falar simultaneamente dele das duas maneiras. Vale dizer que deve poder demonstrar bem de que modo a desarmonia e a contradição radical se combinam constantemente em um ‘equilíbrio’ marcado por ‘proporção’ e ‘medida’ (pois, do contrário, não existiria sistema), ou bem como esta ordem se rompe continuamente em um movimento desordenado.”

<sup>416</sup> “Outra questão ligada às anteriores é a de ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. A resposta a essa questão está implicitamente contida nos parágrafos anteriores, onde são questões que constituem um outro modo de apresentar aquela a que nos referimos agora; mas é sempre necessário, por razões didáticas, dado o público específico, examinar cada modo sob o qual se apresenta uma mesma questão como se se tratasse de um problema independente e novo. **Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam efeitos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais.**” (GRAMSCI, 2012, p. 44-45, grifo nosso).

elementos para a inteligência das crises da sociedade contemporânea e das efetivas condições para sua superação?

Além disso, como é possível pensar uma “crise geral de dominação” se a esquerda mundial está imersa numa profunda crise organizativa e que estamos sem um levante socialista significativo pelo menos desde a década de 1980 com o movimento sandinista? Pensando na acumulação de disfunções sociais como um “ciclo vicioso” como descrito por Mészáros, será que, de fato, o sistema capitalista, nesta conjuntura, tem como limites absolutos a emancipação das mulheres e da emancipação do trabalho? Temos acordo com o fato da não integração das pautas desses segmentos sociais pelo capitalismo, mas será que os mesmos tem se movimentado na direção de colocar o sistema numa “crise de dominação”? A que Mészáros estaria se referindo afinal? A estas questões sociais colocarem o sistema numa crise de dominação, ele estaria eventualmente pensando nos movimentos espontâneos de reação à ordem capitalista? Será que movimentos espontâneos, pelo seu caráter<sup>417</sup>, são suficientes para colocar o sistema numa crise de dominação?

Outra reflexão diz respeito à contradição entre capital e Estado como um limite absoluto ao sistema. De fato, o sistema capitalista assume esta forma que é estrutural, não podendo ser transcendida pelo próprio sistema, assim como o sistema tem que lidar com o fato de que o dia tem 24 horas e, pelo menos por enquanto, tem que confinar sua reprodução somente ao planeta Terra. Bom, daí até esta contradição entre capital e Estado constituir um “impedimento atuante” ao sistema, a ponto de colocar a sombra de uma “incontrolabilidade total”, postulando a autodestruição é que parece demandar uma distinção. Sabemos que a possibilidade de destruição constituída pelo arsenal nuclear no mundo é imensa, mas parece muito mais um elemento que está “latente” na realidade do que algo que se coloca de imediato na conjuntura, pelo menos no que tange a uma eventual 3ª Guerra Mundial. O risco de uma 3ª Guerra Mundial é “latente” ao sistema, mas parece-nos que não se coloca em termos efetivos à humanidade há pelo menos 50 anos, desde a crise dos mísseis do início da década de 1960. Sendo assim, em que medida é possível falarmos que esta contradição se constitui num limite absoluto ao sistema capitalista neste momento histórico?

---

<sup>417</sup> Afinal há uma dialética entre a “espontaneidade” e a “direção consciente” em que, para Gramsci (2012, p. 197-201), não é necessária a constituição de movimentos que sejam “cem por cento conscientes”, mas que se deve buscar construir hegemonia no seio desses movimentos através de um processo educativo que os conduza do “senso comum” à “consciência de classe para si”. Afinal para ele, “O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torna-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si.” (Ibid., p. 46).

Além do mais, retomando a lógica utilizada por Mészáros para a construção de sua concepção de crise estrutural do capital, parece-nos que ele se mantém fiel a uma interpretação da obra de Marx acerca da “lei tendência” que trabalha sob o prisma da realização necessária de determinado evento no tempo, apesar dos fatores contra atuantes. De fato há passagens de Marx em que este raciocínio é explícito. Por outro lado, a obra de Marx, incluindo não só seus trabalhos de maturidade de crítica à economia política, mas englobando suas análises de conjuntura, de situações concretas como o golpe de Estado na França em 1851, parece indicar outra direção para a análise. Os processos são sociais e históricos, são, portanto, transitórios e abertos a possibilidades de desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, guardam certa margem de irreversibilidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que são abertos, não o são. Há uma tensão dialética no pensamento de Marx entre a necessidade e a possibilidade que não parece ter sido “fechada” pelo próprio Marx. Uma síntese definitiva, sistematizada, sobre este aspecto, não parece ser encontrada no pensamento de Marx. Sem dúvida, esta complicada questão, que é chave para a compreensão de seu pensamento, em função disso, e das diversas abordagens teóricas sobre sua obra, parecem abrir espaço para formulações também diversas sobre a questão. Deste modo, aparecem teorias que exageram na questão da determinação e da necessidade a ponto de cair no economicismo, no determinismo e na teleologia. Bom, mas Mészáros, ao estabelecer sua concepção de crise estrutural, onde estaria situado neste debate? Estabelecer que a tendência destrutiva do capital prevalece no tempo, não obstante as contratendências, não estaria exagerando e pesando a dialética da necessidade sobre a possibilidade a ponto da necessidade se apresentar de forma absoluta?

Certamente todas estas questões não infirmam o pensamento de Mészáros, indicam apenas que, quanto à atualização do pensamento marxista, a “crise estrutural do capital” apresenta muito mais problemas que soluções, mais limites que possibilidades, não demonstrando fecundidade, pelo menos, a partir da avaliação teórica que este trabalho procurou realizar. Neste ínterim, valeria à pena uma avaliação de outros temas de seu pensamento, que, a princípio nos chama a atenção, como o da taxa de utilização decrescente do valor de uso e o papel do complexo militar-industrial na dinâmica atual do capitalismo. Estes temas, aqui abordados *an passant*, podem ser mais frutíferos, apresentando elementos para a compreensão do capitalismo de nosso tempo. Finalmente, entendemos que a crise estrutural do capital é uma síntese que guarda, a nosso ver, *possibilidades* bastante limitadas a partir das quais se pode buscar a compreensão dos fenômenos sociais. E, por isso, o

pensamento de Mészáros não deve ser tomado dogmaticamente nem para a crítica, nem para a adesão. Daí que pensar sua obra a partir de seus eventuais *limites* pode contribuir ainda mais para a elevação do conhecimento na direção da superação do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

ALVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: Hobsbawm, E. J. *História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.

ANTUNES, J.; BENOIT, H. *Crise: o movimento dialético do conceito de crise em O capital de Karl Marx*. São Paulo: Tükhe, 2009.

ANTUNES, R. Apresentação. In: *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ARAÚJO, P. H. F. Comentários sobre algumas teorias de ondas longas. In: *Revista Universidade Rural*. v. 23, n. 2, p. 169-182, jul./dez. 2001. Disponível: <[http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch23n2/Humanas23n%20p169\\_182coment%20sobrealgumas.PDF](http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch23n2/Humanas23n%20p169_182coment%20sobrealgumas.PDF)>. Acesso em 12 abr. 2014.

ARICÓ, J. Otto Bauer. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

BANCO MUNDIAL. Banco de datos mundial. Indicadores del desarrollo mundial. Crecimiento del PIB (% anual). Disponível em: <<http://databank.bancomundial.org/data/views/reports/tableview.aspx?isshared=true>>. Acesso em 5 mai. 2014.

BAUER, O. La acumulación del capital. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

BBC BRASIL. Entenda a discussão sobre austeridade fiscal na Europa. 7 mai. 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120507\\_qa\\_austeridade\\_europa\\_jp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120507_qa_austeridade_europa_jp.shtml)>. Acesso em: 5 mai. 2014.

BERNSTEIN, E. Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

BOITO JR. A. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Comentário em uma comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 15, p. 127-139. 2002.

BORÇA JÚNIOR., G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a crise do subprime. In: *Revista do BNDES*. v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008. Disponível em: <

br/file/CAD/LXIII%20CAD/Economia/Ernani%20Torres/Torres%20e%20Bor%C3%A7a%20Entendendo%20a%20Crise%20do%20Subprime.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2014.

BORGES NETO, J. M. Por que o duplo caráter do trabalho é o “ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da economia política”? In: Encontro Nacional de Economistas Marxistas. 1., 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba, PR: UFPR, 2007. Disponível em: <<http://www.sitiodeeconomiapolitica.ufpr.br/Jo%E3oMachadoBorgesNeto.pdf>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

BOTTOMORE, T. Introdução à Edição Inglesa. In: HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

CARCANHOLO, M. D. Ainda sobre o caráter dual do trabalho no capitalismo: crítica ao hipostasiar trans-histórico e “historicista” do trabalho. In: Encontro Nacional de Economia Política, 14., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, SP: SEP, 2007. Disponível em <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1460>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista*. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0001407492397811573bc>>. Acesso em: 27 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*. v.1, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/14551/8279>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista*. n. 29, p. 49-55, 2009. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2014.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. n. 24, p. 41-65, 2009. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=4>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

CLARK, B; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.) *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COLAPSO. In: FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

COLAPSO. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

CORRÊA, A. *Entenda o impasse em torno da dívida americana*. BBC Brasil. 21 jul. 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110720\\_entenda\\_dividaeua\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110720_entenda_dividaeua_ac.shtml)>. Acesso em 23 fev. 2014.

CUNOW, H. Contribución a la teoría del derrumbe. ¿A dónde lleva nuestro desarrollo económico? In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EXAME. Desemprego segue alto em muitos países, diz Barroso. *Exame.com*. 08 abr. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/desemprego-segue-alto-em-muitos-paises-diz-barroso>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. *Crítica Marxista*. n. 30, p. 21-27, 2010. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo177Artigo2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo177Artigo2.pdf)>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. “Temi por corrida contra o dólar”, diz Henry Paulson. Texto reproduzido do periódico Financial Times. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0102201017.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2014.

FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. *Guia para normalização de publicações técnico-científicas*. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GLÊNIA, F. *Em três anos, mais de 380 bancos quebraram nos EUA, segundo FDIC*. 15 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/09/em-tres-anos-mais-de-380-bancos-quebraram-nos-eua-segundo-fdic.html>>. Acesso em: 5 mai. 2014.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Apresentação de Jacob Goreneder; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

GRANDE virada, A. Direção: John Wells. Reino Unido/EUA: Battle Mountain Films e Spring Creek Productions, 2010. Título original: The company men. (1h44min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XLug0HNFONA>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GRESPLAN, J. L. S. A crise na crítica à economia política. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 10., p. 94-110, 2000.

\_\_\_\_\_. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 14, p. 26-47, 2002.

\_\_\_\_\_. *O negativo do capital*. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora FAPESP, 1998.

GROSSMANN, H. La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. 1ª. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOFFMANN, H. Apresentação. In: SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

KAUTSKY, K. Teorías de las crisis. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

LENIN, V. *As três fontes*. 4. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURG, R. La acumulación del capital o em qué han convertido los epígonos la teoría de Marx. Una anticrítica. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. O militarismo como domínio da acumulação de capital. In: *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 3.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da economia política. 10. ed. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 3.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da economia política. 1. ed. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. v. 4.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da economia política. 1. ed. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c. v. 6.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O manifesto comunista*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo*. O capitalismo e suas crises. São Paulo: Braziliense, 1985.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Lembrança de Paul Sweezy. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://resistir.info/mreview/lembranca\\_de\\_paul.html](http://resistir.info/mreview/lembranca_de_paul.html)>. Acesso em 25 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *O século XXI – socialismo ou barbárie?* 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002. Resenha de: PANIAGO, M. C. S. *Revista Outubro*, n. 7, 2002. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7\\_resenhas.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_resenhas.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2014.

MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em “O Capital”. *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, n. 2, 1982.

MUSTO, M. Karl Marx: o charme indiscreto da incompletude. In: *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, n. 19, p. 53-60, 2011.

O CAPITAL. Direção: Constantin Costa-Gravas. França: KG Productions e France 2 Cinema, 2012. Título original: *Le capital*. (1h54min). Disponível em: <<http://www.megaboxfilmesonline.com/2014/02/assistir-filme-o-capital-online-gratis.html>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

O GLOBO. Entenda o mapa da crise econômica europeia. Jul. 2011?. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/crise-europa/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Mapa interactivo – indicadores de corto plazo. 2014. Disponível em: <[http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata/datamapper?\\_adf.ctrl-state=djfhxpa6i\\_176&\\_afLoop=8656708345166](http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata/datamapper?_adf.ctrl-state=djfhxpa6i_176&_afLoop=8656708345166)>. Acesso em: 5 mai. 2014.

PANIAGO, M. C. S. *A incontrolabilidade ontológica do capital – um estudo sobre Beyond Capital*, de I. Mészáros. 2001. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PAULO NETTO, J. Relendo a teoria marxista da história. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. 4., 1997, Campinas. *Anais... Campinas, SP: Unicamp, 1997*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2014.

RANIERI, J. *Trabalho e dialética – Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, N. R. *A crise econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUGITSKY, F. Da crítica da crise à crise da crítica? Uma leitura da obra de Friedrich Pollock. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. *Anais... Campinas, SP: Unicamp, 2007*. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Fernando\\_Rugitsky.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Fernando_Rugitsky.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2013.

SADER, E. Apresentação. In: MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAMPAIO JR., P. A. A crise estrutural do capital e os desafios da revolução. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SARTÓRIO, L. A. V. A antropologia de Feuerbach e sua relação com o pensamento de Marx. In: *Verinotio* – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas. N. 2. Ano 1. Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.93449693446466.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SCHMIDT, C. Contribución a la teoría de las crisis comerciales y de la sobreproducción. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

SENADO FEDERAL. Causas da crise na Europa (o problema fiscal e a enorme dívida pública) e as consequências (piora da relação dívida pública/PIB, reservas baixas e o aumento das taxas de desemprego). *Em discussão!*: revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 4, n. 16, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/mundo/causas-da-crise-na-europa-o-problema-fiscal-enorme-divida-publica-consequencias-reservas-baixas-o-aumento-das-taxas-de-desemprego-divida-publica-em-relacao-ao-pib.aspx>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias de crise. *Ensaio FEE*. N. 1. Ano 4. Porto Alegre, 1983. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/281/490>>. Acesso em: 30 set. 2013.

SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TUGÁN-BARANOWSKI, M. I. Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teóricos del marxismo. In: COLLETTI, L. (Org). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. México D. F.: Siglo Ventiuno Editores, 1985.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.) *Weber: sociologia*. 7. ed. 10. imp. São Paulo: Ática, 2010.